



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 018 – QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p>2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p>3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p>4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p>Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Sihelessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT-14, PTB-3, PSB-3, PL-3)</p> <p>LÍDER Tião Viana - PT</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino-PT Ana Júlia Carepa-PT Flávio Arns-PT Ideli Salvatti-PT</p> <p>LÍDER - PL Magno Malta</p> <p>VICE-LÍDER - PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER – PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER – PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder – PTB - 3 Fernando Bezerra</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB - 22</p> <p>LÍDER Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL –17 / PSDB - 11</p> <p>LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati-PSDB Césas Borges-PFL Eduardo Azeredo-PSDB Rodolpho Tourinho-PFL</p> <p>LÍDER – PFL José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p>LIDER – PSDB Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>LÍDER Jefferson Péres</p> <p>Vice-Líder Almeida Lima</p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p>LÍDER Mozarildo Cavalcanti</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloísio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra-PTB Patrícia Saboya Gomes-PPS Hélio Costa-PMDB Marcelo Crivella-PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Sérgio Castro Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2004-CN

Atualiza o Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam incluídos no Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, na forma proposta, os empreendimentos relacionados no Anexo I.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo proibido de liberar recursos consignados no Orçamento Fiscal da União referente a 2003 (Lei nº 10.640, de 2003) para os empreendimentos relacionados neste artigo.

Art. 2º Ficam excluídos do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 2003, na forma proposta, os empreendimentos relacionados no Anexo II.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá dar continuidade à realização destes empreendimentos no momento em que entender oportuno.

Art. 3º Os empreendimentos relacionados no Anexo III permanecem constantes do Quadro VII anexo à Lei nº 10.640, de 2003, na forma indicada, autorizando-se a execução orçamentária, física e financeira dos contratos, convênios e congêneres não relacionados.

Art. 4º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução das obras mencionadas nos arts. 1º, 2º e 3º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição Federal.

Art. 5º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ANEXO I

INCLUSÃO

QUADRO VII - OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
39208 — Companhia Brasileira de Trens Urbanos				
26.783.0222.5753.0101	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG - DA LINHA 1 DO METRÔ - TRECHO SÃO GABRIEL - VIA NORTE	MG	39208	Contrato 23/2002-DA Contrato 35/2002-DA
39211 — Companhia Docas do Espírito Santo				
26.784.0230.3508.0032	OBRAS COMPLEMENTARES NO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39211	
26.784.0230.1158.0002	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39211	
39213 — Companhia das Docas do Estado de São Paulo				
26.784.0231.1939.0035	IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS	SP	39213	

39252 — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

26.782.0236.1516.0101	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-230 NO ESTADO DO PARÁ – DIVISA PA/TO – MARABÁ - ALTAMIRA – ITAITUBA	PA	39252	Contrato PD/2-00011/01-00
26.782.8035.5850.0002	ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	MG	39252	Contrato PD-06.0045/00-00
26.782.0220.2834.0032	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS – NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39252	PG-019/2000-00
26.783.02331276.0101	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA – EM JARAGUÁ DO SUL	SC	39252	Contrato 45/2002 Contrato 272/2002
26.782.0238.1428.0101	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-317 NO ESTADO DO AMAZONAS – BOCA DO ACRE – DIVISA AM/AC	AM	39252	Contrato PD/01/07/2000-00 Contrato PD/01/18/2001-00
26.782.0235.5708.0009	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE – BR-330/PI – BOM JESUS – DIVISA PI/MA	PI	39252	
26.782.0663.5394.0043	ELIMINAÇÃO DE PONTOS CRÍTICOS – NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	RS	39252	Contrato PD-10-025/01 Contrato PD-10-033/01-00
26.782.0233.5707.0003	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL – BR-487/PR – PORTO CAMARGO – CAMPO MOURÃO	PR	39252	Contrato PG-171/98-002
26.782.0230.5704.0121	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE – BR-342/ES – ENTRONCAMENTO BR-101/ES – NOVA VENÉCIA – ECOPORANGA – DIVISA ES/MG	ES	39252	Contrato PG-093/2001-99 Contrato PG-094/01-99 Contrato PG-095/2001-99
26.782.0235.1236.0101	DUPICAÇÃO DA RODOVIA BR-230, TRECHO JOÃO PESSOA – CAMPINA GRANDE – ESTADO DA PARAÍBA	PB	39252	Contrato PJ-007/99-DER/PB

51101 — Ministério do Esporte

27.812.0180.5450.3028	IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA PARA USO DE COMUNIDADES CARENTES – CONSTRUÇÃO DE CENTRO OLÍMPICO – RIO BRANCO – AC	AC		
-----------------------	---	----	--	--

53204 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

18.544.0515.3589.0022	CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM NO ESTADO DO PIAUÍ - NO ESTADO DO PIAUÍ	PI	53204	Contrato SIASG 19300250000282002
18.544.0515.3787.0023	CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM TAQUARA NO ESTADO DO CEARÁ - NO ESTADO DO CEARÁ	CE		Contrato SIASG 19300250000362002

73901 — Fundo Constitucional do Distrito Federal

28.845.0904.5593.0006	IMPLANTANÇÃO DO METRÔ DO DISTRITO FEDERAL – DF	DF	73901	Contrato 001/92/MC/Novacap Estação 23 até Estação 27
-----------------------	--	----	-------	---

ANEXO II**EXCLUSÃO****QUADRO VII - OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
--------	-----------	--------	----	---------------------------------

39101 — Ministério dos Transportes

26.784.0237.1568.0001	IMPLANTAÇÃO DA HIDROVIA DO ARAGUAIA-TOCANTINS — NACIONAL	GO	39101	Empreendimento
-----------------------	--	----	-------	----------------

39216 — Companhia Docas do Rio de Janeiro

	CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE CONTEINERES - CAIS DO CAJU (RJ) / NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	39216	Contrato C-SUPJUR 023/2002
--	---	----	-------	-------------------------------

53101 — Ministério da Integração Nacional

20.607.0379.1836.0054	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO - PROJETO VÁRZEA DE SOUSA NO ESTADO DA PARAÍBA	PB	53101	Contrato 007/98
-----------------------	---	----	-------	-----------------

53204 — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

20.607.0379.1754.0025	CANAL ADUTOR SISTEMA CUREMA-MÃE D'ÁGUA NO ESTADO DA PARAÍBA — NO ESTADO DA PARAÍBA	PB	53204	Contrato 007/98
-----------------------	--	----	-------	-----------------

ANEXO III**ALTERAÇÃO****QUADRO VII - OBRAS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ESTADO	UO	LOCALIZAÇÃO DAS IRREGULARIDADES
--------	-----------	--------	----	---------------------------------

39211 — Companhia Docas do Espírito Santo

26.784.0230.3503.0032	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA — NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	ES	39211	Concorrência nº 001/2002
-----------------------	---	----	-------	--------------------------

39252 — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

	MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE ITAJAÍ / NO ESTADO DE SANTA CATARINA	SC	39252	Itens 2 e 3 - Contrato 039/00
--	---	----	-------	-------------------------------

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 18ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 120, de 2004, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício nº S/54, de 2000, que encaminha ao Senado Federal documentos do Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira: declaração de rendimentos, pessoa física e pessoas jurídicas; demonstrativos da origem dos recursos utilizados na compra de imóvel no Rio de Janeiro; extratos bancários de conta no City Bank em Nova Iorque; cópia de petição ao Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo, para fins de obtenção, junto ao Banco Central, de declaração a respeito de eventuais depósitos na conta bancária oriundos de recursos destinados ao TRT/SP, bem como informação sobre a transferência, à Subcomissão do Judiciário, dos sigilos pessoais do Sr. Eduardo Jorge e esposa referentes ao período em que exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência... 03865

Nº 121, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2003 (nº 2.014/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da nova versão do Acordo Internacional do Cacau (AICACAU-2001), que substituirá o AICACAU-1993. 03866

Nº 122, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003 (nº 731/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000..... 03867

Nº 123, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003 (nº 758/2003, na Câmara dos Deputados), que apro-

va o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998. 03870

Nº 124, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (nº 820/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002. 03871

Nº 125, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003 (nº 819/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris. 03872

Nº 126, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004 (nº 7.068/2002, na Casa de origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências. 03873

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004, cujo parecer foi lido anteriormente. 03875

1.2.3 – Ofícios

Nº 76/2004, de 11 do corrente, do Senador Gerson Camata, solicitando que torne sem efeito o comunicado enviado sobre o seu desligamento do PMDB, datado de 15 de setembro de 2003. 03876

Nº 111/2004, de 10 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 148, de 2003..... 03876

Nº 123/2004, de 10 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 152, de 2003..... 03876

Nºs 73, 74 e 94/2004, de 3 e 9 do corrente, da Liderança do Bloco PL/PSL na Câmara dos Deputados, de substituições de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciarem as Medidas Provisórias nºs 161, 163 e 164, de 2004, respectivamente..... 03876

Nº 15/2004, de 4 de janeiro último, do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações esclarecimentos mais precisos sobre recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST..... 03877

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 143, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 03877

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Impossibilidade da tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nºs 39, de 2003, e 29, de 2000, conforme requerimento encaminhado à Mesa pela Senadora Serys Slhessarenko..... 03877

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR MAGUITO VILELA – Necessidade da reforma política, defendendo sua discussão em 2004. 03878

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Visita, amanhã, de comissão do Senado encarregada de investigar os conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas ao Mato Grosso do Sul. Agravamento dos conflitos entre etnias indígenas na reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima. 03882

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Sorteio suspeito de loteria da Caixa Econômica Federal. Críticas ao Governo Lula..... 03886

SENADOR NEY SUASSUNA – Análise da política externa brasileira, destacando a importância das viagens do Presidente Lula ao exterior. 03888

SENADOR EFRAIM MORAIS, como Líder – Cobranças de políticas efetivas do governo no sentido de minimizar os efeitos das chuvas no país, em especial no Nordeste brasileiro. 03891

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Críticas aos discursos do Presidente Lula, principalmente os pronunciados no exterior..... 03891

SENADOR ROMEU TUMA – Regozijo com a apresentação do Embraer A-190, avião de 106

lugares. Corte de 80% da verba do Programa de Combate ao Trabalho Infantil. 03895

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Corte de 80% no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. 03896

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com as questões raciais da África do Sul..... 03897

SENADORA HELOÍSA HELENA – Críticas à atuação do governo federal na condução da política econômica brasileira. 03898

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2004, de autoria do Senador Valmir Amaral, que veda a produção e comercialização de adesivos de contato que contenham substâncias capazes de produzir dependência física ou psíquica. 03899

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 144, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao ex-Ministro e ex-Presidente do Senado Federal, escritor Jarbas Passarinho, pelos conceitos emitidos em recente artigo na imprensa. 03902

Nº 145, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as informações que menciona. 03902

Nº 146, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, as informações que menciona. 03902

Nº 147, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao automobilista amazonense Antonio Pizzonia, incluído como segundo piloto de testes da Fórmula 1... 03903

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário que a homenagem ao Dr. Manoel Francisco do Nascimento Brito, Diretor Presidente do Jornal do Brasil, será realizada no dia 18 do corrente, às 14 horas e 30 minutos, no período da sessão destinada aos oradores da Hora do Expediente, esclarecendo que as inscrições para referida homenagem continuam abertas na Secretaria Geral da Mesa..... 03903

Recebimento do Requerimento nº 148, de 2004, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando autorização para ausentar-se do País a fim de participar, a convite, de Seminário sobre como financiar o desenvolvimento sem débito, a realizar-se nas cidades de Amsterdam e Bruxelas, no período de 20 a 27 do corrente..... 03903

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 139, de 2003, que institui o Programa de Complementa-

ção ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**, por não haver acordo das Lideranças..... 03903

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 140, de 2003, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**..... 03904

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**. 03904

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências. **Apreciação sobrestada**..... 03904

Item 5

Projeto de Resolução nº 3, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 100, de 2004, Relator: Senador Jorge Bornhausen), que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”. **Apreciação sobrestada**. 03904

Item 6

Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa

de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro. **Apreciação sobrestada**. 03904

Item 7

Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

Apreciação sobrestada. 03905

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobija, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003. **Apreciação sobrestada**. 03905

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevideu, em 19 de junho de 2001.

Apreciação sobrestada. 03905

Item 10

Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003. **Apreciação sobrestada**. 03905

Item 11

Requerimento nº 140, de 2004, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, além das Comissões constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação. **Apreciação sobrestada**. 03905

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Comentários a artigo da jornalista Dora Kramer, do **Jornal do Brasil**, intitulado “Trajetória em plano inclinado”. 03906

SENADOR CÉSAR BORGES – Cobranças da efetiva execução orçamentária para o ano de 2004, lamentando o contingenciamento de recursos de programas sociais e de infra-estrutura. 03907

SENADOR JOSÉ JORGE – Protestos contra as declarações do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e da nova líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, a respeito do relatório da proposta de emenda à Constituição da reforma do Judiciário. 03912

SENADOR HÉLIO COSTA, como Líder – Defesa da construção de novo viaduto em trecho da BR-040 próximo à cidade de Belo Horizonte. Análise sobre o endividamento do Estado de Minas Gerais. 03912

SENADOR ANTONIO CARLOS VALA – DARES, como Líder – Considerações sobre a reestruturação do setor elétrico brasileiro, contida nas Medidas Provisórias nº 144 e 145, de 2003... 03916

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Posicionamento do Partido dos Trabalhadores, enquanto governo, na privatização dos bancos estaduais. Apelo ao governo pela substituição do Viaduto Vila Rica, na BR-040. Risco de desnacionalização da Companhia Elétrica Cataguases-Leopoldina. 03918

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Considerações sobre a nova lei de falências. 03920

SENADOR MAGNO MALTA – Decisão do CADE a respeito da compra da Garoto pela Nestlé. 03925

SENADOR MÃO SANTA – Comentários acerca da queda da popularidade do Presidente Lula. Necessidade de uma política de empregos mais eficaz. 03928

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Episódio da morte do dentista Flávio Ferreira Sant'Anna pela polícia de São Paulo. Questão da compra da Garoto pela Nestlé. 03930

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Importância do Fórum Social Mundial. 03932

SENADOR VALMIR AMARAL – Justificativas para apresentação de projeto de lei, de sua autoria, que proíbe a produção e a comercialização de adesivos químicos de contato que contenham substâncias voláteis capazes de produzir dependência física ou psíquica nas pessoas, ainda que por uso indevido do produto. 03933

SENADOR ARTHUR VIRGILIO – Sugestão ao Presidente Lula para que, ao invés de comprar um Airbus, compre um avião da Embraer para vôos domésticos e alugue um avião das empresas aéreas nacionais para os vôos de longa distância. Análise de artigo do ex-Ministro Jarbas Passarinho intitulado “Nacionalismo: as duas faces”. Comentários ao artigo do empresário Heitor Mello Peixoto Filho, publicado na Gazeta Mercantil de ontem. 03934

SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa dos alimentos transgênicos. 03937

SENADOR ROMERO JUCÁ – Divulgação da Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional dos Transportes – CNT, documento importante para nortear políticas públicas no sentido de se reestruturar a malha rodoviária nacional. 03939

SENADOR FÁTIMA CLEIDE – Novo modelo institucional para o setor elétrico brasileiro. 03940

SENADOR LEONEL PAVAN – Greve dos médicos peritos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). 03941

1.3.3 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 03942

1.4 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

11 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 18ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de fevereiro de 2004

3ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENA –
DORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Tenório – Jonas Pinheiro – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 120, DE 2004

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Ofício S nº 54, de 2000, que encaminha ao Senado Federal documentos do Senhor Eduardo Jorge Caídas Pereira: declaração de rendimentos, pessoa física e pessoas jurídicas; demonstrativos da origem dos recursos utilizados na compra de imóvel no Rio de Janeiro; extratos bancários de conta no City Bank em Nova Iorque; cópia de petição ao Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo, para fins de obtenção, junto ao Banco Central, de declaração a respeito de eventuais depósitos na conta bancária oriundos de recursos destinados ao TRT/SP, bem como informação sobre a transferência, à Subcomissão do Judiciário, dos sigilos pessoais do Sr. Eduardo Jorge e esposa referentes ao período em que exerceu o cargo de Secretário-Geral da Presidência.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Ofício S nº 54, de 2000, mediante o qual o advogado José Gerardo Grossi encaminha ao Senado Federal os documentos do seu cliente Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira: declaração de rendimentos, pessoa física e pessoas jurídicas; demonstrativos da origem dos recursos utilizados na compra de imóvel no Rio de Janeiro; extratos bancários de conta no City Bank em Nova Iorque; cópia de petição ao Juiz Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária de São Paulo, para fins de obtenção, junto ao Banco Central, de declaração a respeito de eventuais depósitos na conta bancária de seu cliente oriundos de recursos destinados ao TRT/SP, bem

como informação sobre a transferência, à Subcomissão do Judiciário, dos sigilos pessoais do seu cliente e esposa referentes ao período em que exerceu o cargo de Secretário Geral da Presidência.

Conforme seu remetente, o documento foi enviado à Mesa e à Subcomissão do Poder Judiciário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa com o objetivo de colaborar com esses colegiados na investigação de fatos relacionados com o caso da construção do prédio da Justiça do Trabalho em São Paulo, que foi objeto de investigação pela chamada Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário.

Na sua 18ª Reunião, realizada no dia 13 de setembro de 2000, a Colenda Mesa do Senado Federal decidiu encaminhar a documentação, em cópia, a esta Comissão, onde foi recebida no dia 18 subsequente.

É o relatório.

II – Voto

O Ofício sob exame, datado de 11 de setembro de 2000, capeia uma vasta documentação espontaneamente encaminhada ao Senado Federal pelo senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário Geral da Presidência da República, por intermédio de seu advogado, com vistas a esclarecer os fatos que estavam sob análise da então referida Subcomissão do Poder Judiciário.

O senhor Eduardo Jorge enviou os documentos como complementação dos sigilos pessoais dele e de sua esposa, que já haviam sido transferidos, também de forma espontânea, à mesma Subcomissão, em 22 de agosto de 2000. Todos esses fatos tiveram lugar após longo depoimento feito, no colegiado, pelo mesmo cidadão.

A presente documentação encontra-se nesta Comissão há mais de um ano e representa a total disponibilidade do ex-Secretário-Geral da Presidência da República de prestar todos os esclarecimentos solicitados envolvendo as investigações relativas ao escândalo do prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, com vistas à elucidação dos fatos respectivos.

Nesse período ficou assente a inconsistência das tentativas de se vincular o Governo com o referido escândalo, pela total ausência de provas materiais que as sustentassem. O próprio Ministério Público, mesmo após cuidadosa e incessante investigação, viu-se impossibilitado de solicitar sequer o indiciamento do senhor Eduardo Jorge ou de qualquer pessoa vinculada ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por absoluta falta de provas.

Trata-se, assim, de matéria vencida, que não mais se encontra sob investigação desta Comissão.

Do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício S nº 54, de 2000.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2001. **Jonas Pinheiro**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Antônio Carlos Júnior** – **Moreira Mendes** – **Luiz Otávio** – **Jefferson Peres** – **Bello Parga** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Freitas Neto** – **Valmir Amaral**.

PARECER Nº 121, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2003, (nº 2.014/2002, na Câmara dos Deputados que aprova o texto da nova versão do Acordo Internacional do Cacau (AICACAU-2001), que substituirá o (AICACAU-1993).

Relator: Senador **João Capiberibe**

Relator ad hoc Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

O projeto de decreto legislativo em tela visa aprovar a nova versão do Acordo Internacional do Cacau (AICACAU-2001), que visa substituir o antigo acordo, de 1993, apelidado de AICACAU-1993, cuja vigência expirou em 31 de dezembro de 2001.

A matéria foi apresentada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, não tendo recebido emendas no prazo regimental.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto, de número 2.014, de 2002, naquela Casa, onde passou pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Agricultura e Política Rural e de Constituição e Justiça e de Redação.

O texto deste Acordo internacional foi elaborado na ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Cacau, realizada em Genebra, no período de 26 de fevereiro a 2 de março de 2001. Segundo a Exposição de Motivos Interministerial, assinada pelos então Ministros das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o novo texto do Acordo Internacional do Cacau apresenta proposta mais madura ao dispor que à Organização Internacional do Cacau incumbe, de forma primordial, o papel de via de troca de informações e promoção genérica do consumo do cacau. Destaca, ainda, a previsão da participação de representantes do setor privado na Organização (art. 1º); a formação de Fundo de Promoção do Cacau, com o objetivo de incentivar o consumo de chocolate e produtos derivados do cacau; a disposição de que a utilização de substitutos da manteiga de cacau pode prejudicar a expansão do consumo do cacau, a respeito do que o Diretor Executivo deverá

apresentar relatório regulares ao Comitê de Mercado (art. 38); e a introdução do conceito de manejo sustentável dos recursos cacaueiros, à luz dos princípios e objetivos de desenvolvimento sustentável contidos na Agenda 21, adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED) e com a finalidade de proporcionar retomo econômico justo a todas as partes envolvidas na economia cacaueira (art. 39).

II – Análise

O texto do Acordo em tela notabiliza-se pela redação confusa e truncada, talvez oriunda de má tradução do texto para o português, a dificultar o entendimento de seus dispositivos.

Afora as destacadas pela Exposição de Motivos Interministerial, numerosas são as modificações introduzidas pela versão de 2001 do Acordo Internacional do Cacau, a maior parte delas relativa ao funcionamento da Organização Internacional do Cacau e de seus órgãos.

O artigo 7º introduz a capacidade de delegação pelo Conselho de suas competências ao Comitê Executivo, exceto em 10 circunstâncias elencadas no Acordo: nos casos de redistribuição de votos; aprovação do orçamento administrativo e fixação de contribuições; revisão da lista de produtores de cacau fino ou de aroma; isenção de obrigações; deliberação sobre controvérsias; suspensão de direitos; definição de condições para adesão; exclusão de membros; prorrogação ou rescisão do presente Acordo; e recomendação de alterações aos membros.

No artigo concernente às Decisões do Conselho (art. 12), o novo Acordo eleva de dois para três o número de votos negativos que, ao impedirem o alcance da maioria necessária para as decisões do Conselho, farão com que a decisão seja submetida a nova votação. Acresce, ainda, ao antigo prazo de 24 horas para a realização da nova votação igual período. Portanto, o segundo escrutínio deverá ser realizado em 48 horas.

No que atine à competência do Comitê Executivo, o artigo 18 do texto atual elimina a função do Comitê de formular contínuas análises do mercado cacaueiro e recomendar ao Conselho a adoção das medidas que considere aconselháveis. Na forma atual, as funções do Comitê são reduzidas aos aspectos administrativos, financeiros e estruturais da Organização. Destarte, o Comitê não mais influi, mesmo de forma indireta, no processo decisório do Conselho, pois que foi eliminada a via da opinião consultiva.

O artigo 19, item 5, modifica o quorum exigido para a reunião de abertura dos períodos de sessões

do Conselho. Pela fórmula anterior, era necessária a presença de pelo menos cinco Membros exportadores e da maioria dos Membros importadores, desde que esses Membros juntos, tivessem, em cada categoria, pelo menos dois terços do total de votos dos Membros dessa categoria. Pelo texto atual, são necessárias as presenças de no mínimo quatro Membros exportadores e quatro Membros importadores, desde que, juntos, detenham, não dois terços do total de votos, mas, tão-somente a maioria simples dos votos dos Membros de suas respectivas categorias.

O poder do Comitê Executivo foi, uma vez mais, mitigado no novo Acordo. Prevê o art. 18, item “e”, que deverá ele apenas assistir o Conselho na nomeação do Diretor Executivo e de funcionários graduados da organização, e não mais deverá o Conselho consultar o Comitê antes de nomear o Diretor.

O texto do novo acordo inova, ainda, ao dispor, no art. 21, sobre a necessidade de que seja realizado programa de trabalho da Organização, a ser adotado pelo Conselho, para o planejamento das atividades do ano subsequente. A implementação do Programa ficará a cargo do Diretor Executivo. Causa espécie, no entanto, que a redação do artigo 21, que versa sobre o referido programa de trabalho, ao dar indícios de que sua feitura é obrigação automática derivada no término do ano cacaueiro, em contradição, adita que a formulação do tal programa deverá submeter-se à recomendação do Comitê Executivo.

Art. 25, item 5, do acordo trazia a previsão de que “[o Membro cuja contribuição não tenha sido paga por um período de dois anos] não será eximido de nenhuma outra obrigação financeira ao âmbito do presente Acordo”. Na versão atual do art. 26, item 5, que trata do mesmo assunto, não há essa previsão, o que pode abrir lacuna para o entendimento de que ao Membro faltoso em suas obrigações financeiras para com a Organização caberá, tão-somente, a pena suspensão dos direitos de Membro.

No artigo relativo à relação com o fundo comum e com outros doadores multilaterais e bilaterais, o AICACAU –2001 inova ao predizer, no item 2, art. 28, que a Organização se empenhará na cooperação com outras organizações internacionais e agências doadoras, bilaterais e multilaterais, com vistas a obter o financiamento para os programas e projetos de interesse da economia cacaueira. Quanto aos projetos, a Organização terá o papel primordial de auxiliar seus Membros na elaboração. De maneira excepcional, a Organização será envolvida na implementação desses projetos, o que não poderá gerar, todavia, custos adicionais para o orçamento da Organização.

Acresce, ainda, o AICACAU 2001, artigos relativos à formação de uma Junta Consultiva da Economia Mundial do Cacau, com status consultivo, com o objetivo de promover a participação de especialistas do setor privado no diálogo internacional acerca do mercado do cacau. Deverá a Junta manter o Conselho permanentemente informado sobre seus procedimentos.

O AICACAU 2001 prevê a formação do Comitê de Mercado pelo Conselho, com a finalidade de analisar tendências e perspectivas para a produção e o consumo de cacau, estoques e preços e identificar eventuais desequilíbrios de mercado em sua fase inicial. O Comitê será responsável pela apresentação de relatórios detalhados em cada sessão ordinária do Conselho.

O Acordo também inova ao incluir procedimentos para conferir maior transparência ao mercado: a Organização manterá informações atualizadas sobre as atividades dos membros no que se refere à moagem, ao consumo, a produção, às exportações (inclusive reexportações) e às importações de cacau e derivados, bem como estoques; os membros fornecerão as estatísticas relevantes em prazo razoável, de forma detalhada.

Acerca dos estoques, o artigo 3º do antigo texto determinava que, para sua avaliação, e para garantir maior transparência do mercado, os Membros deveriam fornecer ao Diretor Executivo, no mais tardar até o final de cada ano, as informações a que tivessem acesso sobre eles. O atual texto, no entanto, dispõe no artigo 36 que cada Membro deverá assistir o Diretor Executivo na obtenção de informações sobre o volume dos estoques de cacau em seus países, e não estipula, tal como no anterior, que as informações deverão ser repassadas até o final de cada ano cacaueiro.

O estímulo ao consumo do cacau passa, pelo artigo 37, a ser responsabilidade primordial dos Membros, que deverão criar, em suas jurisdições, um Comitê de Promoção com esse objetivo. Substitui-se, pois, a antiga fórmula do Comitê de Consumo, criado pelo Conselho, com essa finalidade. O Comitê de Consumo, por intermédio do Diretor Executivo, administrará um Fundo Promocional, a ser utilizado somente para financiar campanhas promocionais, pesquisas e estudos relativos ao consumo de cacau e para cobrir as despesas administrativas concernentes. As atividades promocionais do Comitê poderão ser financiadas com recursos de Membros,

não-Membros, outras organizações e pelo setor primário.

Vale lembrar que a proposta de criação do Fundo para Promoção do Consumo do Cacau foi elaborada na Sexagésima Quarta Reunião Anual da Aliança dos Produtores de Cacau, realizada em Ilhéus, em outubro de 2001 e visa, fundamentalmente, instigar o consumo de chocolate nos países onde o produto é quase ignorado, como China e Índia.

O estímulo ao comércio internacional do cacau, sobretudo tendo em mente a sustentabilidade dos recursos cacaueiros e a garantia de retomo econômico justo às partes envolvidas no seu comércio, ambos princípios adotados pelo Acordo Internacional do Cacau-2001, é todo oportuno para o Brasil. Não obstante a região Cacaueira, nos anos 90, tenha tentado se ajustar à nova realidade econômica com a promoção de outras culturas agrícolas e o engajamento no importante setor de eletroeletrônicos, poderá ela gozar de novo ciclo de desenvolvimento social com o fortalecimento dessa riquíssima cultura, que, em sua época áurea, produziu, somente no Estado da Bahia, 300 mil toneladas anuais e gerou 250 mil empregos. Estima-se que, no ciclo de produção de 2003 e 2004, a Bahia, estado que concentra cerca de 90% da produção do país, terá safra 45% superior a do ciclo passado. Estima-se que, em oito anos, a Bahia voltará a produzir quantidades equivalentes à época do ouro da produção do cacau no estado.

Também no Estado do Amapá, o cacau desempenha papel relevante. A Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Governo do Estado do Amapá elegeu o cacau como um dos produtos regionais de maior potencial de exportação. Atualmente, figura na pauta de exportações do estado no 13º lugar.

Nos anos 90, o Brasil passou de exportador a importador de cacau e seus derivados, para o que contribuíram, entre outros fatores, os baixos preços do produto; os grandes estoques mundiais de amêndoas; a substituição e a redução do cacau nos chocolates e afins; a entrada de novos concorrentes no mercado desses produtos, com inovações tecnológicas e estratégicas de redução de custo; a reestruturação da lavoura e da indústria processadora; a desestruturação do ecossistema; o clima adverso; e as doenças do cacaueiro, notadamente, a “vassoura-de-bruxa”. Apesar da crise, a indústria processadora brasileira ainda mantém a quarta colocação no mercado mundial, superada apenas pela Holanda, Estados Unidos e Alemanha. Tanto a indústria pro-

cessadora quanto a chocolateira vêm experimentando, a exemplo do que ocorre com os segmentos mais dinâmicos da indústria nacional de alimentos, significativo processo de reestruturação competitiva.

Em março deste ano, o Senado aprovou, em regime de urgência, projeto que prorrogava em mais 270 dias o Programa de Recuperação de Lavoura Cacaueira, que se encerraria no final do mês.

III – Voto

Por tudo quanto exposto, pela conveniência e oportunidade, voto pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Lúcia Vânia**, Relatora *ad hoc* – **Rodolpho Tourinho** – **Ramez Tebet** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **Tião Viana** – **José Agripino** – **Pedro Simon** – **Gilberto Mestrinho** – **Jefferson Peres** – **Marco Maciel** – **Marcelo Crivela**.

PARECER Nº 122, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003 (nº 731/2003, na Câmara dos Deputados que aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul), , a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Relator: Senador **Sibá Machado**

Relator *ad hoc* Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003 (nº 731, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, passando ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. O referido ato internacional fora objeto de relatório preliminar da Re-

presentação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do disposto no art. 2º, inciso I e II 1º 2º da Resolução nº 1 de 1996-CN, que recomendou a sua aprovação pelas demais Comissões temáticas do Congresso Nacional que viessem a examiná-lo.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003, foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 30 de outubro de 2003.

Vindo ao Senado Federal, a matéria em pauta foi distribuída a esse órgão colegiado.

Visa o ato internacional em epígrafe a reduzir os entraves à circulação de pessoas no espaço econômico integrado, mediante a facilitação dos trâmites migratórios entre os seis países.

Dispõe que os nacionais dos Estados signatários ficam dispensados, quando da solicitação de vistos, de renovação do prazo de estada e concessão de permanência, da exigência de tradução de passaportes, cédulas de identidade, certidões de nascimento e casamento e atestados negativos de antecedentes penais, sem prejuízo do cumprimento das demais leis e regulamentos em matéria migratória vigentes no País de entrada.

II – Análise

Em primeiro lugar, cumpre assinalar que, curiosamente, o ato internacional em pauta somente foi encaminhado à Presidência da República, pelo Ministério das Relações Exteriores, com vistas ao seu envio ao Congresso Nacional, em 8 de abril de 2002, portanto um ano e quatro meses após a sua assinatura em Florianópolis. Trata-se de fato merecedor de atenção no âmbito da análise que ora empreendemos, uma vez que não têm sido poucas as vezes em que o Congresso Nacional é tido como responsável pela morosidade e ineficiência com que vem sendo processada a incorporação das normas, celebradas no âmbito do Mercosul, aos respectivos ordenamentos jurídicos nacionais.

Isso posto, voltamos as nossas atenções ao conteúdo do ato internacional em exame.

O Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, está fundamentado no Tratado de Assunção, de 1991, que criou o Mercosul, e no Protocolo de Ouro Preto, firmado em 1994, que lhe outorgou personalidade de direito internacional

público. Em 1996 a República da Bolívia e a República do Chile firmaram com o Mercosul, respectivamente, o Acordo de Complementação Econômica nº 36 e o Acordo de Complementação Econômica nº 35, mediante os quais tornaram-se Estados Associados do Mercosul.

O Tratado de Assunção estabeleceu, para os Estados signatários, os compromissos de criar um mercado comum e de harmonizar as suas legislações. Como se sabe, um mercado comum implica a livre circulação de fatores de produção – capital e trabalho – entre os Estados Partes.

Segundo assinala a Exposição de Motivos do então Ministro das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, Acordo semelhante ao que ora examinamos já foi firmado entre os quatro Estados Partes do Mercosul.

O ato internacional em pauta avança, portanto, no que tange a mecanismos de eliminação gradual dos trâmites de entrada, saída e estada nos Estados signatários, estendendo aos Estados Associados do Mercosul a fluidez da circulação e dos contatos entre as suas populações.

Cumprir destacar, entretanto, o disposto no Artigo 3º, ao determinar que a dispensa de tradução de documentos estabelecida no Acordo em tela não exige seus beneficiários do cumprimento das demais leis e regulamentos em matéria migratória vigentes em cada um dos Estados Partes. Assinale-se, também, a ressalva contida no Artigo 4º, segundo o qual, havendo dúvidas fundamentadas quanto ao conteúdo do documento apresentado, o país de ingresso poderá, excepcionalmente, exigir a tradução do respectivo documento.

III – Voto

Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2003, que aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul a República da Bolívia e a República do Chile celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.

Sala da Comissão, **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Gilberto Mestrinho** – **Rodolpho Tourinho**, Relator *ad hoc* – **Lucia Vânia** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **José Agripino** – **Pedro Simon** – **Ramez Tebet** – **Tião Viana** – **Marco Maciel** – **Jefferson Péres** – **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 123, DE 2004

Da Comissão De Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003 (nº 758/2003, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

O Projeto de decreto legislativo em questão aprova texto do Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), celebrado pelo Governo da República Federativa do Brasil no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Praia, Cabo Verde, em 17 de julho de 1998.

Encaminhado à Câmara dos Deputados em 1999, por intermédio da Mensagem Presidencial nº 1.287, daquele mesmo ano, o texto foi aprovado naquela Casa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2003.

O texto do Acordo em exame pretende promover a cooperação entre instituições de ensino superior dos países de língua portuguesa e, dessa forma, promover desenvolvimento científico, tecnológico e cultural dos Estados-Membros da CPLP.

A cooperação em tela, conforme o artigo 1º do Acordo sob análise, abrangerá atividades de apoio à educação e cultura, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O mesmo dispositivo também consagra que caberá a cada país nomear o órgão executor do Acordo, o que deve ser feito no prazo de dois meses após a entrada em vigor deste para o país signatário.

Nos termos do artigo 2º, § 1º do Acordo, cinco serão os objetivos gerais da cooperação: a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; intercâmbio de informações e experiências; intercâmbio de produções científicas, de documentação especializada e de publicações; o planejamento, implementação e desenvolvimento de projetos comuns; e o conhecimento mútuo dos sistemas de ensino superior.

Apesar desses objetivos serem implementados mediante convênios suplementares entre as instituições de ensino superior, várias atividades são indicadas para realizá-los, como intercâmbio de docentes e pesquisadores, troca de documentação e publicação e elaboração de projetos de pesquisa (art. 3º do Acordo).

Pelos artigos 4º e 5º, ficam obrigados os Estados-Membros a facilitar, reciprocamente, o reconhecimento de títulos, diplomas e certificados, de acordo com as leis vigentes em cada país e convênios interinstitucionais.

Por fim, diga-se que caberá à Conferência de Ministros de Educação da CPLP aprovar os programas e projetos de caráter multilateral desenvolvidos no marco desse Acordo (art. 7º), bem como resolver qualquer divergência sobre a interpretação ou implementação do Acordo que os Ministros de Educação entre si não tenham resolvido por negociação (art. 8º).

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 940, de 2003, por sua conveniência e oportunidade.

Sala das Sessões, 8 de janeiro de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Lucia Vânia** – **Rodolpho Tourinho**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **Tião Viana** – **Jefferson Péres** – **José Agripino** – **Marco Maciel** – **Ramez Tebet** – **Pedro Simon** – **Gilberto Mestrinho** – **Marcelo Crivella**.

PARECER Nº 124, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (nº 820/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Relator: Senador **Rodolpho Tourinho**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003 (PDC 820, de 2003, na origem), que aprova o texto do Acordo sobre Concessão de Visto Temporário para Tratamento Médico a Cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 20 de novembro de 2003, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 269, de 2003, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 191, de 11 de junho de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O Acordo em apreço, acatando a recomendação que o Conselho Nacional de Imigração já previra, contempla que os nacionais das Partes signatárias a saber, os Governos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – possam solicitar e ter expedidos em seu favor Visto Temporário para fins de tratamento médico a efetuar-se no território do Estado de qualquer outra das Partes.

Convém ressaltar que o Acordo prevê, para a concessão do visto, a necessidade de apresentação de indicação médica para o tratamento e a comprovação da capacidade de custeio do tratamento por parte do requerente.

O referido Acordo foi celebrado por ocasião da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ocorrida em Brasília, entre 31 de julho e 1º de agosto de 2002.

II – Análise

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 1996 com base na identidade lingüística e cultural de seus membros. Representa o desejo de cooperação entre países com heranças comuns e vai ao encontro dos interesses fraternais dos povos lusófonos.

Para as relações internacionais do Brasil, o presente Acordo representa mais um passo rumo à maior integração com países da Europa e da África. Nesse sentido, a aproximação com os membros da CPLP é um meio importante para o estreitamento dos laços do Brasil com outras nações daqueles continentes.

Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, ce-

lebrados no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2003.

Sala da Comissão, 29 de janeiro de 2004. – **Eduardo Suplicy**, Presidente – **Lucia Vânia** – **Rodolpho Tourinho**, Relator – **Mozarildo Cavalcanti** – **Edison Lobão** – **Tião Viana** – **José Agripino** – **Gilberto Mestrinho** – **Pedro Simon** – **Marco Maciel** – **Ramez Tebet** – **Jefferson Péres** – **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 125, DE 2004

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003, nº

819/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, celebrado em 1º de fevereiro de 2002, em Paris.

Relator: Senador **Edison Lobão**

Relator *ad hoc*: Senadora **Lucia Vânia**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003 (PDC 00819, de 2003, na origem), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Espacial Européia sobre a Cooperação Espacial para Fins Pacíficos, assinado em Paris, em 1º de fevereiro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima referido.

O diploma legal em apreço foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em 20 de novembro de 2003, tendo naquela Casa passado pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 218, de 2003, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, e a Exposição de Motivos nº 94, de 1º de abril de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

O presente acordo tem por objetivo estabelecer as bases para a cooperação entres as Agências Espaciais Brasileira e Européia nas áreas de pesquisa e tecnologia, bem como no uso do espaço exterior, fixando, ademais, as condições de implementação de projetos de interesse mútuo. Conforme estabelecido no texto do Acordo, tal cooperação poderá abranger as seguintes áreas: ciência espacial, ciência da vida, observação da Terra, telecomunicações, microgravidade e sistemas espaciais.

Convém ressaltar que o Acordo prevê, ainda, a cooperação por meio do intercâmbio de peritos, a realização de conferências e simpósios conjuntos e o estabelecimento de parcerias para o treinamento ou outras atividades científicas em instituições de ambas as Partes.

Finalmente, a Exposição de Motivos ressalta que o Acordo “inscreve-se em um amplo esforço, por parte do Governo brasileiro, no sentido de consolidar o quadro institucional de sua cooperação internacional na área do espaço exterior, mediante a conclusão de instrumentos semelhantes com países tais como: Estados Unidos, Argentina, Rússia, França e Ucrânia”.

II – Análise

O Brasil encontra-se entre o seletor grupo de nações detentoras de tecnologia aeroespacial, dispondo, também, de condições geográficas excelentes para o lançamento de foguetes. Ademais, não há dúvidas acerca da destinação para fins absolutamente pacíficos dessa tecnologia. Nesse sentido, fundamental que o País estabeleça parcerias em termos de cooperação aeroespacial, de modo a permitir o aprimoramento de nossas atividades nessa área.

Assim, o referido Acordo vem ao encontro do interesse brasileiro de ampliar as possibilidades de cooperação aeroespacial. Destaque-se que trata de uma parceria com a organização internacional que comanda o programa espacial europeu, reconhecido por seu desenvolvimento tecnológico e científico. A Agência Espacial Européia, vale ressaltar, mantém estreita cooperação com a Nasa e com o programa espacial russo, que lhe tem permitido o acúmulo de conhecimentos e experiência na exploração e uso pacífico do espaço exterior.

Também devemos fazer menção ao fato de que o presente Acordo significa mais um passo nas atividades de cooperação que já são desenvolvidas com a Agência Espacial Européia. Um exemplo dessas ações é o Acordo para o Estabelecimento e Utilização dos Meios de Rastreamento e Telemedida Situados em Território Brasileiro, celebrado em 1994, o qual disciplinou a utilização do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, em Natal, para o rastreamento de foguetes lançados pela Agência Espacial Européia a partir da Guiana Francesa.

Para as relações internacionais do Brasil, o presente Acordo representa mais um passo rumo ao estreitamento dos laços com as nações detentoras de conhecimento e tecnologia em áreas estratégicas como a exploração espacial. O País estará, portanto, diversificando suas parcerias também nessa área.

Trata-se, a toda evidência, de ato internacional conveniente e oportuno aos interesses nacionais, celebrados no âmbito da cooperação com a Agência Espacial Européia, cuja ratificação pelo Brasil e a implementação no direito interno serão bastante positivas para as relações internacionais do País e para a imagem do Brasil junto a seus pares da comunidade internacional.

III – Voto

Por todo exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2003.

Sala da Comissão, 29 de janeiro de 2004. –
Eduardo Suplicy, Presidente – **Lúcia Vânia**, Relatora **Ad Hoc** – **Edison Lobão** – **Ramez Tebet** – **Rodolpho Tourinho** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Tião Viana** – **Gilberto Mestrinho** – **Pedro Simon** – **José Agripino** – **Jefferson Péres** – **Marco Maciel** – **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

SEÇÃO II

Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

PARECER Nº 126, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004 (nº 7.068/2002, na Casa de origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal

da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.Relator: Senador **Rodolpho Tourinho****I – Relatório**

De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004, com a ementa transcrita na epígrafe.

O Projeto sob exame pretende promover a transformação de 118 (cento e dezoito) funções comissionadas em 28 (vinte e oito) cargos em comissão, no âmbito do Quadro de Pessoal do TST, além de dispor sobre diretrizes de organização das atividades do Tribunal sob a forma de sistemas.

Na justificação do Projeto subscrita pelo eminente Ministro Presidente do Tribunal, são alinhados os seguintes argumentos em favor da proposição:

A crescente elevação do volume de serviços, evidenciada e recrudescida inclusive pela redução do número de membros do Tribunal Superior do Trabalho efetivada pela Emenda Constitucional nº 24/99, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

Tem-se observado cada vez mais no âmbito do Tribunal, diante da volumosa e intrincada carga de tarefas que lhe são atribuídas, a necessidade de otimizar-se os recursos disponíveis com o propósito de garantir maior eficiência e agilidade na consecução das atribuições institucionais, especialmente no que se refere àquelas mais complexas e especializadas.(...)

Ainda de acordo com a proposta, as medidas projetadas não implicarão aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal já inclui os respectivos valores.

II – Análise

Do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade, o Projeto não merece qualquer reparo. A iniciativa foi exercida com legitimidade pelo TST, com fundamento no art. 96, II, **b** da Constituição Federal, e a apreciação da matéria é da competência do Congresso Nacional.

Note-se que a proposição, por não implicar aumento de despesas, não encontra óbice nas normas jurídicas que regem a espécie, especialmente no to-

cante às restrições impostas pelo art. 169 da Carta Política e pela Lei Complementar nº 101, de 2002, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

No que respeita ao mérito, importa registrar que a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão, além de possibilitar melhor nível de retribuição a posições de chefia e assessoramento, enseja que parte dos novos cargos sejam providos por recrutamento amplo, fora dos quadros do Serviço Público.

Como já foi anotado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o Projeto omisso em relação às atribuições e denominações dos cargos em comissão a serem criados, que permitiriam melhor avaliação da pertinência entre os cargos e os objetivos enunciados na proposta. Trata-se, entretanto, de deficiência que não deve prejudicar a aprovação do Projeto, em vista da possibilidade de vir a ser provida por normas regulamentares do Tribunal, sem aumento de despesas, já que os níveis remuneratórios dos cargos se acham consignados no Anexo do Projeto.

Quanto às normas de caráter organizacional contidas no art. 2º do Projeto, apenas reproduzem o que já foi aprovado por esta Casa projeto análogo de interesse do Tribunal Superior Eleitoral, que veio a ser convertido na Lei nº 8.868, de 1994.

III – Voto

Pelas razões expendidas, nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004.

Sala da Comissão, 11 de fevereiro de 2004. –
Edison Lobão, Presidente – **Rodolpho Tourinho**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Tião Viana** – **Antonio Carlos Valadares** – **Fernando Bezerra** – **Gariibaldi Alves Filho** – **Antônio Carlos Magalhães** – **Demóstenes Torres** – **Álvaro Dias** – **Tasso Jereissati** – **Jefferson Péres** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Efraim Moraes** – **Leonel Pavan**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 96. Compete privativamente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Po-

der Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....
c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;
.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, sã poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.

.....
**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 24,
DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999**

Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classistas na Justiça do Trabalho.
.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI Nº 8.868, DE 14 DE ABRIL DE 1994

Dispõe sobre a criação, extinção e transformação de cargos efetivos e em comissão, nas Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2004** (nº 7.068/2002, na Casa de origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a transformação de funções comissionadas em cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OFÍCIO GSGC-076/2004

OF. Nº 73/04-BLP

Brasília, 11 de fevereiro de 2004

Brasília, 3 de fevereiro de 2004

Senhor Secretário,

Solicito a V.S^a, que torne sem efeito o comunicado enviado sobre o meu desligamento do PMDB, datado de 15 de setembro de 2003.

Na certeza da acolhida de V.S^a, despeço-me agradecendo.

Atenciosamente, Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

OF. LID. PP Nº 111

Brasília, 10 de fevereiro de 2004

Senhor Presidente

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a honra de indicar o Deputado José Linhares, do PP/CE, como membro Titular da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 148, de 2003, do Poder Executivo, que “atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998”, em substituição ao Deputado Pedro Henry, do PP/MT.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. – Deputado **Pedro Henry**, Líder do PP.

OF. 123/2004

Brasília, 10 de fevereiro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais, o Senhor Deputado José Militão (PTB-MG), como Titular, em substituição ao Senhor Deputado José Mucio Monteiro (PTB-PE), para integrar a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 152, de 23 de dezembro de 2003, que “altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Mucio Monteiro**, Líder do PTB.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Jaime Martins (PLJMG), na qualidade de titular, e João Caldas (PL/AL), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 161, de 2004, que “acresce o art. 1º—A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 74/04-BLP

Brasília, 3 de fevereiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Welinton Fagundes (PL/MT), na qualidade de titular, e Luciano Castro (PL/RR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 163, de 2004, que “altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.”

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

OF. Nº 94/04-BLP

Brasília, 9 de fevereiro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex^a que o Bloco PL/PSL indica os Deputados Miguel de Souza (PL/RO), na qualidade de titular, e Carlos Mota (PL/MG), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 164, de 2004, que “Dispõe sobre a Contri-

buição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências”.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitiro ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF. Nº 15/2004-GSRT

Brasília, 4 de janeiro de 2004

Senhor Presidente,

Tendo em vista que os esclarecimentos do Senhor Ministro das Comunicações sobre o Requerimento de Informações nº 1082, de 2003, de minha autoria, não foram precisas no que concerne ao montante dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) arrecadado até a presente data e, também, sobre o saldo atual do mesmo Fundo, solicito que V. Exª determine as providências cabíveis para que aquela autoridade preste as informações competentes.

Ao ensejo, renovo a V. Exª os protestos de estima e consideração. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Em atendimento ao **Ofício nº 15, de 2004**, de 04 de janeiro de 2004, do Senador Romeu Tuma, que acaba de ser lido, a Presidência reiterará o pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 143, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, as seguintes informações:

a) horário do sorteio do concurso nº 529 da Mega-sena, realizado, no “Caminhão da Sorte”, em 14 de janeiro de 2004, na cidade de Rio das Ostras (RJ);

b) data e hora de realização das apostas premiadas;

c) quantidade de apostadores premiados, que não necessariamente coincide com a quantidade de apostas.

A Mega-sena é uma loteria promovida pela Caixa Econômica Federal (CEF) desde 11 de março de 1996. Até recentemente, a Mega-sena premiou não mais do que cinco apostas em um único sorteio. Em 14 de janeiro deste ano, porém, em clara afronta à lei das probabilidades, quinze apostas foram premiadas. Ainda mais surpreendente é a concentração dessas apostas em estados da região Nordeste, não afetados pelo horário de verão: cinco em Pernambuco, três na Paraíba, duas no Piauí, duas no Rio Grande do Norte, duas no Ceará e uma na Bahia.

É fundamental que não haja qualquer dúvida acerca da lisura dos sorteios promovidos pela CEF – importantes fontes de recursos para ações em favor da cultura, da educação e do esporte nacionais. Dessa forma, impõe-se que o Ministério da Fazenda, na condição de órgão supervisor da CEF, preste todos os esclarecimentos ora requeridos.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **Álvaro Dias**.

(À mesa – para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência comunica ao Plenário que a nobre Senadora Serys Slhessarenko encaminhou à Mesa requerimento fundamentado no art. 258 do Regimento Interno, solicitando tramitação conjunta da **Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003**, com a **Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000**.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003, altera o sistema nacional de composição dos Tribunais, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, trata da reforma do Judiciário.

A Presidência esclarece que o art. 258 do Regimento Interno, não estabelece nenhuma restrição explícita à tramitação conjunta de proposições. Entretanto, a tramitação de propostas de emenda à Constituição é disciplinada em título próprio na Lei Interna, tendo procedimentos legislativos específicos.

Quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, a Mesa informa que a discussão foi encerrada em 27 de junho de 2002, encontrando a

mesma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para reexame. A Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003, por sua vez, encontra-se naquela Comissão para instrução e posterior inclusão em Ordem do Dia para início da discussão.

Ante o exposto, conclui-se que as matérias estão em fases distintas de apreciação nesta Casa, não havendo, portanto, condições de tramitarem conjuntamente.

Assim, a Presidência, nos termos do inciso XI do art. 48 do Regimento Interno, deixa de dar seguimento ao requerimento da nobre Senadora Serys Slhessarenko.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº ,DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2003, com a Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, por versarem sobre a mesma matéria (Reforma do Judiciário).

Sala das Sessões, – Senadora **Serys Slhessarenko**.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição para falar como Líder após a fala do primeiro orador inscrito regularmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a palavra será assegurada a V. Exª como Líder.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem.) – Gostaria de me inscrever para as comunicações inadiáveis, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser a segunda inscrita para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Este Senador é o terceiro inscrito para uma comunicação inadiável. O Senador Romeu Tuma fica como o primeiro suplente nas mesmas comunicações.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicitaria a V. Exª a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco da Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Exª será o primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Mesa aguarda a comunicação da Liderança para assegurar a inscrição a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

Passamos a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Maguito Vilela. S. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ano de 2003 foi especialmente importante do ponto de vista político, em função da aprovação das reformas e do Estatuto do Idoso. Uma série de leis importantes para este País mereceram a aprovação da Câmara, do Senado, do Congresso Nacional e, naturalmente, a sanção presidencial. Ficamos devendo a aprovação de algumas reformas, mas essa falha é perfeitamente corrigível.

Na semana passada, defendi desta tribuna a aprovação da reforma do Judiciário, inclusive com a implantação do controle externo, por entender que nenhum Poder está acima do bem e do mal, nenhum Poder pode ser blindado com a intocabilidade. Essa reforma, sem dúvida nenhuma, irá contribuir para modernizar e agilizar o Poder Judiciário, talvez o mais importante. A classe política não pode ficar fora desse processo de mudanças e de transformações.

A reforma política, que há anos está em discussão no Congresso, precisa de um desfecho, com a aprovação de seus principais pontos. Chegam a dizer que a reforma política é a mãe de todas as reformas, mas entra ano e sai ano, eleição após eleição, continuamos a vivenciar os mesmos vícios na política, os mesmos problemas, decorrentes de nossa ultrapassada legislação na área política, na área eleitoral.

A maioria das atuais normas que regem o processo eleitoral brasileiro é fruto de outra realidade, em que as necessidades da vida partidária eram totalmente diferentes. O tempo passou, a democracia se consolidou e está a exigir novas regras, que dêem mais transparência e condições de igualdade ao processo eleitoral.

Estudos aprofundados, realizados tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, apontam para dois pontos mais graves que devem ser corrigidos com a maior urgência: o fortalecimento dos partidos políticos e o financiamento de campanha, que hoje é conhecido como um foco muito grande de corrupção neste País.

Um dos maiores pontos de desmoralização da classe política é o troca-troca de partidos, na maioria das vezes motivados não por idealismo ou ideologia, mas por um pragmatismo contestável, sendo que os interesses particulares se sobressaem em relação a qualquer outra coisa. A instituição da fidelidade partidária é ponto pacífico entre os principais Líderes desta Casa e precisa ser implantada com urgência. Abro um parêntese para dizer que é aceitável trocar de partido. Ninguém é obrigado a filiar-se a um partido e ficar eternamente nele. A mudança é compreensível quando tem uma motivação especial, ou por ideologia ou por uma série de outros motivos justificáveis. O político tem o direito de trocar de partidos. O que não aceito é esse troca-troca fisiológico. Muitas vezes um político troca cinco, seis, dez vezes de partido no mesmo ano. Isso é totalmente incompreensível.

Não é possível que um mandato, delegado pelo voto popular, seja transformado em moeda de troca em negociações que muitas vezes envolvem interesses pouco legítimos. A fidelidade partidária é que permite a existência de uma oposição forte, um dos sustentáculos de qualquer sistema honesto e democrático.

O sentido da eleição proporcional é precisamente o de conferir votos aos partidos e não aos candidatos. A troca de partido de parlamentares eleitos destrói a alma do chamado sistema proporcional, já que esse parlamentar leva com ele a cadeira conferida ao partido pelo qual foi eleito. Não há outro caminho que não seja a punição com a perda de mandato para a infidelidade partidária.

Já tramita nesta Casa projeto de minha autoria que exige a um candidato que queira concorrer às eleições domicílio eleitoral e filiação partidária no prazo mínimo de quatro anos antes do pleito. Uma regra que não vale apenas para as pessoas menores de 22 anos de idade, caso em que os prazos mencionados serão de, no mínimo, um ano.

Outro ponto fundamental diz respeito ao financiamento de campanhas eleitorais, que, repito, é o principal foco de corrupção na vida pública brasileira. Defendo a instituição do financiamento público das campanhas não apenas como um instrumento que irá dar transparência aos gastos, como também uma forma de tornar mais iguais as eleições.

Hoje, a força do poder econômico é preponderante em qualquer disputa eleitoral. O dinheiro se sobrepõe às propostas, ao debate, à discussão legítima

de campanha. Quem tem dinheiro tem chances de ser bem-sucedido. Quem não tem, já está fora da disputa.

A continuar assim, daqui a pouco o direito de se eleger a um mandato eletivo no Brasil será, na prática, privilégio apenas dos milionários e de quem busque a eleição para representar os interesses de minorias poderosas deste País. Aqueles líderes sem tradição de força econômica, forçados nas lides populares, jamais terão a oportunidade de buscar um mandato para defender os interesses da população.

Existem outros pontos importantíssimos na reforma política. Particularmente no que diz respeito ao Senado, defendo, desde a Assembléia Nacional Constituinte, quando fui Deputado Federal e apresentei a primeira emenda referente a este tema, a redução do mandato dos Senadores de oito para quatro anos. Todos os mandatos no Brasil – de vereador, de deputado estadual, de deputado federal, de governador e de Presidente da República – são de quatro anos, apenas o mandato de Senador é de oito anos, o que eu entendo ser uma excrescência política. É preciso que todos os mandatos no Brasil sejam iguais. Na reforma política teremos oportunidade, novamente, de discutir a duração desse mandato para que possa haver uma reoxigenação, uma renovação constante. Se o próprio Presidente da República precisa, a cada quatro anos, se submeter ao crivo do voto popular, por que um Senador também não o faz de quatro em quatro anos? Venho defendendo isso desde 1987, quando assumi uma cadeira de Deputado Federal e participei da Assembléia Nacional Constituinte.

O voto facultativo também é um imperativo no atual estágio da democracia brasileira. O voto é um direito, que deve ser exercido com liberdade. O eleitor deve se dirigir à urna consciente da necessidade do voto e não constrangido por imposições legais. O voto facultativo forçará uma melhora na atividade política, não tenho dúvida nenhuma disso.

E existem pelo menos outras 60 propostas ligadas à reforma política em tramitação no Senado e outras 160 na Câmara dos Deputados. Daí a urgência de começarmos a votar essas medidas, a fazer essa reforma, a Reforma Política.

No início, pensava-se em fazer a reforma de uma vez só, analisando e aprovando um pacote de medidas. Essa alternativa acabou se mostrando ineficiente, dada a divergência de opiniões sobre muitos pontos. No entanto, é preciso que se monte uma agenda de votações com os temas ligados à reforma política. Os projetos podem ser votados item por item, de forma paulatina, com a apreciação por temas. O importante é dar início a esse processo, fazendo primeiro as mudanças mais importantes.

E por falar em mudanças, concedo um aparte ao ilustre e brilhante Senador do grande e importante Estado do Brasil, embora seja o caçula dos Estados brasileiros, mas hoje muito importante no contexto nacional, o Estado do Tocantins, Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Maguito Vilela, em primeiro lugar, parabênizo V. Ex^a que, de forma apropriada, equilibrada, como é perfil de V. Ex^a ao usar da tribuna desta Casa, traz este debate sobre a necessidade da reforma política, sobre o tempo dos mandatos parlamentares, especificamente o nosso de Senador. A Casa tem conhecimento da sua proposta de redução. Eu queria focar, não para discordar, mas para trazer à reflexão dos nossos Pares, a questão do financiamento público de campanha. Essa é uma questão sobre a qual temos que nos debruçar e ouvir a nossa sociedade. Quero dar alguns exemplos, para não me alongar. Sabemos que na Câmara dos Deputados – é mais comum lá do que no Senado – estão representados vários segmentos da sociedade brasileira. Ora vem um ex-presidente da Federação das Indústrias, ora vem um representante da Febraban, ora vem um do Sindicato dos Trabalhadores, ora vem um do segmento comercial. Então, imagine V. Ex^a, só por hipótese, que um cidadão que legitimamente venha a representar e integre o sistema financeiro bancário, ou seja, um representante dos banqueiros coloque o seu nome para disputar o mandato de Deputado Federal. Ora, certamente, ele terá as condições, por essa estrutura, de pleitear e até de ser eleito, como já houve casos na Câmara dos Deputados e dos quais V. Ex^a tem conhecimento. A Senadora Heloísa Helena lembra um fato, que acho não precisa ser oculto porque é um fato público. O Presidente do Banco Central, eleito pelo Estado de V. Ex^a e pelo meu Partido, o PSDB, Henrique Meirelles, saiu do Banco de Boston e, na sua primeira eleição, parece-me que teve mais de 180 mil votos, ou seja, foi legitimamente eleito. Imagine V. Ex^a se estivesse funcionando o financiamento público, ou seja, o dinheiro do povo para pagar as campanhas políticas. Seria lícito da parte dele? Como ele pôde ser candidato, estava habilitado a ser candidato, vindo da banca internacional. Ele teria financiamento público, ou seja, o povo brasileiro iria financiar a campanha do Sr. Henrique Meirelles. Não vejo nenhum sentido pejorativo. Não estou aqui julgando a figura do Presidente do Banco Central, que é muito competente, nem tampouco posso julgar o povo de Goiás por ele ter sido eleito. Imagino que teríamos o seguinte sentido: as campanhas seriam custeadas pelo dinheiro público e transparente. O que temo é que, por trás, as corporações, as empreiteiras, os empresários, continuariam a financiar organizadamente, não na prestação de contas, oficialmente, as campanhas. Aí nós teríamos o dinheiro do povo sendo gasto

para uma eleição e o dinheiro dos empresários financiando a sua estrutura de representação. Portanto, prefiro que na minha prestação de contas eu possa dizer ao povo quem financiou a minha campanha. Não tenho constrangimento para isso. Essa é uma questão que merece reflexão. Temo que o financiamento público permita que, por trás, continue o financiamento privado. E eu não gostaria de ver o dinheiro do povo brasileiro participando da campanha de segmentos que já têm condições, por si próprios, de mandar seus representantes. Era apenas uma contribuição para reflexão. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex^a pelo aparte, que é extremamente importante, enriquece muito o meu pronunciamento e dá transparência às idéias apresentadas aqui, até porque V. Ex^a citou muito bem o ex-Deputado Federal Henrique Meirelles, eleito para representar o povo de Goiás. E quem ele está representando hoje?

Então, o povo tem o direito de eleger e exigir do político, do deputado, que represente os seus legítimos interesses.

Não podemos admitir que alguém venha para cá exclusivamente para defender interesses econômicos, de banqueiros, de Febraban ou de grandes indústrias. Nada disso. O político é para defender o pobre, o humilde, o desempregado, aquele que não tem casa, o faminto, o despossuído. O político tem que ver o sofrimento do povo e procurar melhorar o seu nível de vida. Temos que acabar com essa política no Brasil, de virem para esta Casa ou para a Câmara dos Deputados os representantes do poder econômico, das minorias já tão beneficiadas pelo poder público no Brasil.

Agora, não é crível que também o indivíduo saia, como V. Ex^a citou, de Boston, nos Estados Unidos, venha aqui com R\$20 milhões ou R\$30 milhões concorrer com aqueles que são idealistas, que estão no seu bairro lutando pela sua gente, pelo seu povo. Isso não é correto.

Mais uma vez, justifica-se o financiamento público de campanha. Se o Presidente do Banco Central quiser ser reeleito ou eleito deputado, senador, governador vai concorrer nas mesmas condições financeiras com os outros. Por que ele vai concorrer com cinquenta vezes mais recursos do que um outro idealista que poderia estar servindo à pátria?

O financiamento público nivela. O pobre vai ter direito de se candidatar. A mulher, o homem da classe média vai ter o direito de se candidatar. Hoje é impossível porque para se eleger vereador, em qualquer lugar, é uma gastança descomunal. Senador Eduardo Siqueira Campos, todos aqueles que financiam políticos exigem a volta desses recursos por meio de favores, de obras, por meio não sei do que e, para mim, isso é o maior foco de corrupção deste País. Isso é

que vem desmoronando este País; os grandes financiadores têm o retorno de tudo, e, às vezes, dobrado, triplicado, quintuplicado. O Brasil tem que avançar nessa discussão. É lógico que V. Ex^a chama a atenção para alguns fatos e para alguns detalhes importantíssimos e temos que nos preocupar. Temos que armar a nossa Justiça, a Justiça Eleitoral, principalmente, para que ela possa fiscalizar. É fácil detectar quem gasta absurdos em campanha política e é fácil detectar quem está dentro da normalidade. É muito fácil. Hoje temos o Ministério Público, temos a Justiça Eleitoral, então devemos aparelhá-los para que eles possam fiscalizar com precisão.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Papaléo Paes e, posteriormente, com muita honra ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Maguito Vilela, quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento. É um tema extremamente importante para este País, porque trata exatamente da eleição dos seus representantes, dos representantes do povo. E quero, também, acrescentar que este tema deve ser muito discutido entre os políticos, mas também com a sociedade. Logicamente, temos que discutir porque na teoria, no projeto, é tudo muito bonito, é o País das maravilhas, mas quando vamos para a prática, sempre há uma maneira de burlar. E me fixarei mais na questão do financiamento de campanha. Seria muito bom se todos nós candidatos fôssemos financiados com o dinheiro público, dinheiro do contribuinte, mas isso deveria ser uma determinação na qual todos pudessem cumprir com igualdade essa condição. No entanto, isso nunca acontecerá. Isso facilitará os espertalhões...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Facilitará os espertalhões e, logicamente, os bem-intencionados serão mais prejudicados ainda, porque estes serão patrocinados com dinheiro público e os espertalhões, além do dinheiro público, terão seus financiamentos, que normalmente acontecem, inclusive, diante da lei que está vigendo agora, temos muitos candidatos que burlam a lei, fazem suas comprovações para o Tribunal Eleitoral, mas fazem seu caixa dois, que não declaram. Então, parabenizo V. Ex^a. Vamos ter que discutir à exaustão essa matéria, assim como o voto não obrigatório, pois, na minha opinião, favorece o poder econômico, sim. Esta Casa será responsável, mais uma vez, por uma grande discussão da política nacional. Parabéns.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Isso é que é importante. Vamos modernizar o sistema político, eleitoral no nosso País. Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, o qual me honra bastante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campanha.) – Eu gostaria de avisar que o tempo de V. Ex^a se esgotou.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, antes de encerrar, como eu já havia concedido o aparte ao Senador Almeida Lima, eu gostaria que V. Ex^a tivesse essa tolerância.

Com muito prazer, Senador Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria urgência ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Maguito Vilela, agradeço a V. Ex^a e, em trinta segundos, farei meu aparte, que vai no sentido de me somar ao pronunciamento de V. Ex^a, acrescentando apenas que neste País, nas eleições majoritárias, sobretudo, não apenas o dinheiro tem conquistado mandatos. Peço a V. Ex^a que inclua nas suas análises e nas suas observações a questão das pesquisas eleitorais que, com certeza, têm contribuído mais ainda para a conquista de forma ilegítima de mandatos majoritários, quem sabe até mais do que o próprio dinheiro. Não obstante, na minha avaliação, é exatamente o dinheiro que proporciona esse tipo de pesquisa eleitoral. A meu ver, pesquisas eleitorais publicadas, divulgadas após as convenções que escolhem os candidatos significam bastante no Brasil – e não estamos nos Estados Unidos e nem na Europa, mas no Brasil – e, sem dúvida alguma, contribuem muito para a ilegitimidade de inúmeros mandatos, sobretudo majoritários.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a. Esse problema das pesquisas também tem que ser discutido nessa reforma política.

Agradeço muito, Sr. Presidente, a tolerância e tenho esperanças de que o Brasil realmente modernizará esse aspecto da nossa política. O Brasil encontrará novos caminhos para a sua autoconsolidação como o país extraordinário que é.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra para uma comunicação de interesse partidário ao nobre Líder Mozarildo Cavalcanti, do PPS do Estado de Roraima.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo integrado a comissão do Senado que foi a Roraima levantar a questão das terras, notadamente a questão da área indígena Raposa Serra do Sol, ontem fiz aqui um relato do nosso trabalho lá. Amanhã nos deslocaremos a Mato Grosso do Sul, e durante toda a sexta-feira faremos um trabalho para levantar todos os dados a respeito da questão em Mato Grosso do Sul e, ao final, apresentar um relatório que dê ao Senado a visão do que realmente está acontecendo nessas duas Unidades da Federação.

Voltei à tribuna hoje, Sr. Presidente, para abordar esse assunto porque, como tenho anunciado, em Roraima a questão não é de conflito entre índios e não índios. A questão na Raposa Serra do Sol é entre índios de etnias diferentes, isso é, índios entre índios.

Os jornais de hoje de Roraima noticiam:

Raposa/ Serra do Sol.

Índios ateiam fogo em maloca no Contão.

O clima na região é tenso e os indígenas temem uma guerra entre comunidades se a Polícia Federal não for para a região.

O clima é tenso na maloca do Contão, depois da reunião do CIR em Maturuca.

Indígenas ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) estão sendo acusados de atear fogo na maloca do Canta Galo, atingindo a casa do indígena Narciso, um malocão e um depósito. Tudo foi destruído pelo fogo.

O incêndio aconteceu ontem por volta do meio-dia, quando os indígenas estavam deixando a comunidade de Maturuca, onde desde o dia 06 estava acontecendo a 33^a Assembléia dos Tuxauas.

As Polícias Federal e Militar

foram acionadas pelo Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Silvestre Leocádio da Silva.

Segundo o Presidente da Sodiur, o tuxaua do Contão, Genival Silva, ligou ontem por volta do meio-dia para ele, dizendo que os ânimos na região estão acirrados e que uma possível briga entre indígenas está prestes a acontecer, devido ao incêndio que teria destruído toda a casa do índio Narciso.

Segundo Silvestre Leocádio, toda vez que o Conselho Indígena de Roraima (CIR) faz reunião no Maturuca, quando os indíge-

nas saem de lá, saem assim, fazendo badernas, queimando pontes, destruindo torres de eletrificação e invadindo fazendas. Dessa vez, acusa Leucádio, eles queimaram casas.

Sr. Presidente, para não demorar muito, peço a V. Ex^a que dê como lidas, além desta notícia, outra veiculada pela agência **Fonte Brasil**, que anuncia que “Índios do CIR são acusados de atear fogo em maloca”; da mesma forma, matéria veiculada pelo jornal **Brasil Norte** intitulada: “Apuração do MPF já detectou a presença de 18 estrangeiros na Raposa/Serra do Sol”.

Também solicito que seja dada como lida a matéria “A história se repete”, do órgão **In Off**. Segundo o texto,

essa história de índio contra índio, provocações e incitação à violência parece que está se repetindo em Roraima e, assim como nos anos anteriores, vidas de pessoas inocentes e vítimas da omissão do Governo quanto à questão fundiária estão na iminência de serem ceifadas.

O texto menciona que, há seis anos, incêndio de pontes resultou na morte de duas crianças e conta uma grande história.

Sr. Presidente, não é de hoje que venho tratando do assunto desta tribuna.

Reitero, portanto, meu pedido para que sejam transcritos todos esses documentos como uma demonstração concreta de que se está implantado um conflito em Roraima, na área pretendida pela Funai. Os próprios índios de quatro etnias diferentes não se entendem e não querem acatar a imposição da Funai.

Peço a atenção do Diretor da Polícia Federal a fim de que desloque para aquela região um contingente para garantir a ordem. O contingente policial de Roraima é muito pequeno e não tem condições de dar atenção a todos os problemas que surgem. O caso da Raposa Serra do Sol é uma emergência e exige a presença do Governo Federal, do Poder Público, da Polícia Federal, para manter a ordem e controlar os ânimos.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Indígenas ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) estão sendo acusados de atear fogo na maloca do Canta Galo, atingindo a casa do indígena Narciso, um malocão e um depósito. Tudo foi destruído pelo fogo.

O incêndio aconteceu ontem por volta do meio-dia, quando os indígenas estavam deixando a comunidade de Maturuca, onde desde o dia 06 estava acontecendo a 33ª Assembléia dos Tuxauas.

A Polícia Federal e Militar foram acionadas pelo presidente da Sociedade de Defesa dos índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Silvestre Leocádio da Silva.

Segundo o presidente da Sodiur, o tuxaua do Contão, Genival Silva, ligou ontem por volta do meio-dia para ele dizendo que os ânimos da região estão ao acirrados e que uma possível briga entre indígenas está prestes a acontecer, devido o incêndio, que teria destruído toda a casa do indígena Narciso. Segundo Silvestre Leocádio, toda vez que o CIR faz reunião no Maturuca, quando os indígenas saem de lá, saem assim, fazendo badernas, queimando pontes, destruindo torres e invadindo fazendas. Dessa vez, acusa Leocádio, eles queimaram casas.

Para o presidente da Sodiur, o pessoal do CIR insufla os indígenas, deixando todo mundo irritado na região. "Eles só fizeram isso em represália à prisão e expulsão das nossas terras dos dois estrangeiros pela Polícia Federal. Nós já dissemos por diversas vezes que em Maturuca é um quartel general de estrangeiros e agora nós provamos isso", disse Silvestre.

Segundo ainda o presidente da Sodiur, ele recebeu uma ligação do superintendente interino da Polícia Federal, Ianê Linário Leal, que queria informações e manter contato com o tuxaua do Contão, porque havia recebido informações de que havia pessoas presas na barreira montada pelo índios na região. "Eu disse a ele que era mentira, não prendemos ninguém na barreira. O pessoal ligado ao CIR gostam de distorcer as coisas e aí inventaram isso. Aproveite e comuniquei ao policial tudo que estava acontecendo na região".

A situação hoje no Contão, segundo Silvestre é grave. As pessoas estão com os ânimos acirrados e a qualquer hora pode haver um confronto de indígenas com indígenas, alertou ele.

A mesma informação, segundo Silvestre, ele passou para a Polícia Militar em Pacaraima e ao chefe do Gabinete Militar do Governo, coronel Dagoberto Gonçalves.

Federal

A reportagem tentou contato com o superintendente interino da Polícia Federal em Boa Vista, Ianê Linário, mas como já passava do horário do expediente ele não foi encontrado, bem como o delegado Eduardo, que segundo o Plantão da PF, poderia dar qualquer informação.

Índios do CIR são acusados de atearem fogo em maloca

11/02/2004 05:32

A Polícia Federal está investigando a denúncia de que o índios ligados ao Conselho Indígena de Roraima (CIR) incendiaram uma casa e um depósito na maloca do Santa Galo.

O presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), Silvestre Leocádio da Silva, foi quem acionou as polícias Federal e Civil para apurarem o caso.

O incêndio aconteceu ontem por volta do meio-dia, quando os indígenas estavam deixando a comunidade de Maturuca, onde desde o dia 06 estava acontecendo a 33ª Assembléia dos Tuxauas.

Segundo o presidente da Sodiur, o tuxaua do Contão, Genival Silva, ligou ontem por volta do meio-dia informando que o clima estava tenso na região e que uma possível briga entre indígenas está prestes a acontecer, devido o incêndio, que teria destruído toda a casa do indígena Narciso.

Segundo Silvestre Leocadio, toda vez que o CIR faz reunião no Maturuca, quando os indígenas saem de lá, saem assim, fazendo badernas, queimando pontes, destruindo torres e invadindo fazendas. Dessa vez, acusa Leocádio, eles queimaram casas.

Para o presidente da Sodiur, o pessoal do CIR insufla os indígenas, deixando todo mundo irritado na região. "Eles só fizeram isso em represália à prisão e expulsão das nossas terras dos dois estrangeiros pela Polícia Federal. Nós já dissemos por diversas vezes que em Maturuca é um quartel general de estrangeiros e agora nós provamos isso", disse Silvestre.

Segundo ainda o presidente da Sodiur, ele recebeu uma ligação do superintendente interino da Polícia Federal, Ianê Linário Leal, que queria informações e manter contato com o tuxaua do Contão, porque havia recebido informações de que havia pessoas presas na barreira montada pelo índios na região.

"Eu disse a ele que era mentira, não prendemos ninguém na barreira . O pessoal ligado ao CIR gostam de distorcer as coisas e aí inventaram isso. Aproveite e comuniquei ao policial tudo que estava acontecendo na região".

A situação hoje no Contão, segundo Silvestre é grave. As pessoas estão com os ânimos acirrados e a qualquer hora pode haver um confronto de indígenas com indígenas, alertou ele.

No CIR, a informação foi a de que só hoje o órgão se manifestaria sobre o assunto.

Apuração do MPF já detectou a presença de 18 estrangeiros na Raposa/Serra do Sol

O procedimento instaurado no mês passado pelo Ministério Público Federal (MPF) para investigar a presença ilegal de estrangeiros na terra indígena Raposa/Serra do Sol já relacionou 18 nomes que estão trabalhando para entidades religiosas próximas aos índios. Todos serão submetidos à minuciosa averiguação da Polícia Federal.

De acordo com o procurador Darlan Dias, o passo inicial do Inquérito Civil Público 012/04 foi requisitar informações à Fundação Nacional de Saúde (Funai) e às entidades religiosas que atuam na região: Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Missão Evangélica Sem Fronteiras (MeseF) e Missão Evangélica da Amazônia (Meva).

Política

O MPF fez o mesmo requerimento às principais entidades indígenas com presença atuante na Raposa/Serra do Sol: CIR, Arikon, Alidecir e a Sodiur. Essas três últimas não atenderam o prazo de 10 dias fixado pelo documento. O pedido foi renovado. Apela para que contribuam com a apuração sobre a presença estrangeiros na reserva.

As 18 pessoas constam na relação das demais entidades. A maioria faz parte dos profissionais que atuam em nome do Cimi, vinculado à Igreja Católica.

As comunidades com maior presença de estrangeiros são Surumu e Maturuca. Ambas ligadas ao CIR. O restante está em aldeias contrárias à homologação em área única, como Flexal e Raposa.

Três requisitos precisam ser preenchidos para comprovar que estão legais. A relação dos estrangeiros foi enviada à Polícia Federal, que identificará se eles têm visto de permanência no Brasil. Os tuxauas das comunidades onde eles atuam terão de dizer se concordam com a presença deles e a Funai responderá se concedeu a devida autorização.

Italianos

Os fotógrafos italianos notificados não fazem parte da relação que está no MPF. Indagado sobre o nome do Padre Jorge – muito citado por indígenas – Darlan Dias assegurou que não está na lista, detalhando ter indícios de que não anda mais pela região. “Essa informação foi prestada pela Igreja Católica”, disse o procurador. (I.G.)

A história se repete

Essa história de índio contra índio: provocações e incitação à violência, parece que está se repetindo em Roraima e assim como nos anos anteriores, vidas de pessoas inocentes e vítimas da omissão do Governo quanto à questão fundiária estão na iminência de serem ceifadas.

Inaceitável

Mesmo se passando já seis anos, a sociedade roraimense certamente não esqueceu e nem jamais esquecerá as fortes e dramáticas cenas de duas crianças que ficaram carbonizadas durante acidente numa ponte que, segundo denunciou a família à época, foi queimada por índios comandados por religiosos da Igreja Católica, que queriam a expulsão dos não índios de fazendas na reserva Raposa/Serra do Sol.

Nesse dia, um agricultor morreu imediatamente; um dos meninos morreu ao chegar em Boa Vista e o outro ainda passou por um traumático tratamento e fez várias cirurgias para repor as partes do corpo que o fogo consumiu, mas tempos depois também não resistiu e morreu.

Trágico

O futuro de uma, até então, próspera família de fazendeiros vitimada por uma ação criminoso cujos culpados nunca foram punidos, estava, a partir de então, condenado a um fim mais trágico ainda.

Eles perderam todos os bens com os tratamentos dos garotos e uma das últimas notícias que se teve do patriarca é que, há aproximadamente seis meses, foi encontrado carbonizado, num barraco totalmente destruído pelo fogo do outro lado do Rio Branco. Não se sabe até hoje se ele se matou de tanto desgosto ou se o mataram, como fizeram com seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador e Líder Mozarildo Cavalcanti, a solicitação de transcrição de V. Ex^a será atendida nos termos do art. 210, Inciso I, § 2º, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Líder Senador Alvaro Dias, que fará uma comunicação de interesse partidário.

S. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, encaminho a V. Ex^a este pronunciamento para ser considerado como lido. Trata-se de uma justificativa a um requerimento de informações que apresentamos hoje e que é relativo a um fato inédito ocorrido junto à Caixa Econômica Federal em sorteio estranho – no mínimo estranho –, suspeito, duvidoso, da Loteria da Caixa Econômica Federal. Houve uma série de ganhadores, quando a probabilidade teórica para que isso ocorresse de fato seria 0,01% que significaria uma ocorrência a cada 400 anos. Então, é um sorteio suspeito e cheio de dúvidas.

Nós encaminhamos este discurso como lido, justificando o requerimento que apresentamos à Mesa hoje.

E eu gostaria, sobretudo em nome do nosso Partido, o PSDB, fazer referências a mais um pronunciamento do Presidente da República. Lula afirmou, ontem, ter feito em treze meses vários milagres e que acabar com a fome é apenas uma questão de tempo, “pouco tempo”, afirmou o Presidente Lula.

Nós não nos impressionamos mais com a verborragia irresponsável do Presidente da República. Mas é evidente que nós temos que condenar a prática desse discurso, que é de flagrante desrespeito à inteligência do povo brasileiro. Aliás, a pesquisa recente CNT/Sensus revela o prejuízo que o Presidente vem sofrendo em função desse tipo de discurso, segundo o insuspeito jornalista Clóvis Rossi, “oco, redundante óbvio do Presidente da República”.

Nós não podemos aceitar passivamente, não podemos aceitar, pelo menos, calados, as propostas mirabolantes que faz o Presidente da República, como se ainda estivesse em campanha eleitoral. São promessas mirabolantes que contrariam a prática adotada pelo Governo. As ações do Governo não dizem respeito às promessas formuladas pelo Presidente da República a cada discurso.

Vejamos o capítulo trágico do corte orçamentário. No ano passado, houve de 10 a 12 bilhões de cortes; neste ano, o Governo anuncia 6 bilhões de cortes

do Orçamento que vão atingir, sobretudo, a área social e os investimentos em infra-estrutura, apesar dos desmentidos oficiais. O Governo denomina esses de “limitação provisória de empenho”, uma nova denominação, um eufemismo que o Governo busca na esperança de iludir as pessoas inteligentes deste País. Na verdade, não existe estratégia. Os únicos compromissos reais do Governo são os de natureza fiscal, em obediência cega e irrestrita à cartilha do Fundo Monetário Internacional.

O que dizer de um Governo que corta 80% da verba destinada ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, se no Brasil 5 milhões e 400 mil brasileiros, de 5 a 17 anos, estão trabalhando, de acordo com pesquisa do próprio Governo anunciada pelo IBGE?

Que dizer de um Governo que corta – e corta fundo – no sistema de saúde, educação e transportes e em programas sociais, num momento de agravamento visível da crise social em nosso País? O que dizer de um Governo que destinará 74% da verba reservada no Orçamento, para adequação da Força Aérea Brasileira, à compra de um avião para o Presidente da República? Não vou falar dos gastos com os juros – o Brasil é o quarto país do mundo em gastos com juros, apenas superado pela Jamaica, Turquia e Líbano. E o Duda Mendonça pode dizer o seguinte agora: “O Brasil tem juros menores que a Turquia e a Jamaica, além de praticar taxas inferiores à do Líbano”. Publicitariamente, é a saída que o Governo tem.

O Governo está caminhando na contramão do desenvolvimento. Veja a Medida Provisória nº 164, da semana passada, que prevê a incidência, a partir de 1º de maio, de dois tributos sobre as importações: PIS e Finsocial. Mais tributos! Eleva a carga tributária, já dramática para a economia nacional! Pela Medida Provisória nº 164, os importadores terão de recolher na própria alfândega 1,65% de PIS, 7,6% de Cofins, por ocasião do desembaraço das mercadorias. Os efeitos danosos são inúmeros. Segundo cálculos da AEB, que é a Associação de Comércio Exterior do Brasil, isso encarecerá em 15%, na média, todas as importações brasileiras. E é claro que isso é repassado ao consumidor. Como destaca Benedito Moreira, Presidente da Associação, a elevação de custo é marcha na contramão do desenvolvimento econômico e do combate à inflação. Cinqüenta e seis por cento das importações brasileiras correspondem a matéria-prima, e 17%, a bens de consumo, com prevalência do trigo, cevada e centeio, o que deverá trazer reflexos sobre a cesta básica.

Portanto, o Governo não cuida nem mesmo de preservar a cesta básica quando trata de atender ao seu incrível apetite por maior arrecadação. E essa pretensa reforma tributária, que passou por aqui e se encontra na Câmara dos Deputados, não reduz a carga tributária; ao contrário, afeta em maior ou menor grau todas as cadeias produtivas.

O Presidente da República, já com certo constrangimento, falou em crescimento econômico, junto às pessoas que acompanhavam o lançamento do novo avião da Embraer; já se percebia que o Presidente da República falava em crescimento sem o mesmo entusiasmo, sem a mesma convicção, sem a mesma, eu diria, desfaçatez, revelando uma certa timidez ao falar em crescimento econômico. Esse discurso está, sem dúvida, na contramão dos atos governamentais.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIA – MENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna desta Casa para apreciar um fato recente que mereceu nossa consideração, pela série de condições inusitadas que o cercam. Refiro ao Concurso n° 529 da Megasena, loteria sob responsabilidade da Caixa Econômica Federal, em que se configurou, como resultado oficial, a existência de quinze acertadores das seis dezenas sorteadas, fato absolutamente inédito em tal modalidade de loteria.

O sorteio do referido concurso foi realizado em Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro, no Caminhão da Sorte da Caixa, que promove sorteios itinerantes por todo o Brasil.

A Megasena existe há oito anos e só uma vez houve cinco acertadores. Por somente duas vezes, houve quatro acertadores e, nos demais casos, houve três ou menos acertadores sendo comuns os concursos sem vencedor, o que ocorre em 78 % dos casos.

As avaliações matemáticas da possibilidade de ocorrência de quinze acertadores num concurso da Megasena indicam uma probabilidade teórica desprezível, ou seja, inferior à 0,01 %, o que significaria sua ocorrência em um concurso a cada quatrocentos anos.

Igualmente significativa, por ser inusitada, é a distribuição regional das apostas vencedoras, que foi a que segue: Pernambuco – 5 apostas, Paraíba – 3 apostas, Piauí – 2 apostas, Rio Grande do Norte – 2 apostas, Ceará – 2 apostas e Bahia – 1 aposta.

Essa distribuição causa grande estranheza a todos, por total falta de correlação com a distribuição geral das apostas em loterias, já que a parcela mais significativa dessas apostas está concentrada nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde não houve qualquer acertador. Não igualmente qualquer probabilidade matemática significativa de ocorrência de vários acertadores, sem que as regiões mais relevantes, no movimento de apostas, sejam contempladas com algum vencedor.

Acresce-se a isso o fato, dificilmente considerável como uma simples coincidência, de que, nos seis Estados em que houve acertadores, não está em vigor o horário de verão, o que permitiria, numa eventual falha de controle operacional, a efetivação de apostas após o fechamento nacional e, até mesmo, após a efetivação do sorteio das dezenas premiadas.

Sr. Presidente, os fatos por mim arrolados já demandam, de pronto, uma profunda e clara explicação, por parte da Caixa Econômica Federal, principalmente em relação às datas e aos horários de efetivação das apostas vencedoras, dados que são armazenados e disponíveis nos computadores da Caixa, o que permitiria a verificação de eventuais conflitos de controle.

Assim, estou submetendo à Mesa Diretora, requerimento de informações àquela entidade, por intermédio do Senhor Ministro da pasta, que permita ao Senado Federal, conhecer e analisar as circunstâncias em que se desenrolaram os fatos descritos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência defere, Senador Alvaro Dias, a solicitação de V. Ex^a, na forma do Regimento Interno, com relação à transcrição solicitada.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar os telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado FM e ondas curtas, os profissionais da imprensa que cobrem a sessão nesta tarde, aqueles que acompanham a sessão da Tribuna de Honra e gostaria de comunicar a presença, em nossas galerias, de Renato Barros e a banda Renato e seus Blues Caps, certamente do conhecimento de todas as Sr^{as} e todos os Srs. Senadores, bem como da população brasileira. É uma honra ter aqui integrantes de um movimento musical que remanesce presente no conhecimento da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Ney Suassuna, do PMDB do Estado da Paraíba.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atuação diplomática do Presidente Lula tem merecido razoável cobertura pela mídia brasileira e mundial. Muito se fala e muito se comenta cada vez que o Presidente brasileiro se encontra com os principais líderes do continente americano, africano, com membros da realeza européia ou ainda com os representantes máximos dos organismos multilaterais. O Presidente Lula acaba de chegar da Índia, em viagem que culminou com significativa visita à Europa, à cidade de Genebra, na Suíça.

Tais visitas encontram-se estampadas em textos e fotos dos principais jornais e revistas, mas é lícito afirmar que nenhum veículo de comunicação teve ainda a capacidade de apreender o alcance econômico e a forte simbologia política que a viagem presidencial brasileira enseja ao nosso País.

Para iniciar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui mesmo temos uma polêmica. A oposição crítica, mas quem prestar atenção verifica que um país como o nosso parece estar com os braços cruzados e de cócoras: não ocupamos o espaço que devíamos ocupar no contexto das nações. E o que o Presidente Lula está fazendo é exatamente estender os membros, ficar pelo menos no espaço mínimo de que o Brasil precisa.

Acompanham o Presidente da República, nessa viagem, o Ministro Antonio Palocci, da Fazenda, o Ministro Guido Mantega, do Planejamento, o Ministro Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para citar apenas alguns membros do primeiro escalão, o que é um sinal claro por parte do Governo brasileiro de sua determinação em desbravar territórios e países repletos de potencialidades.

Em segundo lugar, creio ser fundamental fazer a associação entre o pragmatismo da visita do Presidente à Índia e o multilateralismo apregoado pelo Presidente Lula como premissas fundamentais, e umbilicalmente ligadas, no combate à fome e às desigualdades existentes no mundo.

O atual Governo dá mostras inequívocas de buscar fundir ao mesmo tempo, em um mesmo gesto, em uma mesma viagem, um projeto de modernização tecnológica, de atração de capitais e de conhecimentos para nosso País, sem se esquecer, no entanto, do compromisso moral que temos de corrigir as brutais

assimetrias existentes tanto no plano interno quanto no plano global.

Nossa aproximação com países como a Índia, China, África do Sul e até mesmo a Rússia, países denominados por alguns estudiosos como países-baleia – ou seja, países detentores de significativa massa territorial e populacional sem a devida correspondência no papel político e no peso econômico – não significa uma tentativa pueril de reavivar a ideologia do terceiro-mundismo.

Bem ao contrário, como ressaltou com prioridade o competente Embaixador Gilberto Saboia, nossa aproximação com esses países é agora pragmática, específica.

Na visão do Embaixador Saboia, esses países “percorreram um caminho de fortalecimento de suas relações diretas.” Trata-se de uma perspectiva mais sóbria entre “países mais modernos, que passaram por fortes crises econômicas.” Trata-se de unirmos, Sr. Presidente, nossas imensas capacidades e potencialidades e de aprendermos com problemas que, em maior ou menor medida, são comuns a esse conjunto de países.

Nesse contexto, o Brasil pode lucrar enormemente ao estreitarmos nossas relações com a Índia. Esse país tem passado por uma revolução sem precedentes desde que decidiu abrir e modernizar sua economia. Há cinco anos –vejam, Sr^{as}. e Srs. Senadores! –, a Índia cresce a uma taxa anual de 6%.

Quem conhece a Índia sabe que se trata de um país com um bilhão e quarenta milhões de pessoas. Quem conhece a Índia, Senadora Heloísa Helena, sabe que a cada 40 quilômetros há um dialeto diferente. Quem conhece a Índia sabe que a única sorte que eles têm hoje, herdada do colonialismo, é todos poderem falar inglês. Isso porque se eles não falassem inglês não se comunicariam entre si, seria um mosaico de pequenos países. Mas, na Índia, 70% das pessoas acreditam que quem está rico é porque teve uma vida correta no passado, por isso tem um carma e hoje é marajá; quem está pobre é porque foi ruim na outra vida, por isso está tendo o seu carma e o castigo de ter nascido pária. Quem conhece a Índia fica pasmado com as diferenças e perplexo com os monumentos, com os palácios. Quem conhece a Índia sabe que os desafios são maiores do que os do Brasil. Mas eles estão vencendo, e nós, não. Eles estão vencendo rapidamente, e nós, não. E por que, Sr. Presidente? Porque estão conseguindo quebrar uma tradição, porque estão conseguindo dar uma guinada tecnológica. Sabemos que hoje há várias vezes mais engenheiros na área de computação na Índia do que em

todo o Vale do Silício, nos Estados Unidos. A Índia está conseguindo um milagre.

Ficamos pasmados ao vermos, em Varanase, pessoas velhas vagando, esperando morrerem para ser cremadas. Alguns sem uma roupa no corpo; só cinza. E vemos o contraste, em seguida, quando passa um Rolls-Royce na rua. Um nu, só com cinza passada no corpo, e outro, num Rolls-Royce. Mas eles estão conseguindo vencer e estão pagando o preço.

Neste Brasil, no entanto, continuamos todo dia – insisto em falar isso da tribuna – olhando o Ibovespa, Nasdaq, risco Brasil, preço do dólar, sem nos preocuparmos em fazer as transformações de que precisamos. A nossa agenda está trocada. Agora mesmo, no Nordeste, estamos vendo que para reconstruir as casas que foram danificadas, Senador Mão Santa, não temos o dinheiro para atender esse item de imediato, pois não conseguimos ter uma verba de urgência urgentíssima sem que antes se faça o projeto ou sem que tenhamos que editar uma medida provisória para tirar o dinheiro, se não for orçamentário. No Brasil, burocratizamos excessivamente, e temos muito a aprender com a Índia. A Índia está dando uma guinada. O país tem um bilhão e quarenta milhões de habitantes e está dando uma guinada. É um outro planeta. São outras filosofias. Mas eles estão conseguindo vencer atrasos seculares.

A viagem do Presidente Lula deu origem a uma matéria, publicada na revista **Veja** da semana passada, que demonstra que a combinação entre um sistema de ensino rigoroso e uma onda de reformas desburocratizantes tem sido responsável pela transformação da república indiana numa referência mundial em alta tecnologia, em nichos que vão desde o desenvolvimento e a venda de **software** até a exploração de modernos serviços na área de comunicação.

Aliás, Andy Grove, fundador da Intel, portentosa multinacional norte-americana, chegou a afirmar que a Índia plantou as raízes de uma promissora economia de mercado. Sua confiança na solidez dos novos rumos indianos se traduz no fato de que a Índia é o único lugar fora dos Estados Unidos em que a Intel, além de fábricas, montou um avançado centro de pesquisas e de desenvolvimento de novos produtos. Bangalore emprega, hoje, mais engenheiros de computação que toda a região do Vale do Silício norte-americana.

É por isso que me sinto na obrigação cívica de exultar com a assinatura de um acordo preferencial de tarifas fixas entre o Brasil e o Mercosul, de um lado, e a Índia, de outro. Nosso País também firmou acordo com a Índia para o lançamento de microssatél-

ites brasileiros por foguetes indianos. Os indianos têm foguetes, têm, lamentavelmente, bomba atômica, mas também têm um plantel na área de comunicações que é uma coisa incrível, assim como na área de computação.

Temos muito o que aprender com eles e com o que têm feito. Enquanto falamos e gastamos horas e horas em burocracia, enquanto levamos 152 dias para abrir uma empresa, eles o fazem em poucos dias e facilitam demais a vida do microempresário. A Índia está investindo maciçamente em educação e poderá, com toda certeza, colher os frutos do que está plantando.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, nobre Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Ney Suassuna, da mesma forma que fiz em relação ao Senador Maguito Vilela, quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a, por considerá-lo extremamente oportuno, e gostaria de acrescentar apenas um item. V. Ex^a faz uma análise criteriosa diante da realidade de desenvolvimento por que passa a Índia nesta fase, neste quadrante de sua história. É bem verdade que ainda com as suas contradições. Mas V. Ex^a também diz – e não poderia ser diferente – que tudo isso decorre do trabalho e de decisões políticas sérias e responsáveis. É evidente que isso não aconteceria por milagre, embora a Índia seja um país com um povo místico. Isto só acontece com trabalho. Não tive a oportunidade de apartear o Senador Alvaro Dias, que o antecedeu há poucos instantes na tribuna, para complementar e dizer que é muito temerário – e precisamos ter o receio e tomar as atitudes convenientes a respeito – quando ouvimos um Presidente afirmar que no ano passado fez muitos milagres. Se formos esperar pelos milagres do Presidente da República, não iremos a lugar algum. Precisamos ter o cuidado necessário com os tipos messiânicos de governo, pois a história universal tem mostrado claramente para onde caminham, para onde vão: sempre de um estado democrático para as tiranias. Obrigado pela oportunidade do aparte.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador.

Eu falava a V. Ex^{as}, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, dos contrastes da Índia. Mas, com as reformas que se iniciaram em 1995 até os dias de hoje, o país dobrou sua classe média. Hoje, há quase cem milhões de pessoas na classe média. E o que aconteceu com o nosso Brasil? Nós tínhamos alguma clas-

se, que está empobrecendo, que está mais pobre a cada hora. O salário cai a cada hora. Hoje, o salário médio do brasileiro é de R\$800,00.

Eu me preocupo muito, porque nós não estamos fazendo força para sair da burocracia nem para mudar a nossa agenda. O Presidente da República está fazendo certo o seu papel quando viaja e procura mercados. Sou testemunha e estou dizendo a V. Ex^{as} que vi o Presidente se reunir com representantes de 22 países árabes e dizer que não sabia como eles, que têm US\$300 bilhões investidos nos Estados Unidos, continuam com esse dinheiro investido lá e não no Brasil, onde há 10 milhões de descendentes árabes. Por que não tiram uma parte desse dinheiro e trazem para o Brasil? Nós recebemos de braços abertos os árabes, sírios e libaneses, e hoje temos, para nosso orgulho, 10 milhões de descendentes árabes. Disse o Presidente: “É preciso que vocês façam mais negócios com o Brasil”. Vi que procuramos agenda, procuramos espaço em todos os lugares. Continuo a dizer que não será na Europa que venderemos mais. Não será nos Estados Unidos que venderemos mais, porque lá há quotas. Nós temos que ir é para os países árabes, para os países emergentes, para esses países com os quais o Presidente Lula está fazendo parceria – África do Sul, Índia, China –, para os países da América do Sul. É aqui que temos que malhar o ferro.

Sei que a Oposição está no seu direito de aqui criticar o Presidente porque Sua Excelência foi ali e foi acolá. Mas o Brasil precisa desse espaço.

Quem compara o Brasil com a Coréia, quem compara o Brasil com Taiwan, um país com 22 milhões de habitantes, fica até envergonhado de ver que esse país, do tamanho do Estado do Rio de Janeiro, investiu um trilhão de dólares nos países vizinhos. Foram novecentos e poucos bilhões na Ásia, sessenta bilhões na China e ainda tem duzentos bilhões em exportação no bolso. E o Brasil, um país gigantesco como o nosso, não chega nem perto da exportação. Temos que exportar, o que significa emprego aqui. Temos que exportar para pagar essa dívida que nos crucifica. Mas para exportar temos que desburocratizar e mudar essa agenda criminosa que temos seguido.

Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem a palavra para um aparte.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, parabênzo V. Ex^a pelo pronunciamento, dizendo da importância da política externa do nosso País, do Governo Lula. Eu diria que o Governo está muito preocupado com a política externa e está se es-

quecendo do nosso Nordeste, da Paraíba, do Piauí do Senador Mão Santa, das Alagoas da Senadora Heloísa Helena, de todos os nossos Estados do Nordeste. Veja V. Ex^a que, enquanto o Governo se preocupa em viajar, em comprar uma aeronave mais nova, zero quilômetro, investindo no **Airbus**, e não numa aeronave da Embraer, que é brasileira, o que poderia fazer, enquanto isso, o Presidente corta 80% da verba de combate ao trabalho infantil, que atinge exatamente o nosso Nordeste. V. Ex^a é testemunha, pois tem feito um trabalho gigante para agilizar a liberação dos recursos, para acabar com a burocracia. Mas o Governo é insensível, não é solidário. O Presidente Lula, que gastou 16 horas sobrevoando a Índia, o imponente **Taj Mahal** – que V. Ex^a e eu conhecemos –, gastou uma hora no Nordeste brasileiro e até agora não resolveu os problemas. Qual foi a sugestão do Presidente para combater o problema, por exemplo, dos nossos irmãos desabrigados da Paraíba, que tiveram suas casas destruídas nas enchentes, nas chuvas? Que se use o FGTS. Senador Ney Suassuna, 99% dos chefes de família que habitavam essas casas destruídas estão desempregados. Na Paraíba, 99% desses nossos conterrâneos desconhecem a sigla FGTS. Nunca tiveram carteira assinada; nunca tiveram oportunidade de ser cidadãos trabalhando. E agora o Presidente Lula diz que vai resolver o problema. Primeiro, os prefeitos terão de doar os terrenos. Creio que eles estão dispostos a isso. O nosso conterrâneo, o Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, está disposto a oferecer a infra-estrutura. Entretanto, a contrapartida do Governo é fazer empréstimo com dinheiro do FGTS. Isso é uma vergonha para o Governo Lula. É uma vergonha o Governo do Partido dos Trabalhadores querer enganar a opinião pública. Enganou até agora, mas não vamos deixar que engane com essa história do FGTS. O Governo deve ter coragem, vergonha e, acima de tudo, respeito com os nordestinos desabrigados. Não é possível fazer política externa e vender o Brasil quando os brasileiros são desprezados, principalmente os desabrigados. Se ele não cuida de arrumar a casa, se não tem vergonha dentro de casa, não pode ir vender o Brasil lá fora. Ele deve, primeiramente, cumprir as promessas de campanha e atender aos nossos irmãos desabrigados, como V. Ex^a tem reclamado e eu também. O Presidente da República quer se fazer de bonzinho ao lado dos Ministros – que são até nordestinos – e tentar enganar a opinião pública. Querem mais uma manchete de jornal, pois essa é a grande preocupação. Duda Mendonça está mandando em tudo nesse Governo, mas não vai mandar na vontade

do povo. O PT que se cuide, pois eleição se ganha com voto, não com promessa nem com manchete de jornal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigado, nobre Senador Efraim Morais. V. Ex^a está no papel de Oposição, em que é extremamente eficiente. Contudo, é muito fácil ser oposição; difícil é governar.

Com toda certeza, V. Ex^a sabe que há um vaso comunicante entre comércio externo e economia nacional. Quando se vende mais no exterior, gera-se mais emprego no País. Não podemos nos descuidar do comércio exterior ou desprezá-lo. Dentro do País, o Presidente tem feito o que é possível. Essa é mais uma sugestão. Não se pode pinçar do contexto apenas uma idéia.

Nos Municípios do Estado de V. Ex^a – e estou à disposição para ajudar –, devem tirar fotografias das casas destruídas e enviar o orçamento e o plano de aplicação ao Ministério, que dispõe de R\$32 milhões para atender com rapidez o problema de moradia. As outras obras maiores é que são problemáticas, porque o Governo, Senador Efraim Morais, não pode ter uma saca de dinheiro para distribuir indiscriminadamente durante as urgências. Deve-se fazer um relatório da catástrofe e enviar ao Ministério, que faz um relatório para adequar o documento aos parâmetros da República e o envia ao Ministério do Planejamento. Apenas após a publicação de medida provisória se pode arrumar nova verba, não-orçamentária.

Sei que não é fácil. Fui Ministro da Integração e sei que quando ocorre uma catástrofe temos de buscar auxílio rapidamente, mas a nossa burocracia – exatamente o que eu combatia – não facilita. Temos que simplificar os processos.

Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de dizer somente que há muito o que aprender. Precisamos ter o pé no chão e fazer menos demagogia. Devemos trabalhar, como fez a Índia, que cresceu 6% nos últimos anos. Precisamos desburocratizar e mudar a nossa agenda. Mas, certamente, as viagens do Presidente têm sido muito produtivas para o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a solicita a palavra para comunicação de interesse partidário pela Liderança da Minoria?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex^a a palavra por cinco minutos, como Líder, Senador Efraim Morais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres pela ordem e, em seguida, ao Senador Hélio Costa, enquanto o Líder Efraim Morais chega à tribuna.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia.

Solicito também a inscrição do Senador Romeu Tuma para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa registra que V. Ex^a falará em segundo lugar, após a Ordem do Dia, depois das palavras do Senador César Borges, já credenciado. Inscreve também o Senador Romeu Tuma para falar imediatamente após a fala do Senador Efraim Morais, no horário da Liderança do Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do PMDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa inscreve V. Ex^a em terceiro lugar, Senador Hélio Costa, e aguarda a comunicação da Liderança, para registrar. Inscreve V. Ex^a e aguarda o instrumento de cessão por parte da liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica inscrito para falar imediatamente após as palavras dos Líderes Efraim Morais e Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do meu Partido, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica inscrito, portanto, em quarto lugar, nobre Líder Arthur Virgílio, após a Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB AM) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a dispõe de cinco minutos a partir deste momento.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Presidente Eduardo Siqueira Campos.

Sr. Presidente, primeiramente, queria registrar a palavra do Senador Ney Suassuna em defesa da política externa do Governo Federal. Penso que é natural. Mas não estou conseguindo entender a preocupação da base do governo com a política externa quando não resolve o problema interno.

Não temos nenhuma ação concreta do Governo Federal, do Governo do PT, do Governo Lula para a questão das calamidades públicas, das enchentes, da situação vivida pelo País. E tenho informações de que o Sudeste começa a sofrer a partir de hoje com as enchentes. O Governo Federal não resolveu a questão do Nordeste, que é desprezível para ele – o Nordeste sempre é deixado para depois, e, imagine, terá problemas a partir de hoje com o Sudeste, pois a chuva começa a cair.

Lamento a omissão, a falta de solidariedade, a falta de ação do Governo do PT em relação às enchentes. Não admito a hipótese nem a tese de que depois das chuvas será resolvido o problema dos desabrigados. Ora, estamos em uma situação emergencial – o próprio nome já sugere urgência – e o Governo Federal vai esperar que passem as chuvas. A tendência é que chova até o meio do ano, até abril, maio e junho. E as mais de duzentas mil famílias desabrigadas neste País? Elas vão ter de aguardar até lá?

O Governo está mais preocupado com outros assuntos. Diz uma manchete: “Lula decide apressar o projeto contra a escravidão”. A matéria foi enviada ontem ao Congresso Nacional, e a Câmara já a está discutindo, para tentar salvar a convocação extraordinária.

Houve grande prejuízo nesta convocação extraordinária para a palavra do Governo, que não merece mais crédito. O Governo disse que votaria a PEC paralela, Senador Mão Santa. A semana está terminando e a matéria não será votada. Vou esperar que o Senador Pedro Simon venha a esta tribuna para fazer discurso contra o Governo, porque fizemos o pacto de que se a matéria não fosse votada até o final da convocação S. Ex^a viria aqui dizer o que é realmente o Governo Lula. Se fosse votada, eu estaria aqui, com muito orgulho, em defesa do funcionalismo público,

elogiando o Governo Lula. Mas parece que será difícil elogiá-lo, pois o Governo não faz nada que mereça elogio de nenhum parlamentar, a não ser daqueles apaixonados, que vêm aqui defendê-lo.

Enquanto isso, o PT defende Deputado Federal petista cassado. Trata-se de uma matéria de **O Globo**: “PT defende deputado federal petista cassado”.

V. Ex^{as} sabem o que o Presidente do PT está dizendo? Que está havendo perseguição do Ministério Público, que está havendo perseguição do TRE. E V. Ex^{as} sabem o que esse cidadão fazia? Segundo informações dos companheiros do Amapá, o Deputado Antônio Nogueira dava carteiras de habilitação para aqueles que não sabiam dirigir. No Nordeste, quem não sabe dirigir faz barbearagem; lá no Amapá, faz “nogueirada”. E agora vem o PT defender esse cidadão, que foi cassado pelo TRE.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a foi expulsa do Partido porque V. Ex^a defendia o funcionalismo público brasileiro, o trabalhador brasileiro. E agora o PT – a que V. Ex^a pertenceu e a que hoje se orgulha de não pertencer mais – está defendendo parlamentares que foram cassados. Na Paraíba, chamamos de Detran a pessoa do apito ou da carteira de habilitação. E o PT está apitando ou está dando carteira de habilitação. Não sei não.

Senador Romeu Tuma, ouço V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Quero dar uma informação em um segundo. V. Ex^a falou sobre a PEC do trabalho escravo. Quero informar a V. Ex^a que há um projeto do Senador Ademir Andrade, do qual fui Relator, que há dois ou três anos saiu do Senado e está na Câmara. Portanto, o que se pede é, simplesmente, a agilização do que estava dormindo em alguma gaveta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, agradeço a V. Ex^a, mas minha preocupação não era exatamente a urgência dessa matéria. Acredito que tenhamos que votar com urgência a matéria relatada por V. Ex^a, que estava adormecida. No entanto, minha preocupação é com o que está nos jornais: “Lula corta 80% da verba de combate ao trabalho infantil”. Exatamente a matéria sobre a qual V. Ex^a falará, por coincidência. Não dá para entender: Lula decide apressar o projeto contra a escravidão, mas corta 80% do famoso Peti, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

Sr. Presidente, creio que há algo errado nesse Governo. Estão gastando quase R\$200 mil para comemorar o aniversário do PT, o que significa o bolo mais caro que jamais vi. O Governo se descontrola to-

talmente. A verdade é que o Partido descontrolou-se, e o Governo não sabe o que faz.

Esta Casa está repleta de homens e mulheres experientes, de ex-Governadores, ex-Ministros, de futuros Governadores – como V. Ex^a, Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, que, não tenho a menor dúvida, governará o seu Estado, pelo trabalho que tem prestado a sua gente e a sua terra – e de tantos outros que estão aqui hoje prestando serviços ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, já o tendo prestado a seus Estados. É preciso que V. Ex^{as} orientem esse Governo. É essencial que o Governo entenda que não pode tirar 80% da verba de combate ao trabalho infantil, quando prega diferentemente nas manchetes.

Como disse ontem, digo hoje e direi amanhã, a única preocupação do PT é ter a manchete do dia seguinte. Entretanto, não está sabendo o que faz. Uma manchete diz que Lula decide apressar projeto contra escravidão e outra diz que ele retira 80% da verba para combate ao trabalho infantil.

Esse Governo está sem perna, sem cabeça e sem corpo. É preciso que as Lideranças do PT nesta Casa comecem a orientar o Governo, para que ele entenda que não é a política externa, não é a defesa da Índia ou de outros países que interessa à população brasileira. O que interessa, primeiramente, é que o Governo entenda que, com os juros altos, com o desemprego que ronda todas as metrópoles do Brasil, com a falta de solidariedade, com a falta de trabalho, de projeto e, sobretudo, de seriedade, levaremos este País a uma situação de que não poderá se recuperar.

Lamento, sim, que esse Governo esteja mais preocupado com as eleições municipais, com a eleição da Prefeita Marta Suplicy – que, no meu entender, caminha para uma derrota fragorosa em São Paulo. Aqueles grandes Municípios do PT de outrora passarão a ser apenas lembranças do passado, de uma Oposição que fez bravatas e enganou a população brasileira, que enganou aqueles que lhe deram o caminho para chegar ao poder, ou seja, o trabalhador e o funcionalismo público. Hoje, ela está enganando inclusive o Congresso Nacional.

Está na gaveta a famosa, a extraordinária, a única na história deste Congresso, a PEC paralela, que enganou a todos os Senadores, inclusive os do PT, mas sobretudo à sociedade, à população e a todos que acreditamos nos Líderes e na palavra do todo-poderoso Presidente José Dirceu, quero dizer, do Ministro José Dirceu. Acreditamos até na boa vontade do Senador Paulo Paim, que lutou e brigou pela aprovação da PEC paralela.

Parece-me que essa PEC é mesmo paralela, que está de acordo com a definição da matemática, da geometria, segundo a qual duas retas paralelas só se encontram no infinito. E no infinito estará a resposta que o povo dará, como uma espiral tendendo para zero; zero será o resultado que o Governo do PT obterá da população brasileira nas eleições municipais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência registra a presença, neste plenário, do Governador do Estado do Ceará, Lúcio Alcântara, nosso sempre colega, para alegria das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, e destaca a presença, nas galerias desta Casa, de funcionários da Eletronorte que acompanham a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito para uma comunicação de interesse partidário, o nobre Senador Jefferson Péres, que falará como Líder do PDT.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Líder.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se ainda for possível, após a Ordem do Dia eu gostaria de falar como Líder do PSB, por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Ex^a fica devidamente inscrito, em quinto lugar, para falar pelo horário do PSB, nobre Líder Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Conto com a benevolência de V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todo Governo há de ser julgado pelo que faz e pelo que deixou de fazer, obviamente, em termos de programas, de obras públicas, de institucionalização, etc. No entanto, há coisas que parecem menores mas que, na verdade, não são, como a aparência de um Governo, a verbalização de um Governo, a fala de um Governo.

Tenho estado muito preocupado – já abordei este assunto outro dia – com as falas do Presidente da República, tanto as escritas como as improvisadas. Ninguém ainda disse a Sua Excelência que elas são lamentáveis.

O Senador Arthur Virgílio disse, outro dia, que todos os Presidentes da República têm um **ghost-writer** para os seus discursos. O **ghost-writer** de Getúlio Vargas se chamava Lourival Fontes, homem que tinha um estilo brilhante; o de Juscelino, durante algum tempo, foi um intelectual do porte de Augusto Frederico Schmidt. Não sei quem escreve os discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para serem lidos aqui e no exterior, pois são deploráveis, pobres, e têm estilo e conteúdo ruins. Dos discursos de improviso nem se fala! São um amontoado de lugares-comuns. São tautológicos. O Presidente é contraditório e parece – lamento dizê-lo e faço-o contristado – o Conselheiro Acácio, a dizer banalidades com a imponência de quem está dizendo algo muito original.

Ouçam o que o Presidente disse ontem: “É muito mais fácil acabar com a fome no mundo que acabar com uma Nação ou fazer uma guerra”. Mais adiante, disse: “Se fosse fácil acabar com a fome, outros já teriam resolvido. Se fosse fácil, não teríamos fome”. É fácil ou é difícil? Não sei.

Vejam os lugares-comuns: “Só existe fome e miséria no Brasil por que existe má distribuição de renda”. Eu não sabia, Senadora Heloísa Helena, que a miséria era produto da má distribuição de renda. V. Ex^a sabia disso, Senador Cristovam Buarque? Olhem que descoberta monumental!

Ouçam esta outra pérola – imagino como a voz do Presidente ficou rouca ao dizê-lo: “Não há ser humano 100% mal, nem 100% bom”. Eu não sabia. Eu pensava que o mundo era dividido assim: os maus e bandidos, de um lado, e, de outro, os santos. V. Ex^{as} sabiam que não há ser humano 100% bom nem 100% mal? O Presidente diz a frase, fecha a cara, faz uma voz rouca, e todos o aplaudem.

Trata-se de incontinência verbal do Presidente e dos Ministros. Há poucos dias, ouvimos a piada de mal gosto feita com o Governador do Piauí, do seu Partido – outra brincadeirinha infeliz com a água do Piauí.

Ontem, o Ministro Ciro Gomes, pessoa por quem tenho o maior apreço, disse: “Agora, o Ministério não é mais bodega”. Como fica o PMDB? O Senador Efraim Morais já abordou o assunto nesta Casa. Senador Mão Santa, os Ministros do Governo passado foram todos do PMDB, do seu Partido. Como fica o Senador Ney Suassuna, que ainda agora estava elogiando o Governo da tribuna? Como fica o Senador Ramez Tebet, ex-Presidente deste Senado e ex-Ministro? E o Senador Fernando Bezerra, que à época era do PMDB e que hoje está no PTB? Era Ministro da

Integração Social do Governo Fernando Henrique Cardoso e hoje é Líder do Governo. Parabéns a S. Ex^a! Mas como S. Ex^a fica ao saber que transformou o Ministério numa bodega?

Não vejo ninguém se manifestar; estou tomando as dores do PMDB. Imaginem se eu fosse do PMDB, Senadores! Eu estava quebrando esta tribuna de indignação. Parece que não há nada de mais em se dizer que eram bodegueiros os ex-Ministros. Sabem o que está por trás da palavra “bodega”? Balcão. Bodega é local de compra e venda. O que será que se insinua com relação à atitude desses Ministros? Que falta de respeito pelos antecessores e por um Partido que dá sustentação ao Governo neste Senado!

Infelizmente, não se pode conceder aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Lembro apenas outros bodegueiros da história: Andreazza, Alexandre Costa, Cícero Lucena. O Ramez Tebet passou por aquele Ministério também.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Enfim, é preciso que os fâmulos – todo Governo tem fâmulos – digam ao Presidente da República e aos Ministros que tenham contenção verbal, o que faz parte de uma coisa chamada compostura. Todo ser humano dever ter compostura, mas principalmente quem ocupa um cargo público. Incontinência verbal é falta de compostura, mas o Presidente parece não estar percebendo isso. Sua Excelência está empolgado com o cargo.

Vamos rememorar a fábula do rei nu. Os fâmulos, com certeza, quando o Presidente diz todas essas tautologias, dizem: “O senhor abafou, o senhor fala a linguagem popular”. Estão precisando de uma criança no Planalto para dizer, enquanto todos exaltam a suntuosa roupa do rei: “Lá está a genitália do rei. O rei está nu”. Falta alguém dizê-lo no Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Romeu Tuma, para uma comunicação de interesse partidário, pelo Partido da Frente Liberal, por cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Tem a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo apenas uma informação: quando vai voltar a lista de inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – V. Exª solicita uma informação pela ordem, e a Mesa responde a V. Exª.

De acordo com o Regimento Interno, as inscrições dos Líderes são sempre priorizadas. O Líder tem sempre o direito de usar da palavra em qualquer instante da sessão. V. Exª será a primeira oradora inscrita, Senadora Ana Júlia, após a Ordem do Dia, no tempo previsto para os oradores regularmente inscritos. Mas a Mesa tem a obrigação de informar a V. Exª que cinco Líderes já se inscreveram para falar também após a Ordem do Dia.

Portanto, tendo dado essa informação e respondido ao questionamento da Senadora Ana Júlia Carepa, concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Vou procurar ser rápido, Sr. Presidente.

Comunico à Casa que houve dois eventos bastante importantes em São Paulo. O primeiro ocorreu na segunda-feira, em São José dos Campos, e contou com a presença do Senhor Presidente da República, do Governador Geraldo Alckmin e de várias outras autoridades.

Foi com muita emoção, Senadora Heloísa Helena, que assistimos à apresentação do Embraer 190, um avião para 106 passageiros que passa a fazer testes para início de comercialização pela Empresa Brasileira de Aviação. Realmente, foi bastante emocionante a pompa com que o avião, saindo do hangar, veio para o pátio de apresentação. Em seguida à sua passagem, foi desfraldada a bandeira brasileira. Todos ficaram tomados de emoção pelo grande avanço da tecnologia na indústria aeronáutica brasileira.

São esses os motivos por que estamos lutando pela Aeronáutica. Há pouco, um Senador disse que cortaram uma parte da verba da Aeronáutica. Poderíamos comprar os aviões de caça para a defesa do nosso território e trazer a tecnologia para desenvolvimento na Embraer. Assim, poderíamos conquistar o mercado, principalmente do Mercosul, na venda de aeronaves militares, já que temos o Tucano, um avião de treinamento de primeira linha que tem tido um resultado bastante importante em vários países. Parece-me que já há US\$3 bilhões em encomendas do Embraer 190.

Senadora Heloísa Helena, Senadores Efraim Morais, Mão Santa e Antonio Carlos, o outro evento foi proporcionado pela Francal, o Expo Fome Zero, uma feira na área de responsabilidade social que

contou com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de vários Ministros, de Parlamentares e de autoridades. Ficou claro que o setor produtivo do País e o terceiro setor não estão aguardando que o Estado invista no social, pois tomaram essa iniciativa. Lá centenas de estandes apresentaram aquilo que setores produtivos, entidades de classe e organizações não-governamentais têm feito em benefício da população menos favorecida do País. Houve um desfile dessas entidades, de cada um dos programas em desenvolvimento no País.

Ficamos muitos emotivos e esperançosos, pois, embora desligadas do processo de busca no Poder Público, as indústrias procuraram investir no social. Há muito tempo, acompanho esse processo de investimento das indústrias no social em São Paulo, em suas áreas de atuação, com resultados bastante eficientes. Noto que esses setores estão mostrando ao Governo a possibilidade de uma parceria séria, sem contar com recursos do Governo, porque esses investimentos saem do próprio setor produtivo. Essa é uma grande esperança.

Mas, Sr. Presidente, hoje, depois da emoção gerada pela esperança de que essas empresas mais e mais apliquem no que chamamos de responsabilidade social, vi com amargura profunda o corte de 80% da verba de combate ao trabalho infantil. O Senador Efraim Morais teve oportunidade de apresentar aqui o recorte publicado na **Folha de S.Paulo** de hoje. Não iria fazer referência a essa matéria, Senador Efraim, visto que V. Exª, com sua inteligência e competência, como Líder da minoria, apresentou-a a este Plenário. Mas algo me assusta muito.

O Senador Jefferson Péres falou em bodega, que, para mim, é um bar na favela que vende pinga, cachaça, um monte de coisas, e para onde a molecada vai. Ontem, vi pela **Rede Globo** – peço a V. Exª mais um minuto, Sr. Presidente – mães chorando, Senadora Heloísa Helena, porque os filhos voltaram a trabalhar na fabricação de massa de tijolos. Como usam faca para o corte, às vezes perdem a mão no trabalho. E isso ocorre quando eles têm dez ou doze anos de idade, quando eles deveriam estar nas escolas. Eles estavam nas escolas, mas tiveram que voltar ao trabalho. Uma mãe disse que, com o dinheiro que recebia – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª mencionou isso várias vezes aqui –, comprava uniforme para as crianças, livros, comida. Hoje, não tendo mais dinheiro para comprar tudo isso, foi obrigada a deixá-los voltar para o trabalho.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Romeu Tuma, lembro a V. Exª que, ontem, a **Rede Glo-**

bo responsabilizou os Prefeitos, quando, na realidade, a responsabilidade é do Governo Federal, é do Governo do PT, que cortou os recursos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Notei que eles responsabilizaram um dos Prefeitos, mas ficou claro que se tratava de falta de repasse atual do Governo Federal. A notícia foi complementada. Foi noticiado que deve haver fiscalização dos Prefeitos pelos conselhos comunitários. E também se fala sobre a falta de repasse de verba: os Prefeitos não teriam como destinar esses recursos, pois a União não repassou a verba.

Segundo o Sr. Pedro Américo de Oliveira, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, muitas crianças trabalham em atividades de difícil fiscalização, em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas e a prostituição infantil. Sabemos que a falta do repasse de verba aumentará o número de crianças que trabalham na criminalidade e na prostituição infantil.

Portanto, faço o mesmo apelo que o Senador Pedro Simon faz da tribuna: pelo amor de Deus, não cortem as verbas! Assim evitaremos que as crianças vão para o crime ou para o trabalho e sofram as consequências, pois são muitas as dificuldades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Para preservar as inscrições para comunicações inadiáveis e permitir aos Líderes que ensejam uma melhor negociação das matérias que estão tratando a pauta, a Presidência convoca, para fazer uso da palavra, a nobre Senadora Lúcia Vânia, primeira inscrita para uma comunicação inadiável. Em seguida, ouviremos a Senadora Heloísa Helena e, logo após, o nobre Senador Paulo Paim, 1º Vice-Presidente desta Casa.

V. Exª dispõe de até cinco minutos, nobre Senadora Lúcia Vânia, do PSDB, do Estado de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando o Ministro Patrus Ananias assumiu o Ministério do Desenvolvimento Social, todos nós da situação e da Oposição saudamos a sua escolha pela sua conhecida trajetória e pela sua biografia. Porém, estamos assustados com a passividade do Ministro diante da matéria hoje estampada na **Folha de SPaulo**, em que se mostra um corte de 80% no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Representantes do Ministério do Desenvolvimento Social respondem que esse recurso destinado à erradicação do trabalho infantil foi inserido no recur-

so que contemplará o Bolsa-Família. Essa resposta vem corroborar com o que falamos nesta tribuna durante oito meses. O Governo que aí está ainda não conhece em profundidade os programas sociais implantados neste País. É preciso que o Governo saiba que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é muito diferente do antigo Bolsa-Escola e do Bolsa-Família. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não nasceu no Governo passado, mas representa um pacto mundial de combate ao uso da mão-de-obra infantil.

Em 1999, aprovamos, no Congresso Nacional, as mensagens presidenciais que submeteram à avaliação dos Parlamentares os textos das Convenções nºs 138 e 182 e das Recomendações nºs 146 e 190 da Organização Internacional do Trabalho, que definem a idade mínima para o trabalho, proíbem formas degradantes do trabalho infantil e propõem ações imediatas para a sua eliminação.

Após a assinatura dessas Convenções, estivemos na Noruega, mais precisamente em Oslo, levando a proposta brasileira para submetê-la aos diversos países que integram esse organismo internacional. Lá apresentamos a nossa proposta e fomos aplaudidos pela formulação que conseguimos dar ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

É preciso, Srªs e Srs. Senadores, Senador Efraim Morais, Senador Romeu Tuma – que aqui apresentou a questão do trabalho infantil –, que os Parlamentares saibam que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não é composto apenas de uma bolsa, como é a Bolsa-Família ou a Bolsa-Escola. Esse Programa vai muito além, porque o objetivo é retirar a criança do trabalho degradante e insalubre, devolvendo-lhe a auto-estima, propiciando-lhe a recuperação escolar.

Na primeira experiência em Mato Grosso do Sul nas carvoarias, iniciamos o projeto com a Bolsa. Depois de entregá-la, constatamos que as crianças voltaram ao trabalho. Então, formulamos um projeto, no qual se estabeleceu que cada Município receberia R\$20,00, a serem repassados a cada criança para que ela pudesse ter uma jornada ampliada. Essa criança estaria na escola pela manhã e, na parte da tarde, receberia aulas de reforço escolar, esporte, lazer, cultura, com o objetivo de recobrar a auto-estima. Ao mesmo tempo, pais e mães foram chamados a participar de programas de requalificação profissional, para que também pudessem ajudar na recuperação das crianças.

O Governo, ao fazer a unificação dos cartões, não teve condições de inserir o Programa de Erradi-

cação do Trabalho Infantil por ser esse um programa inteiramente diferente, que mantém parcerias muito fortes com Governos estaduais e municipais, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresários, celebrando um pacto entre essas entidades, com o objetivo de eliminar essa mancha do nosso País. Mas esse programa vem sendo tratado pelo Partido dos Trabalhadores como se fosse mais um programa do Governo Fernando Henrique. Tenho a impressão de que deve fazer parte da “herança maldita” – expressão usada até pouco tempo –, porque, na verdade, eles não conseguem entender que um Governo, ao fazer um programa que não é para o seu tempo, mas para uma geração, preocupa-se com qualidade, acompanhamento e resultados.

Nós, que tivemos total apoio da Contag, dos sindicatos de empresários, solicitamos a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, por estar comprometido com os trabalhadores, que se dirija ao Governo e não permita que esse programa seja tratado dessa forma. Em nome dos trabalhadores brasileiros, em nome dos filhos daqueles que já sofrem tanto com o desemprego e com o subtrabalho, diga a esse Governo nascido do Partido dos Trabalhadores que não ele tem o direito de macular a maior conquista do povo brasileiro, que é a retirada das crianças do trabalho infantil.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável, por até cinco minutos, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, que será a próxima oradora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, a julgar pelo noticiário dos jornais, ficamos cada vez mais convencidos de que o desmonte da estrutura do **apartheid** vai se processando muito devagar na África do Sul e também no Brasil.

Dez anos após a conquista do poder político pelo Congresso Nacional Africano, liderado pelo grande Nelson Mandela, as agressões contra os trabalhadores negros daquele país continuam ocorrendo e preocupando o mundo. O porta-voz da principal entidade sindical, o Congresso dos Sindicatos da África do Sul, afirmou que os fazendeiros continuam tra-

tando os trabalhadores negros daquele país como se estivessem ainda no regime do **apartheid**.

Sr. Presidente, a notícia chocante, veiculada hoje pelo **Correio Braziliense**, informa sobre o assassinato brutal de um trabalhador negro que retornava à fazenda onde trabalhava, para recuperar seus pertences, uma vez que havia sido demitido. Lá ele foi barbaramente espancado, amarrado e atirado a uma jaula para ser devorado por um leão. Está estampada a seguinte manchete no **Correio Braziliense**: “Patrão joga trabalhador negro ao leão branco”. O que ocorreu na África do Sul demonstra o quanto são desrespeitados os trabalhadores sob um regime ainda, no meu entendimento, muito forte, o **apartheid**. É uma notícia, Sr. Presidente, que choca e revolta o mundo.

Ontem, aqui nos referimos à execução do jovem dentista Flávio Sant’Ana – V. Ex^a me aparteu –, morto por policiais militares em São Paulo. Jovem, saudável, com futuro promissor, teve a sua vida ceifada por brutalidade do racismo.

Na África do Sul e no Brasil, as estruturas de opressão da população negra resistem, infelizmente. Por ter a pele escura e os cabelos crespos, esses “condenados da Terra”, como disse Fanon, são submetidos, em diferentes países, ao apetite da besta do racismo.

Precisamos reagir a essa insanidade que ameaça a vida de milhões de pessoas. Precisamos educar! Ninguém nasce racista. Precisamos mobilizar a sociedade brasileira numa ampla campanha de educação contra o racismo. Precisamos deslanchar uma campanha de alcance nacional e de repercussão internacional, que mobilize corações e mentes para enfrentarmos as práticas de extermínio racista.

Sr. Presidente, ontem fizemos uma reunião com cerca de 15 entidades no Senado e pretendemos dedicar parte da nossa vida a essa campanha. Apelo a esta Casa para que trabalhemos juntos, numa proposta suprapartidária, envolvendo os movimentos sociais e o Executivo, a fim de que consigamos dar um basta de uma vez por todas à violência contra a nação negra aqui e em outros países.

Apelo às Lideranças do Governo para que nos ajudem nessa campanha nacional. Tomara que não tenhamos que voltar novamente a tribuna para falar de tantos Flávios assassinados e citar a manchete sobre trabalhador negro jogado na jaula de leão branco para ser devorado.

Cumprimento o Presidente Lula por ter encaminhado à Câmara dos Deputados ontem, para ser apreciada ainda no período de convocação extraordi-

nária, uma proposta de emenda à Constituição propondo punição a quem mantiver, na propriedade, trabalho escravo. A punição será a perda da terra para efeito da reforma agrária.

Tenho a certeza de que essa PEC será votada na Câmara rapidamente, com a PEC nº 77, a PEC paralela. Sei que os prazos das duas serão resumidos, e, assim, essas propostas poderão ser votadas ainda em fevereiro, se Deus quiser. Rezo muito por isso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou fazer um rápido comentário sobre a continuidade vergonhosa do Governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, especialmente relacionada à privatização dos bancos federalizados.

É evidente que é algo extremamente constrangedor, especialmente pra mim, que dediquei os melhores anos de minha vida à construção de um partido, imaginava eu, originalmente vinculado ao mundo do trabalho, o Partido dos Trabalhadores. Houve fatos, tais como a intolerância e da arrogância de rasgar o seu estatuto para expulsar os seus militantes, que chegam a ser insignificantes, absolutamente insignificantes. Diz o Senador Efraim Morais que isso aconteceu porque não tenho carteira de trânsito para vender, nem tenho relação com praga de gafanhoto.

Mas é algo deprimente, Senador Romeu Tuma, é algo deprimente identificar um governo que foi eleito com tanta esperança pelo povo brasileiro, que se predispôs a promover mudanças estruturais profundas, atuando de forma subserviente ao capital financeiro, ao grande capital, no acordo com o Fundo Monetário. Basta ver o cumprimento dos quatro pontos que se inicia agora com a privatização do Banco do Maranhão, depois do Banco do Ceará, de Santa Catarina e do Piauí. É o quarto ponto acordado com o Fundo Monetário Internacional em relação à privatização do espaço público. É deprimente identificar o transformismo de um partido como o Partido dos Trabalhadores, de um governo como o Governo Lula, que atua ora como serviçal do capital – veja que na

reforma da Previdência foi prestar serviço ao capital financeiro articulado nos fundos de pensão –; ora atua na reforma tributária, viabilizando o monstrengo arrecadatório, a desvinculação de receita da União para encher a pança dos banqueiros internacionais à custa dos cortes dos gastos orçamentários no setor social. A Lei de Falências é outra circunstância gravíssima. Aliás, no ano passado os ganhadores na economia foram os bancos. E vem agora a privatização dos bancos federalizados, iniciando-se no Maranhão.

É uma situação vexatória para o Congresso Nacional, para o Senado da República identificar que o Governo age ou como serviçal do capital financeiro a serviço dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional, ou por meio da mídia. É só isso.

Matam Fiscais do Trabalho: imediatamente cria-se um jogo de mídia para viabilizar a aprovação de um projeto. Como todos sabemos, trabalho infantil, trabalho escravo, plantas psicotrópicas – maconha, papoula – não cumprem função social, portanto, são passíveis de reforma agrária. O Governo poderia ter tido essa iniciativa antes mesmo da modificação da legislação ou poderia ter agilizado sua tramitação.

Do mesmo jeito, Senadora Lúcia Vânia, se aparecer alguma criança no noticiário nacional com a mão decepada em função do trabalho infantil, imediatamente haverá uma alternativa de Governo para resolver esse problema. Em relação às enchentes, a mesma coisa. É necessário que a televisão mostre uma cena para que se faça algo a respeito. Então, mais uma vez, registro aqui a minha decepção em relação a mais esse cumprimento da agenda com o Fundo Monetário Internacional que é a privatização dos bancos federalizados.

Senador Romeu Tuma, passei quatro anos nesta Casa – não apenas eu – atacando o governo Fernando Henrique, que cometeu crimes contra a Administração Pública no processo de privatização neste País, no tráfico de influência, no balcão sujo de negócios, na exploração de prestígio e intermediação de interesse privado. O que caberia ao atual Governo? Fazer uma auditoria, mostrar ao povo brasileiro que de fato eles saquearam os cofres públicos com um processo de entreguismo jamais visto na história do País. Em relação a isso o que há? Silêncio! Omissão completa e continuidade do processo de privatização por meio da privatização dos bancos federalizados. Portanto, Sr. Presidente, não posso evitar de deixar aqui o meu desencanto diante de uma situação extremamente vexatória como esta.

E como muito bem lembrou o Senador Jefferson Peres – e eu já tive oportunidade de falar sobre isso –: tem que dizer mesmo! O Ministro Ciro Gomes tem que dizer quem foi que participou da bodega; tem que dizer quem estava na bodega do Ministério da Integração Nacional. Há vários Senadores aqui que, segundo ele, eram bodegueiros – com todo o respeito às pessoas, o pequeno proprietário que tem lá a sua bodeguinha. É preciso que se esclareçam esses ditos porque não podemos usar a verbalização e a contundência só quando são os nossos adversários que estão viabilizando determinadas ações e depois o silêncio e a cumplicidade de não desvendar esses mistérios perante o povo brasileiro, dando continuidade a um projeto, a um modelo falido que é, infelizmente, o modelo neoliberal, que o Governo, com tanta facilidade, continua a viabilizar.

Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto por mais esse processo de promover mais ganhos para o capital financeiro, para o capital especulativo nacional, entregando uma estrutura extremamente eficaz, o Banco do Maranhão. O Governo Federal fará o mesmo em relação ao Banco Estadual de Santa Catarina, do Piauí e do Ceará.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra apenas para informar a V. Ex^a, pela ordem, que hoje o Partido dos Trabalhadores teve a sua reunião anual de renovação da Liderança e, por unanimidade, tivemos a satisfação de indicar a Senadora Ideli Salvatti para liderar o Partido dos Trabalhadores no Senado durante o exercício de 2004 e até fevereiro de 2005. À Senadora, desejo pleno êxito em sua gestão política.

Aproveito para agradecer a V. Ex^a e a todos os Senadores e partidos a plena convivência democrática que pudemos ter no exercício de 2003.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa recebe a comunicação de V. Ex^a e tem a oportunidade de testemunhar o trabalho excelente que V. Ex^a fez à frente da Liderança do PT nesta Casa, sempre com grande espírito público e com grande dedicação ao País e aos assuntos por nós tratados.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Magno Malta pediu a palavra pela ordem antes de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse como Líder do meu Partido para que, em seguida, eu pudesse fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex^a está inscrito após a Ordem do Dia em sexto lugar.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apenas gostaria de, como V. Ex^a, me congratular com o Senador Tião Viana pela excelente atuação que teve como Líder nesse período. É óbvio que será extremamente bem sucedido pela Senadora Ideli Salvatti, mas fica aqui o reconhecimento de que teve durante essa gestão um período em que se esforçou inclusive para tentar aprovar aqui a PEC paralela, que hoje a Câmara está contingenciando. Ficam os meus aplausos à Liderança democrática do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 2004

Veda a produção e comercialização de adesivos de contato que contenham substâncias capazes de produzir dependência física ou psíquica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São vedadas, em todo o Território Nacional, a produção e a comercialização de adesivos químicos de contato que contenham substâncias voláteis capazes de produzir dependência física ou psíquica nas pessoas, ainda que por uso indevido do produto.

Parágrafo único. As substâncias voláteis de que trata o **caput** serão definidas em regulamento.

Art. 2º A inobservância do disposto no art. 1º desta Lei configura infração à Legislação sanitária federal, punível na forma da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo de outras sanções civis e penais cabíveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação. – Senador **Valmir Amaral**, PMDB/DF.

Justificação

A questão do consumo de entorpecentes por crianças e adolescentes tem tirado o sono de muitos pais em nosso País. O contato com esses produtos ocorre cada vez mais precocemente e seus efeitos destrutivos são potencializados por essa exposição prematura.

Segundo levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), os solventes são o grupo de drogas mais consumido entre estudantes dos ensinos fundamental e médio, quando são excluídos da análise o álcool e o tabaco. Como primeiras drogas experimentadas pelos jovens, só perdem para o álcool.

Esse estudo revelou que 13,8% dos estudantes pesquisados já haviam experimentado essas substâncias alguma vez na vida, sendo que 10% desses faziam uso freqüente delas. São mais consumidas, portanto, do que maconha e cocaína, por exemplo.

São dados assustadores, principalmente se pensarmos que os solventes – componentes psicoativos da chamada “cola de sapateiro” – sempre tiveram o seu uso associado a meninos e meninas de rua. Com efeito, esse grupo está mais sujeito a fazer uso de solventes – cerca de metade dessas crianças já consumiu a substância –, contudo constatou-se que o problema é bem mais generalizado do que se supunha.

De modo geral, a questão é negligenciada, visto que, quando se fala em drogas, as pessoas pensam imediatamente em substâncias ilícitas, como maconha e cocaína, e não valorizam os produtos químicos comercializados legalmente que podem ser utilizados de forma abusiva.

Os dados do Cebrid corroboram essa afirmação. No levantamento realizado entre os estudantes, 45,3% dos usuários obtinham o solvente em sua própria casa e 38%, com amigos.

Com efeito, o uso de drogas, assim como o desenvolvimento da dependência, é permeado por inúmeras variáveis. Embora a substância consumida seja um fator indispensável, as características pessoais e as condições oferecidas pelo meio também são fatores que contribuem significativamente. Quando se trata de crianças e adolescentes em situação de rua, tanto o indivíduo quanto o meio facilitam o uso de inalantes.

Há que se salientar, todavia, que os solventes representam ameaça à saúde pública sempre e não somente quando utilizados de forma abusiva por drogaditos. Também causam danos à saúde dos nossos

trabalhadores, quando estes são expostos aos inalantes, seja na indústria de calçados, seja na construção civil ou outras áreas que impliquem contato freqüente com as colas de sapateiro.

O poder entorpecente da cola de sapateiro é conferido pelos seus componentes voláteis, cuja função é diluir a resina para permitir sua aplicação. Os mais utilizados no mercado são o tolueno e o n-hexano, todos do grupo químico dos hidrocarbonetos.

No entanto, o que realmente produz o efeito de promover a adesão das superfícies é a resina base. Porém, esta, em sua forma pura, teria consistência sólida e não serviria para a colagem. O solvente é utilizado para dar a consistência viscosa ao produto e facilitar sua aplicação. Depois, deve evaporar para que a resina promova a adesão desejada.

E essa propriedade volátil do solvente, essencial para o uso profissional da cola, que permite que ele seja usado de forma indevida pelas pessoas. Os hidrocarbonetos evaporam a partir da cola e são aspirados pelos usuários. Uma vez que atravessem as membranas dos pulmões, entram na circulação sanguínea e atingem rapidamente o cérebro, onde causam os maiores danos.

Os efeitos dos solventes vão desde uma estimulação inicial, seguindo-se uma depressão, podendo também ocasionar processos alucinatorios. Vários autores afirmam que os efeitos dos solventes se assemelham àqueles do álcool. Entre esses, o mais predominante é a depressão.

Finalmente, sabe-se que a aspiração crônica dos solventes pode levar a destruição de neurônios e causar lesões irreversível no cérebro. Além

disso, pessoas que usam solventes por longo período apresentam-se apáticas e têm dificuldade de concentração e déficit de memória.

Os solventes, quando inalados cronicamente, podem afetar outros órgãos além do cérebro e, por exemplo, provocar lesões da medula óssea, dos rins, do fígado e dos nervos periféricos que controlam os nossos músculos. Em alguns casos, principalmente quando existe no solvente uma impureza, o benzeno, mesmo em pequenas quantidades, pode haver uma diminuição da produção de glóbulos brancos e vermelhos pelo organismo.

As tentativas do Poder Público de impedir o acesso dos menores a essas substâncias não têm logrado êxito. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), proíbe, por meio de seu art. 243, o fornecimento, aos menores de idade, de produtos que possam causar dependência.

Não obstante, os usuários conseguem adquirir as colas de sapateiro com o auxílio de adultos inescrupulosos, mesmo nos locais onde há fiscalização desse comércio.

Dessa forma, entendemos que a única medida eficaz para resolver o problema é vedar o uso de substâncias psicoativas nas colas. Assim, resolveríamos não só a questão do uso indevido do produto, como também os graves transtornos à saúde causados por sua exposição ocupacional.

E o Brasil já dispõe de tecnologia para substituir os solventes aromáticos na fabricação das colas. Trata-se do adesivo aquoso ou em base d'água. Como o nome sugere, os solventes hidrocarbonetos são substituídos pelo diluidor universal: a água.

Produtos com essas características já são utilizados desde a década de 80. Sua participação no mercado vem aumentando progressivamente, em virtude da pressão de ambientalistas, da opinião pública e de autoridades sanitárias de todo o mundo.

No início, havia grande rejeição dessa tecnologia por parte dos consumidores, sobretudo pelo alto custo e pelas dificuldades técnicas na sua aplicação, que necessita de cuidados especiais. Atualmente, as indústrias do setor químico desenvolveram produtos que utilizam solventes aromáticos e estes têm com eficácia semelhante ou até mesmo superior à das colas tradicionais.

Com treinamento apropriado, é possível substituir os produtos tóxicos pelas novas colas, que têm consistência mais fluida e não possuem odor intenso, sem que haja aumento expressivo nos custos, pois estas têm maior concentração da resina base. O resultado é a diminuição do desperdício de materiais, tão comum quando se utilizam os adesivos de base solvente.

Prova da eficiência dos adesivos aquosos é o crescimento de sua produção em nível mundial. Fontes da indústria petroquímica indicam que a fabricação desses adesivos cresce, em média, 12% ao ano, contra 2,4% dos adesivos de base solvente. No Brasil, onde o mercado ainda é restrito, o crescimento estimado é de 64% ao ano.

Diante do exposto, podemos afirmar que não há mais justificativas para continuarmos a conviver com produtos tão nocivos como os adesivos de base solvente. Agora que dispomos de uma alternativa eficiente, podemos finalmente banir, de todo o Território Nacional, a produção e a comercialização das colas

que contenham inalantes psicoativos, atacando de maneira contundente esse problema de difícil controle, que corrompe nossa juventude e traz prejuízos à saúde de muitos dos nossos trabalhadores.

Por todos os argumentos apresentados, submetemos o presente projeto de lei à elevada apreciação do Congresso Nacional, esperando contar com o apoio de nossos Pares.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **Valmir Amaral**, PMDB / DF.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Das Infrações E Penalidades

Art 1º As infrações à legislação sanitária federal, ressalvadas as previstas expressamente em normas especiais, são as configuradas na presente Lei.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Estatuto da criança e do adolescente

Art. 243. Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida:

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a última à decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A proposição que acaba de ser lida terá tramitação após o dia 15 de fevereiro de 2004.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 144, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao ex-ministro e ex-presidente do Senado Federal, escritor Jarbas Passarinho, pelos conceitos emitidos em recente artigo na imprensa.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao escritor Jarbas Passarinho, ex-ministro e ex-presidente do Senado Federal, pelas colocações expostas em recente artigo publicado na imprensa, enfocando aspectos prejudiciais de exacerbação nacionalista, notadamente no encaminhamento de concorrência pública para construção de plataforma petrolífera da Petrobras.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se pela precisão da análise com que, em artigo publicado na imprensa brasileira, o escritor Jarbas Passarinho enfoca aspectos negativos de posições exacerbadas, como ocorreu por ocasião da concorrência pública para a construção da plataforma P-52, da Petrobrás. O conteúdo do artigo ressalta os prejuízos causados à empresa pelo aqodamento do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, ao condenar a concessão da obra à empresa do exterior e reivindicar sua construção no Brasil, sob o pretexto da geração de empregos. E mostra que, não obstante todo o bulício levantado, a Petrobras, em propaganda, anunciou que a plataforma será apenas montada no Brasil, que ainda não reúne condições técnicas e operacionais para levar a cabo aqui o empreendimento.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento será despachado à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 145, DE 2004

Requer informações ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,

acerca de medidas preventivas diante da chamada Gripe do Frango.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao excelentíssimo senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações acerca das medidas preventivas que o Governo pretende adotar diante do surto, na Ásia, da chamada Gripe do Frango. Especificar todo o elenco preparado pelo Ministério e acrescentar as áreas que deverão atuar em conjunto com essa Pasta.

Justificação

O **Jornal do Brasil** informa, na edição do dia 3 de fevereiro de 2004, que o Governo Federal já se prepara para implantar, em todo o País, medidas atualatórias, diante do surto de Gripe do Frango, registrado principalmente em nações asiáticas. Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer tais medidas, pelo que formulo o presente requerimento de informações ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2004

Requer informações ao Ministro de Estado do Controle e da Transparência, acerca da denúncia formulada perante o Ministério Público, contra o Ministro dos Transportes.

Requeiro, nos termos do art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao excelentíssimo senhor Ministro de Estado do Controle e da Transparência, informações acerca da denúncia encaminhada ao Procurador-Geral da República; pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte-DNIT, acusando o Ministro dos Transportes de desvio de recursos carimbados de financiamento do BID/BIRD e que teria resultado na abertura de investigações a respeito.

Esclarecer as providências adotadas, com relação ao assunto, pela Controladoria-Geral da União.

Justificação

O jornal **O Globo** informa, na edição do dia 10 de fevereiro de 2004, que o Procurador-Geral da República determinou a abertura de investigações para apurar a denúncia aqui situada. Tendo em vista a busca de transparência pelo Governo, as informações objetivam conhecer quais as providências da Controladoria-Geral da União diante do assunto.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa Diretora para decisão, na forma do art. 216, item III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao automobilista amazonense Antonio Pizzonia, incluído como segundo piloto de testes da Fórmula-1.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao piloto amazonense Antonio Pizzonia, que vem de ser anunciado pela equipe Williams como segundo piloto de testes da Fórmula-1.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Confederação Brasileira de Automobilismo.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se por mais essa ascensão do piloto amazonense Antonio Pizzonia, escolhido como segundo piloto de testes da Williams na Fórmula-1, onde vai desenvolver o carro de corrida denominado FW26.

Sala das Sessões, 11 de fevereiro de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência lembra ao Plenário que a homenagem ao Dr. Manoel Francisco Nascimento Brito, Diretor Presidente do **Jornal do Brasil**, objeto do Requerimento

nº 229, de 2003, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, será realizada no dia 18 do corrente, às 14h30min, no período da sessão destinado aos oradores da Hora do Expediente.

Esclarece ainda que as inscrições para a referida homenagem continuam abertas na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu o **Requerimento nº 148, de 2004**, da Senadora Heloísa Helena, solicitando autorização para ausentar-se do País a fim de participar, a convite, de “Seminário sobre como financiar o desenvolvimento sem débito”, a realizar-se nas cidades de Amsterdam e Bruxelas, no período de 20 a 27 do corrente.

O requerimento será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA**1**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 139, de 2003) Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 139, de 2003, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Hélio Costa

Consulta as Lideranças sobre a existência de acordo para votação da Medida nesta sessão. (Pausa.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não há acordo, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Não há acordo também por parte da Minoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não havendo acordo, a pauta continua sustada.

Consulta as Lideranças também sobre o Item 2 da pauta, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pelo PSDB, Sr. Presidente, não há acordo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pela Minoria, Sr. Presidente, não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pelo desacordo manifestado pelo Plenário, a pauta continua trancada.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 140, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 140, de 2003, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Garibaldi Alves Filho

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003, que autoriza a criação da Empresa de Pes-

quisa Energética – EPE e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2004
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 52, de 2004 – art. 336, inciso II, RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 100, de 2004, Relator: Senador Jorge Bornhausen), que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro.

Parecer favorável, sob nº 1.952, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003).

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 854, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

Parecer favorável, sob nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasiléia e Cobja, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevideu, em 19 de junho de 2001.

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 895, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº 959/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

11

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 140, de 2004, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, além das Comissões constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Senador César Borges.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a, ontem, havia informado que, caso não houvesse acordo, provavelmente convocaria sessão extraordinária para hoje. Isso ainda permanece?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Até o momento, sim. Mas desejo informar a V. Ex^a e à Casa

também que os Líderes estão reunidos em busca de um entendimento para que possamos votar as duas medidas provisórias ainda na sessão extraordinária e a medida do setor elétrico, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Por permuta com o Senador César Borges, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

“Mas, onde há bobice a qualquer resposta, é aí que a pergunta se pergunta”. (Guimarães Rosa)

Eu tinha 26 anos quando o cantor e compositor Chico Buarque lançou o disco Francisco, cuja contracapa sempre me impressionou por conta da frase: “E a tal história como é? Festa acabada, músicos a pé.” O disco é uma obra-prima e várias vezes encontrei sentido na expressão, especialmente nos momentos em que pude assistir e compartilhar de cada decepção sofrida pelo povo brasileiro, que literalmente ficou falando sozinho, enquanto a incompetência gerencial lhe fechava as portas de saída nos governos que se seguiram.

Nos reflexos do baile, planos econômicos salvacionistas que não vingaram, reformas que não houve, a impostura de um caçador de imoralidades, as falcatruas de devassos anões no Parlamento, escândalos escandalosos de corrupção no Poder Judiciário e a euforia sem lastro provocada por tênue sensação de estabilidade da moeda, que não teve correspondente aumento da renda e encheu de medo o futuro dessa brava gente.

Foi quando reapareceu perseverante mascate da esperança e convenceu os nacionais a dar corda à fé. Embebidos na ilusão de um mestre-sala do lugar comum, em um impulso cego, 52,7 milhões de pessoas consagraram nas urnas um arranjo demagógico de poder montado a partir de paradigmas colhidos no patronato de Getúlio Vargas, na preferência janista pelos destilados, no favoritismo sindical de Jango e até em momentos do triunfalismo “collorido”. Tudo temperado com dogmas do materialismo dialético e um certo guia prático do Consenso de Washington.

Um governo que, 13 meses depois daquele 1º de janeiro de 2003, não tirou o terno de posse e mantém viva a cantilena de palanque, que enfada quando vende quimera e desanima ao se remeter ao discurso da “herança maldita”. Isso, para não mencionar a escassa postura de estadista, imprescindível para administrar a diversidade do Brasil.

Um governo em sistemático estado de celebração, inebriado pelo perfume do poder que exala na Esplanada, mas escorregadio quando o assunto é a assunção de responsabilidade, como se não fossem atuais, por exemplo, a falência do modelo de segurança pública e as enchentes. Somente o Ministério do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva não foi informado pelo Instituto Nacional de Meteorologia de que, durante o verão, havia grande previsibilidade de inundação em todo o País, especialmente no Nordeste.

O Governo Lula administra a partir do “esperar acontecer”, ou seja, aguarda que a tragédia se confirme para, ato contínuo, ensaiar o drama de que o problema tem origem no descaso de administrações anteriores e que hoje, embora haja vontade de fazer, não existem recursos para socorrer os desvalidos. Há, inclusive, extraordinária capacidade de oferecer saídas desavergonhadas, como a sugestão de liberar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o sertanejo custear a reconstrução do que a chuva levou.

Sr. Presidente, seria este o ensaio de parceria públicoprivada que o Governo pretende fazer para remodelar os investimentos em infra-estrutura no País? Peço licença à ironia, uma vez que a estultice tem limite. Insensata e oca, há algo de sarcástico na proposta de um trabalhador rural que sequer possui registro de identidade, ir ao banco sacar o FGTS para financiar a reconstrução do seu casebre. O interessante é que tamanha bobagem adquire foro de assunto de Estado envolvendo três Ministros, inúmeras reuniões, algumas autocríticas, várias plenárias e nenhuma ação de resultado.

Felizmente, conforme noticiou hoje o colunista do Jornal do Brasil, Ricardo Boechat, o Governo Lula teve a luminar idéia de unificar todas as emendas parlamentares ao Orçamento e destiná-las aos Estados nordestinos. Uma soma de R\$80 milhões, que, sinceramente, deve render mais benefícios do que uma conta inexistente de FGTS, mas definitivamente está muito distante de aliviar o peso que os Governadores e Prefeitos estão assimilando praticamente sozinhos com os estragos das enchentes. Quero destacar o editorial de O Estado de S.Paulo de hoje, que denuncia a maquinação que está gerada por um grupo interministerial para criar uma taxa contra enchentes. Ou seja, o Governo Lula pretende instituir mais um imposto e transferir para o contribuinte um encargo eminentemente estatal, que é o setor de saneamento.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula cozinhou a Nação com o Programa Fome Zero durante todo o

ano de 2003 e o País está ansioso para saber quando vai ser servida a sopa. O fiasco da primeira tentativa de acabar com a fome foi evidente, tanto que significou o corte mais profundo no tecido ministerial. No placar dos treze meses de Governo Lula, o Fome Zero continua sendo um programa perdedor, que paga o preço de ter sido fruto de uma concepção publicitária, sem planejamento administrativo e de alcance improvável. Tanto que quase zero de combate à fome foi efetivamente realizado, mas ontem o Presidente Lula descobriu que o Brasil é auto-suficiente em alimentos e até marcou data para vencer a fome: “pouco tempo”. Mas não vamos nos apressar.

Observem que bisonho: o primeiro-mandatário acredita que “a única razão pela qual ainda há gente passando fome é o desacerto histórico da distribuição de renda”. Como não há revolução à vista, chegou a dizer que operou “milagre” até agora e ainda arriscou o envio de uma mensagem do magistrado supremo, ao indicar os rumos que o País deve seguir: “Deus pôs os pés aqui e falou: Olha, aqui vai ter tudo. Agora, é só os homens e as mulheres terem juízo que as coisas vão dar certo”. Como a estimativa do “pouco tempo” é imprecisa, talvez o Presidente Lula imagine que possa ser autor da iniciativa de promover espécie de descolonização e purgar as desigualdades que o europeu trouxe nas caravelas. Depois de devolver toda a terra aos indígenas, os próximos 500 anos seriam usados para acabar com a fome, mas com a vantagem de tudo começar agora.

Sr^{as} e Srs. Senadores, sob o título “Trajetória em plano inclinado”, a colunista do **Jornal do Brasil** Dora Kramer faz uma análise perfeita dos resultados da última pesquisa Sensus/Confederação Nacional do Transporte, cujos números indicam o exaurimento do modelo ExpoLula. Ou seja, o apelo palanqueiro esgotou o estoque de paciência da Nação, e o Governo começa bem cedo a fazer água perante a opinião pública, justamente o que havia de mais cintilante na sindicalândia deslumbrada. Como sintetizou a jornalista:

A frustração traduzida na série de pesquisas é um sinal eloqüente de alerta. Diz muito a respeito dos excessos da atitude propagandística e do risco de ser percebida como único – e, portanto, insuficiente – instrumento de atuação administrativa disponível.

Os números da pesquisa não deixam dúvidas de que o Governo rumo a escada abaixo. Conforme análise de Kramer, quando assumiu,

83,6% das pessoas tinham uma expectativa positiva do desempenho pessoal do Presidente Lula; hoje são 65,3%. A percepção do desempenho do Governo é avaliada em semelhante patamar de rejeição, e há desencanto consolidado com o estilo petista de administrar o Brasil: enquanto em janeiro de 2003 a expectativa positiva agregava 53% dos consultados, hoje representa 39,9%. O pior da pesquisa, e que o Palácio do Planalto não comenta, é a avaliação negativa, ou seja, aqueles que desacorçoaram com o Governo Lula. Em janeiro de 2003, 2,3% dos brasileiros o consideravam ruim e 17,7%, regular. Um ano depois, o conceito da Petelândia caiu muito na praça. Os que avaliam o governo petista negativamente somam 15% e os que o consideram regular mais que dobraram de tamanho e hoje representam 40,6%.

Dora Kramer finaliza sua análise com dois recados interessantes: um para o Governo e outro para a Oposição. Ao primeiro escreve:

Quando o presidente, ao final de um ano de governo, disse que acabara a fase do “eu acho” para começar a era do “eu faço”, é possível que estivesse tentando justamente evitar a desesperança e buscando realimentar a boa expectativa.

A obtenção de resultados, porém, implica a alteração das atitudes do dia-a-dia, ainda plenas de redundâncias e tão excessivamente pautadas pelo “eu acho”, que fere de morte a promessa do “eu faço”.

Já para a Oposição, o recado, além de direto, merece maiores reflexões: Como nada indica que as insatisfações com o governo vão resultar em entusiasmo pelas forças políticas de oposição – ainda donas de baixo capital de identificação popular –, a indiferença passa a ser a tendência da estação.

Vamos combater a indiferença.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a grande imprensa nacional hoje divulga marcadamente dois assun-

tos. O primeiro e mais grave diz respeito aos cortes orçamentários anunciados pelo Governo Federal.

O Governo Federal elaborou seu primeiro orçamento este ano. Em 2003, alegou que não pôde cumprir o programa de obras, porque havia herdado um Orçamento aprovado no ano de 2002, cuja elaboração foi de responsabilidade do Governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O Orçamento do ano de 2004 foi feito sob a égide deste Governo. Pois bem, o ano nem bem se inicia sob promessas reiteradas do Governo Federal de que haverá investimentos, realizações, ações, geração de emprego e renda e crescimento de 3,5%, e é anunciado um corte no Orçamento, com o qual aquele que mais perde é o setor social e o da infra-estrutura.

O jornal **O Globo** diz, na sua primeira página, que a infra-estrutura é a que mais perde nos cortes do Orçamento e discrimina a perda desses recursos. Com relação ao setor social, afirma que haverá um corte de R\$800 milhões no Ministério da Saúde, embora a saúde esteja tão combatida. É preciso mais assistência e melhoria dos hospitais. Não há nada mais social e necessário do que garantir ao povo brasileiro dignidade à vida humana e uma boa assistência à saúde.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ouço V. Ex^a, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a traz um assunto importante a esta Casa, mas a culpa não está apenas no Executivo: poderá estar também no Legislativo. O orçamento impositivo foi aceito na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Faço um apelo, por intermédio de V. Ex^a, ao Presidente José Sarney, para que coloque em pauta, quando terminar a convocação extraordinária, a discussão do orçamento impositivo.

Se houvesse orçamento impositivo não haveria essa notícia de corte no Orçamento, porque nele entraria aquilo que seria realizado pelo Governo, nos Estados e nos Municípios. O orçamento impositivo é, realmente, a salvação de um Governo que quer ser sério, que deseja acabar com a corrupção, que pretende que as coisas corram bem. O discurso de V. Ex^a é excelente, mas faço um apelo para que não cortem verbas da cidade de Salvador, e V. Ex^a sabe por quê.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a está repleto de razão no momento em que fala da necessidade do orçamento impositivo para que esses fatos não aconteçam.

Tive a honra de ser o Relator do seu projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e espero que esta Casa o discuta e aprove. Infelizmente, sentimos a reação do Governo. Em princípio, ele mostrou-se favorável, conforme disse o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, mas, posteriormente, o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Levi, apresentou outra posição.

Aprovando o orçamento impositivo, um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, promoveremos um avanço nas relações do Congresso com o Executivo. O povo brasileiro precisa acreditar na lei orçamentária, que dá razão à existência do Parlamento.

Como dizia, no setor social, na área da educação, as universidades ficaram prejudicadas. É o caso da Universidade Federal da Bahia, para a qual não foram liberados, no ano passado, os R\$10 milhões alocados pela Bancada, ou seja, pelas emendas de bancada. Agora, cortam-se R\$170 milhões da educação.

No agora Superministério do Desenvolvimento Social, do Ministro Patrus Ananias, que veio para dar uma vida nova ao setor social do nosso País, corte de R\$74 milhões.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário, sucedem-se as promessas de assentamento de milhares de trabalhadores rurais, que merecem ter a sua oportunidade para uma vida digna. E a reforma agrária, que era tão cobrada pelo Partido dos Trabalhadores, hoje não passa de uma sombra, porque efetivamente não existe nenhuma política de reforma agrária neste Governo. Nenhuma política! Nem aquela que é financiada pelo Banco Mundial, da terra produtiva, absolutamente! Tanto criticavam, tanto exigiam e agora nada fazem com relação à necessidade da reforma agrária.

Mas muito pior, Sr. Presidente, é com relação à infra-estrutura. Ontem, eu falava desta tribuna que, se não houver investimentos em infra-estrutura, sequer será possível ter continuidade o esforço exportador deste País para sanar nossas dívidas, principalmente a dívida externa. Precisamos de rodovias, porque nossa malha rodoviária está sucateada. E agora, com as chuvas recentes, como os jornais noticiaram, mais de 40% da rede rodoviária federal está deteriorada, sem condições de tráfego. Pois bem, cortam-se do Ministério dos Transportes R\$940 milhões.

O Ministério das Cidades, que tem funções importantíssimas, como cuidar do saneamento básico – a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário e tratamento de água significa aumentar a vida média da população brasileira – praticamente não tem operacionalidade no atual Governo. Vai sofrer um corte de R\$628 milhões.

O Ministério da Integração Nacional, que é fundamental para as regiões mais pobres do País, como é o Nordeste, sofrendo agora as consequências de um período chuvoso como há muito não experimentava, vai ter um corte de R\$603 milhões. Senadora Heloísa Helena, o Ministério da Integração Nacional, no ano passado, foi o mais atingido, sofreu um corte de um R\$1,850 bilhão, o equivalente a 90% da verba aprovada no Orçamento do ano passado pelo Congresso Nacional. Não é possível que 90% dos recursos fossem para balcão de bodega. De forma alguma. Claro que muitos desses recursos eram importantíssimos para o desenvolvimento de nossas comunidades, das pequenas cidades do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Neste ano, o corte no Ministério atinge R\$603 milhões. Aí vem a perplexidade: o Ministro Ciro Gomes, segundo notícia **O Globo**, pede ao Presidente uma avaliação de seu desempenho. Mas eu pergunto: que desempenho? E por que o Ministro Ciro Gomes teve que procurar o Presidente para fazer uma avaliação de seu desempenho, se não lhe foram oferecidas condições para tal desempenho? Se 90% da verba do Ministério são cortados, que desempenho pode ter o Ministro Ciro Gomes? O Ministro Ciro Gomes está angustiado, nervoso. Ele mesmo declarou isso, procurando ouvir do Presidente se deve ou não tirar o boné. Eu, que fui eleitor no primeiro turno do Ministro Ciro Gomes, que conheci o político Ciro Gomes como Governador do Ceará, que não deixou a população de Fortaleza morrer de sede – numa seca iminente, ele fez o Canal do Trabalhador em pouco mais de cem dias –, vejo-o agora manietado, de mãos amarradas, tolhido, uma sombra do que é o político Ciro Gomes, do homem público entusiasmado, destemido, corajoso. Para que continuar nesse Ministério – pergunto ao Ministro Ciro Gomes – dessa forma, com esses cortes, sem poder atender aos seus irmãos nordestinos que estão passando fome e sede?

No ano passado, R\$150 milhões do Ministério da Integração Nacional retornaram para a Defesa Civil, dinheiro esse que poderia ser utilizado para mitigar a sede do povo nordestino. Agora, com as enchentes, não há previsão de liberação dos recursos necessários. Só o Estado de Pernambuco necessita

de R\$55 milhões para a recuperação dos estragos causados pelas cheias.

Quero conceder um aparte aos nobres Senadores que me solicitaram, Senador Efraim Moraes, Senador João Tenório e, se não me engano, o Senador José Jorge.

Senador Efraim Moraes.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador César Borges, parabênizo V. Ex^a pelo alerta que faz ao Governo. Sem dúvida, começa a funcionar a tesoura mais cedo do que se esperava. V. Ex^a lembra muito bem, assim como esta Casa e a sociedade brasileira, que, no ano passado, quando se falou em contingenciamento de recursos, dizia-se que o Orçamento não era do Governo do PT. Então, tinha que se contingenciar, porque não era um orçamento real, não era o orçamento que desejava o PT. Para surpresa nossa, o Governo contingencia, bloqueia, corta, seja lá o termo que deseje usar, R\$6 bilhões, sendo que R\$3 bilhões são provenientes de emendas de Bancada. Emendas de Bancada!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – São projetos estruturantes, de largo alcance.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Exatamente. V. Ex^a sabe que, no passado, o PT desejava acabar com as emendas individuais, porque, segundo dizia, são emendas para fazer politicagem. Agora, estão de acordo em cortar as emendas estruturantes, as emendas de Bancada, que foram opções dos governadores que apoiaram o Governo nas reformas, que o estão apoiando. Mas, não. O Governo, por meio de seus Líderes na Câmara, o ex-Ministro Miro Teixeira e o Deputado Aldo Rebelo, resolveu dar um cala-boca: liberar as emendas individuais de alguns, não de todos. **O Globo** noticia: “Vamos ouvir os líderes do Governo”. Espero que a Liderança do Governo nesta Casa não venha tratar exatamente nesse sentido. O que quero dizer a V. Ex^a é que a área social, que o Governo tanto disse que ia priorizar, tem um corte inicial, que o Governo diz que é único. Sabemos que não é verdade. O contingenciamento não será só esse. Se no primeiro mês de Governo, no ano em que estamos vivendo, se faz um contingenciamento de R\$6 bilhões, imaginem nos dez últimos o que vai acontecer. Só na área social o corte foi de mais de R\$1 bilhão, fora o da área de infra-estrutura. Claro que a esta altura as estradas brasileiras estão todas conservadas, não foram atingidas, casas não caíram com as enchentes, as pontes estão todas de pé, está tudo bonito e organizado. Porque o Presidente está mais preocupado em voar, não sabe o que está acontecendo aqui embaixo. Lamentavelmente, Senador

César Borges, mais de R\$2 bilhões foram cortados dos Ministérios dos Transportes, das Cidades e da Integração Nacional. Parabéns a V. Ex^a, que faz um alerta à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional. É mais uma daquelas do PT que vai para a coleção, que já está grande, do “esqueçam o que eu disse no passado”.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. Precisamos alertar o Governo Federal de que temos de parar com a política de cortes, pensando unicamente em superávits e mais superávits para dar satisfação ao Fundo Monetário Internacional. O povo brasileiro clama por ações efetivas que melhorem a sua qualidade de vida: necessita de infra-estrutura e geração de emprego e renda. Não é possível que o Partido dos Trabalhadores não atente para isso.

Eu dizia que dois assuntos dominam a imprensa hoje: os cortes no Orçamento e a queda na confiança no atual Governo, que pode ser lenta, mas é permanente e gradual. O povo não pode e não será enganado todo o tempo; por algum tempo, sim, mas não todo o tempo.

Quero conceder o aparte ao Senador João Tenório, à nobre Senadora Heloísa Helena e ao nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Nobre Senador César Borges, o tema que V. Ex^a traz, mais uma vez, à tribuna é absolutamente procedente e merece uma avaliação um pouco mais profunda sobre as suas causas reais. O grande problema que se discute em todas essas oportunidades é o desencontro entre as receitas e as despesas do Governo Federal. No final do ano passado, quando aprovou medidas que aumentaram sensivelmente a carga tributária sobre os setores produtivos e o contribuinte de modo geral, o Governo alegou que precisaria criar reservas para gerar oportunidades de investimento e, dessa forma, trazer emprego e renda para o povo brasileiro. No entanto, ao fazer isso, tirou a oportunidade de geração de emprego e renda da iniciativa privada. O Governo afirmava que o emprego e a renda seriam gerados automaticamente do outro lado da mesa, no lado do investimento do Governo Federal, mas observamos agora exatamente o contrário: além de o Governo ter tomado todas aquelas iniciativas que são, por si só, depressoras da economia, mais uma vez, no âmbito federal, corta R\$6 milhões. Assim, entendo que esse desencontro de procedimentos e atitudes do Governo é a causa maior do não crescimento da economia, que já se manifestou por meio dos números divulgados ano passado. Parece-me que, já tendo identifica-

do o que vai acontecer novamente este ano, estabeleceu esse corte.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Nobre Senador, o seu aparte permite-me identificar uma falácia nesse desencontro de contas: não é que a receita tenha sido superestimada, mas o Governo precisa de um superávit primário maior para o pagamento dos juros e da amortização da dívida. Estamos drenando a riqueza do País para o pagamento de uma dívida que diziam impagável e que precisava ser renegociada. Nada disse aconteceu. Absolutamente.

Sempre teremos cortes, porque, no final do ano, precisamos de um superávit primário maior para o pagamento da dívida e dos seus encargos.

Concederei um aparte à nobre Senadora Heloísa Helena, ao nobre Senador Edison Lobão e ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador César Borges, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a, que, mais uma vez, traz um assunto tão importante à Casa. Veja a situação: é extremamente difícil para mim apartear-lo, pois V. Ex^a é um liberal por convicção, por coerência ideológica, por concepção programática. É um liberal. Temos visão de Estado diferente; do aparato público, da intervenção do Estado na economia e da inserção do Brasil no mundo globalizado, tudo completamente diferente. E veja que situação! Mesmo liberal por convicção, tem a coragem de disputar no plenário e no imaginário popular uma outra opção a esse modelo catastrófico que está sendo implementado pelo Governo Lula. É algo inimaginável isso que estamos aqui identificando. Não é possível. Sinceramente, trata-se de uma situação tão dolorosa que não imagina V. Ex^a como. É como se estivéssemos diante de uma farsa política, de uma fraude eleitoral muito grande. Esse debate público de cortes, de superávit... Passamos décadas, Senador César Borges, disputando no imaginário popular outras vertentes teóricas ao pensamento único, e, hoje, o Governo Lula nada mais é do que a propaganda do triunfo desse modelo neoliberal. É uma situação muito difícil. Ao fazer esse aparte a V. Ex^a, aproveito para solicitar ao Governo que não tenha um comportamento mesquinho e deplorável – sei que alguns poderão dizer que outros governos já o tiveram, o que é verdade – de fazer propaganda mentirosa nos meios de comunicação. Eles disseram que os cortes aconteceriam nas emendas parlamentares. O povo brasileiro já acha que todo político é vigarista mesmo, e, infelizmente, alguns, quando chegam ao poder, mudam tanto de discurso que acabam legitimando isso no imaginário popular. Peço que o Governo, na liberação

dos recursos, como lembrou aqui o Senador Efraim Morais, não o faça no balcão de negócios, porque isso é muito feio. Que o faça conforme as prioridades estabelecidas pelos diversos Parlamentares, independente de serem da Oposição, da maioria ou da Situação. Pense nos Estados desses Parlamentares e, efetivamente, não componha aqui mais um balcão de negócio, porque o Governo compõe: é o balcão de negócio para distribuição de cargos, prestígios e poder; para conseguir base e voto para uma ou outra reforminha, e a mesma coisa agora. Estendi-me no aparte a V. Ex^a, mas aproveito para fazer o apelo de que, na liberação, não se use a velha, conhecida, medíocre e deplorável moeda de troca que se estabelece aqui. Ou não libera de ninguém ou, objetivamente, libera conforme as necessidades dos Estados.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte. Concorro com suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador César Borges, faço um apelo a V. Ex^a: que não permita mais apartes, pois seu tempo terminou. Ainda há seis Líderes inscritos com o tempo de vinte minutos. Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço desculpas aos Senadores Edison Lobão e Eduardo Azeredo pelo fato de o tempo ter se esgotado.

Para concluir meu discurso, quero dizer à Senadora Heloísa Helena que, apesar de liberal, com concepções diferentes a respeito até do papel do Estado na sociedade, não abrimos mão de que o Estado tem um papel importantíssimo para diminuir as desigualdades regionais, assim como as desigualdades sociais que estão embutidas nas primeiras. Queremos o Estado investindo na educação, na saúde, na reforma agrária.

Esse Governo é que está sendo neoliberal, um Governo que se dizia até socialista. Faria distribuição de riqueza e justiça social, não para fazer justiça, mas até por uma questão ideológica. Ele traiu a si próprio e a todos aqueles que acreditaram nele, infelizmente. É uma política danosa, porque não investe sequer...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...o mínimo que defendíamos nas áreas prioritárias para o nosso povo.

O Senador Antonio Carlos Magalhães me falou aqui sobre emendas para Salvador, uma capital de 2,5 milhões de habitantes, que tem, com certeza, graves problemas sociais a serem resolvidos. Não podemos imaginar que os recursos orçamentários federais

sejam dispensáveis para melhorar a situação das metrópoles brasileiras.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Recentemente, vi o Ministério das Cidades fazendo projeções de que vai trabalhar as doze regiões metropolitanas do País. Quero ver quando teremos esses recursos, que, assim como os recursos para as enchentes, simplesmente estão no plano das promessas, das palavras ocas e bem longe da realidade que infelizmente vive o nosso povo, que precisa da ajuda do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) (Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de consignar que se encontra no Plenário desta Casa o piloto Emerson Fittipaldi, bi-campeão mundial de Fórmula 1, campeão da prova de Indianápolis, e que está lutando para trazer um evento da Fórmula Mundial para o Brasil

Ele está acompanhado do Assessor Internacional do Ministério dos Transportes, Sr. Luiz Carlos Garcia Jr.; do Sr. Weber Magalhães, Secretário de Esportes de Brasília; e do Sr. Kevin Kalkhoven e do Sr. Richard Eldswsck, americanos organizadores da Fórmula Mundial.

Pedi ao Senador Eduardo Siqueira Campos que o introduzisse à Presidência desta Casa e gostaria de dizer que Brasília está pleiteando sediar um evento dessa natureza em maio de 2005.

Acabo de conversar também com o Senador Valmir Amaral e com o Senador Cristovam Buarque e ambos concordam com a possibilidade de que Brasília e o Brasil sediem eventos dessa envergadura.

Cumprimento por isso o piloto Emerson Fittipaldi, que já está se dirigindo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência se soma à homenagem que fazemos ao nosso grande líder, Emerson Fittipaldi. (Palmas.)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Também peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de dar uma pequena explicação tendo em vista que, ontem, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, citou-me não direta, mas indiretamente, em relação à questão da emenda constitucional da Reforma do Poder Judiciário, dizendo que, na verdade, ela não tinha sido aprovada porque não foi apresentado o relatório.

Gostaria ainda de dizer a V. Ex^a que a Senadora Ideli Salvatti, nossa colega – e futura Líder do PT, pelo que sei – hoje pela manhã, na Rádio Senado, disse que nós, da Oposição, estávamos impedindo que o Congresso apresentasse bons resultados na convocação extraordinária.

Quero dizer que me senti injustiçado, Sr. Presidente, porque, na realidade, só não foi apresentado o relatório da emenda à Constituição sobre a reforma do Judiciário, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque tivemos que fazer três novas audiências públicas: com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal e com o futuro Presidente do Superior Tribunal de Justiça. E sabe quem pediu essas audiências públicas? Não fui eu! Quem pediu foi exatamente o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Então, se não apresentei o relatório de uma questão de tanta responsabilidade, foi porque não poderia fazê-lo sem antes ouvir as pessoas convocadas. E ainda temos uma audiência pública com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que não quis vir. Foi por esse motivo que não apresentei o meu relatório.

Mas, sem dúvida nenhuma, estou tendo o maior interesse em acelerar a apresentação desse relatório sobre a reforma do Judiciário. Aliás, o próprio Ministro Márcio Thomaz Bastos solicitou ao Congresso algo muito importante: que não houvesse partidarização. Não estou partidalizando, até porque, se assim o quisesse, seria muito fácil dar um parecer e criar dificuldades para o Governo. Mas não vou fazer isso, porque se trata de uma responsabilidade que está acima dos Partidos.

Quero, pois, protestar contra a injustiça cometida pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e pela futura Líder, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador José Jorge, o Plenário entendeu a sua explicação e, naturalmente, compreendemos que V. Ex^a vai colaborar para que a matéria seja votada o mais rápido possível. Esta Presidência tem esta convicção.

Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra o Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, indago se não havia sido instituído um procedimento de intercalação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – No caso dos Líderes não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Líderes têm prioridade em relação aos oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só estava lembrando o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Antonio Carlos Valadares, como havia chamado o Senador Hélio Costa, que agora já se encontra na Mesa, gostaria de permitir que S. Ex^a fizesse uso da palavra. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com a palavra o Sr. Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a princípio, gostaria de fazer uma manifestação de protesto, haja vista que uma das mais antigas estradas comerciais do Brasil, a BR-040, que serve a uma das mais importantes regiões do País, pois liga o Rio de Janeiro a Brasília, apresenta, a cerca de 55 quilômetros de Belo Horizonte, um dos seus piores e mais fatais trechos: o trecho onde se localiza o antigo Viaduto das Almas, depois rebatizado como Viaduto Vila Rica, o que, porém, não diminuiu o número de acidentes.

O Departamento de Infra-Estrutura de Minas Gerais computou 203 mortes nesse viaduto, desde que foi construído na década de 50, pelo ilustre Presidente Juscelino Kubitschek. Trata-se de um viaduto em curva, em uma região de descida íngreme, por onde passam milhares e milhares de caminhões e veículos de passageiros todos os dias.

Ainda na semana passada, tivemos um acidente seriíssimo quando uma carreta praticamente invadiu a contramão pegando um carro de passageiro, mais uma vítima no Viaduto das Almas, no Viaduto Vila Rica.

Curiosamente, Sr. Presidente, um Estado que tem o Vice-Presidente, tem o Ministro dos Transportes, tem o Vice-Líder do Governo, que é o Senador Hélio Costa, e tem todos seus Senadores, Senador Eduardo Azeredo, Senador Aelton Freitas, em defesa da construção de um novo viaduto nesse importantíssimo trecho da BR-040, não consegue colocar no Orçamento da República o dinheiro necessário para se fazer a variante, como se diz, acabando com esse suplício dos viajantes que passam por esse trecho nas proximidades de Belo Horizonte.

Estamos sabendo que, apesar de todo o esforço da imprensa mineira, que destacou insistentemente os últimos acidentes, das manifestações que ocorreram na Assembléia Legislativa, nas Câmaras Municipais das cidades da Amalpa, lideradas por Congonhas, na figura do Prefeito de Congonhas e presidente da Amalpa, Gualter Monteiro, que fica exatamente na região do viaduto, enfim, apesar de tudo que se tentou, o máximo que se conseguiu do Ministério dos Transportes foi um remendo nesse viaduto; agora, é um remendo que custará R\$250 mil e que não vai resolver a questão. Ajudará, sim, porque melhorará a segurança naquele trecho, já que mais uma vez colocarão aquelas barreiras enormes no leito da estrada e sonorizadores para alertarem os motoristas que estão chegando a uma área de perigo. Mas as mortes continuarão existindo. E continuaremos lutando para melhorar uma rodovia que é fundamental para a economia do País.

Gostaria de ler aqui, Sr. Presidente, trechos do que disse o jornal **Estado de Minas**, desta semana:

O Viaduto Vila Rica, na BR-040, em Itabirito, a 50 quilômetros de Belo Horizonte, foi palco de mais um acidente com morte, ontem, o segundo em menos de 15 dias. Inaugurado em 1957, o Viaduto das Almas, como é conhecido, nunca passou por reforma, exceto reparos precários de muretas e

pavimentação, e é o reflexo do descaso do poder público. Só nos últimos 25 anos, quatro Ministros estiveram no local e fizeram, inclusive de construção de um novo elevado, que também não ocorreu. São quase 200 mortes em quase meio século, segundo o Sindicato da União Brasileira de Caminhoneiros.

E para agravar o problema, Sr. Presidente, há a questão das mineradoras que utilizam o leito principal da estrada para movimentação das suas cargas de minério, destruindo completamente todo o trecho da BR-040 naquela região.

Felizmente, neste momento de crise, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Mineração Casa da Pedra, de Congonhas, a Companhia Vale do Rio Doce, a Ferteco, a Itaminas dizem que estão dispostas a ajudar na construção da variante para acabar com esse suplício do Viaduto das Almas com o Viaduto Vila Rica.

Segundo o Prefeito de Congonhas, Gualter Monteiro, a Confederação dos Caminhoneiros do Brasil colocou à disposição 500 caminhões para fazer o transporte de material, sem nenhum custo para o Governo, e as empresas mineradoras confirmam o interesse em fornecer o material para o aterramento, também sem nenhum custo para o Governo.

Ora, imagino que agora seja tomada uma medida emergencial. Mas é importante que se faça algo ainda neste ano, quando quiser o Ministro dos Transportes e o Diretor-Geral do Dnit. Com certeza, toda a Bancada mineira, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, é favorável à realização de obras definitivas naquela região por onde passa toda a riqueza de Minas Gerais em direção ao leste. Além disso, estamos às vésperas do carnaval, quando haverá grande movimentação na rodovia. Se acontecer algum acidente naquele viaduto, o tráfego poderá ser interrompido.

Os prefeitos da região estão sugerindo que se faça um balizamento, que se coloquem guardas da Polícia Rodoviária Federal nas duas cabeceiras do viaduto para amenizar as possibilidades de desastres e acidentes. Estamos contando com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal no carnaval.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Hélio Costa, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Ouço o nobre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Hélio Costa, V. Ex^a tem razão em trazer esse im-

portante tema ao plenário do Senado. Sem dúvida, o Viaduto das Almas não consigo chamá-lo de Viaduto Vila Rica precisa ser substituído. Não adianta fazer um trabalho paliativo de recuperação do piso ou de sonorização nas bases. Isso é apenas uma solução temporária. É urgente que o Governo Federal utilize recursos para construir novo viaduto. V. Ex^a sabe que aguardo uma audiência com o Ministro José Dirceu, para levar a S. Ex^a a urgência desse assunto, em nome de toda a Bancada de Minas Gerais. Juntos, Senadores e Deputados Federais, mostraremos que não há como esperar nem mais um minuto sequer. As mortes são freqüentes, e já ocorreram dois acidentes neste ano. Não se pode continuar com soluções inviáveis. O custo é relativamente baixo, cerca de R\$20,7 milhões. Não é possível que esses recursos se tornem um impasse para o Governo Federal resolver um problema de uma rodovia que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte e a Brasília.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Esse, com certeza, é um motivo de preocupação para V. Ex^a e para todos os mineiros. Desejo sensibilizar também os companheiros Senadores e Senadoras com respeito a essa ferrovia, que é o entroncamento mais importante do nosso Estado, porque interliga Minas Gerais ao Rio de Janeiro, a Goiás, a Brasília e a todo o restante do Brasil.

O projeto de construção do novo viaduto, de 450 metros de extensão e 21,8 metros de largura, como parte de uma variante de 2,84 quilômetros, continua engavetado, Sr. Presidente. A licitação já foi feita, e a empresa responsável pela obra foi escolhida em 2002, com publicação do edital. Lamentavelmente, não há verba orçamentária, segundo o Dnit, para a execução da obra, mas nada impede que uma suplementação orçamentária para o projeto saia do papel. A obra total, hoje, conforme disse o Senador Eduardo Azeredo, está orçada em R\$20 milhões – uma suplementação.

Assim como as Sr^{as} e os Srs. Senadores do Norte e Nordeste do País se unem sempre que há uma emergência naquelas regiões, estamos pedindo a união dos Senadores não apenas de Minas Gerais, mas do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Goiás, de Brasília e de todos os Estados interligados por essa importante rodovia para que participem desse esforço. Vamos solicitar ao Presidente da República uma suplementação orçamentária para cobrirmos essa emergência.

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, faço menção a uma reportagem da revista **Veja** publi-

cada neste fim de semana. Ela mostra o trabalho do nosso jovem Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, sua constante preocupação em acertar os destinos do Estado, fazendo com que Minas receba sempre os investimentos do Brasil e do exterior. Sou companheiro de todos os governadores mineiros que se propõem a promover o desenvolvimento do meu Estado, mas quero fazer um reparo: a reportagem refere-se à mudança do Governo e, lamentavelmente, Aécio disse que recebeu o Governo muito mal.

Ora, o problema de Minas Gerais não é um problema que se transmite de um Governo para outro: nem do Governo Azeredo para Itamar, nem de Itamar para Aécio Neves. Na verdade, o que ocorre com o Estado é que estamos sufocados por uma dívida com o Governo Federal que, em 1994, era de R\$5 bilhões. Lamentavelmente, nossos credores os bancos conseguiram fazer com que essa verba fosse se multiplicando, chegando hoje ao montante de R\$30 bilhões. Com isso, o Governo do Estado tem de pagar mensalmente cerca de R\$140 milhões do serviço dessa dívida. Assim, embora receba mensalmente do Governo Federal R\$160 milhões para repasses com a saúde e com a educação, tem de devolver R\$140 milhões. Essa dívida está impedindo que o Governo de Minas Gerais, como deseja o Governador Aécio Neves e desejava o Governador Itamar Franco, alcance o progresso de que precisamos, crie empregos para o nosso povo, atenda as pessoas mais carentes e dedique-se ao social e às pessoas que realmente precisam do apoio do Governo.

Por essa razão, é muito importante dizermos que, lamentavelmente, todo o esforço feito até agora a respeito da rediscussão da dívida dos Estados não conseguiu resultado. No final do ano passado, comecei a ouvir da Liderança do Governo e de alguns Senadores que há o desejo de se rediscutir a dívida dos Estados e essa medida não atinge apenas Minas Gerais. Em Minas, de 1994 até 2003, nossa dívida subiu de R\$5 bilhões, conforme disse, para R\$30 bilhões. O Espírito Santo está na mesma situação, o Rio de Janeiro está comprometidíssimo, o Rio Grande do Norte está comprometido, praticamente todos os Estados do Sul estão comprometidos. Então, tem que ser feita a revisão da dívida dos Estados.

Sr. Presidente, apresentei um projeto de lei no Senado que, diferentemente de vários outros encaminhados à Mesa do Senado, talvez tenha a solução técnica para rediscutirmos a dívida dos Estados. E isso deve ser feito com base no art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois esse artigo é que entrava

toda a negociação e impede qualquer rediscussão sobre a dívida dos Estados.

Entendemos a importância para o Governo brasileiro do pagamento feito pelos Estados mensalmente, mas, acredite-me, Sr. Presidente, se não conseguirmos salvar os Estados, se não conseguirmos trabalhar pela rediscussão dessa dívida e fazer uma nova regulamentação a respeito, todos os Estados, neste ano de 2004, estarão irremediavelmente sem condições de cumprir seus compromissos.

Por isso, vejo que este é o momento, na hora em que o Brasil começa o ano de 2004 com um superávit primário novamente programado para atender a todas as expectativas do Fundo Monetário Internacional, no instante em que o Governo está seguro das suas pretensões de que agora disse à comunidade internacional que é um Governo sério e que quer cumprir seus compromissos, um Governo que nunca pensou, não pensa e nem vai dar um calote, um Governo que tem todas as qualificações para atender às imposições do crédito internacional. Agora, o Governo já pode também cuidar do interesse das Unidades da Federação, dos Estados.

O nosso Estado de Minas Gerais não pode e não tem condições de pagar mensalmente de R\$140 milhões a R\$ 150 milhões ao Governo Federal, ou seja, o comprometimento de 13% de tudo o que entra nos cofres do Governo do Estado. Treze por cento de tudo o que o Estado arrecada é para pagar ao Governo Federal. É uma situação absolutamente dramática.

Não temos como continuar fazendo isso. A nossa situação é idêntica a de quase todos os Estados, com exceção de São Paulo, evidentemente. Mas, ainda assim, cidades de São Paulo têm a mesma situação do Estado de Minas Gerais.

A nossa proposta é que se faça uma renegociação. O Estado quer pagar, mas não pode pagar 13% de tudo que arrecada. Ainda agora, corremos um risco, no momento em que estamos acabando de acertar o repasse para os Estados dos recursos da Cide, o imposto sobre combustível, o que vai acontecer? Se repassarmos recursos diretamente para o Estado de Minas Gerais, esses recursos que entrarão no cofre do Governo do Estado de Minas Gerais já vão perder 13%, que serão destinados ao pagamento da dívida, em todos os sentidos. Então, tem que haver uma rediscussão.

Ouçó V. Ex^a, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Hélio Costa, parabéns V. Ex^a pelo pronunciamento que faz e me associo às suas palavras nesse aspecto positivo que apresenta do esforço quase que milagroso da austeridade, da responsabilidade com a qual o Governador Aécio Neves vem governando o Estado de Minas Gerais. Li a matéria a respeito de S. Ex^a, que traz, inclusive, a lembrança de Juscelino Kubitschek, que, como é sabido de todos os brasileiros, tinha uma grande alegria de viver. A matéria retrata também que não necessariamente quem ocupa uma função e um cargo público não possa ter essa visão da alegria de viver que tem o Governador Aécio Neves. Sem abrir mão, é lógico, da responsabilidade férrea de governante austero, que vem refazendo o perfil da administração em Minas Gerais. Por último, Senador Hélio Costa, em relação à abordagem que faz V. Ex^a sobre pagamentos dos encargos, existe um projeto de lei do Senador Antero Paes de Barros, se não me engano relatado pelo nobre Senador Eduardo Azeredo, que modifica o conceito da receita líquida e dos encargos. Creio que a aprovação do projeto é a solução do problema que V. Ex^a apresenta tão bem para o País. Não há Estado que não esteja passando por essa dificuldade. Eu retiraria, possivelmente, o meu Tocantins. Lá não há banco quebrado, e recebemos classificação A do Tesouro Nacional. Nascemos antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas construímos o Estado sob a égide da responsabilidade de quem trouxe para o Brasil um Estado diferente, um Estado para ser solução. Parabéns a V. Ex^a, que brinda esta Casa com uma análise equilibrada e, acima de tudo, muito proveitosa do ponto de vista do debate, já que é o Senado Federal responsável pela análise da dívida dos Estados brasileiros.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – V. Ex^a

leva a mesma vantagem de seu Estado: é jovem. E por essa razão supera todas as situações que nós estamos vivendo em Minas Gerais. Certamente, conforme V. Ex^a ressaltou, o projeto de autoria do Senador Antero Paes de Barros, relatado pelo Senador Eduardo Azeredo, pode resolver a questão, deve ser discutido e precisa ser trazido à consideração do Plenário. Evidentemente, não podemos também deixar de levar em consideração que, se não desejam discutir dentro da ótica apresentada pelo Senador Antero Paes de Barros, analisem dentro da proposta que fizemos e que está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. São dois caminhos.

Gostaria de reforçar, Sr. Presidente, ao encerrar meu pronunciamento, o nosso irrestrito apoio ao Go-

vernador Aécio Neves. Meus cumprimentos pelo brilhante trabalho que vem realizando à frente do Governo de Minas Gerais. E ressaltar ainda o importante trabalho realizado pelo ex-Governador Itamar Franco, atual Embaixador do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva na Itália.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB, por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima terça-feira, certamente, já estaremos em condições de discutir em pormenores e chegarmos a uma definição sobre as Medidas Provisórias nºs 144 e 145, que tratam das modificações na legislação do setor elétrico, estabelecendo um novo modelo a ser empreendido no Brasil, para restabelecer não apenas o controle do Estado sobre setor tão importante, estratégico e crítico para a sociedade brasileira, como também criar condições para que as distorções do sistema anterior sejam totalmente afastadas, em nome de uma sociedade justa, democrática, equilibrada, onde todos se beneficiem do fruto da nossa riqueza.

Sabemos, Sr. Presidente, que a energia elétrica é fundamental – é lugar comum dizer isso – para o desenvolvimento de qualquer país. Um setor elétrico organizado leva um país aos saltos no espaço do desenvolvimento internacional. Vimos o que aconteceu no ano de 2001, quando, em decorrência de equívocos cometidos pela administração passada, ocorreu o famoso “apagão”, o racionamento de energia elétrica, desequilibrando totalmente o avanço desenvolvimentista que poderia haver em nosso País, da ordem de 3%.

Essa perda no nosso progresso, no nosso crescimento, levará anos para ser restaurada, para ser restabelecida. Esse transtorno foi causado pela desorganização do setor elétrico, que não investiu e, antes de investir, procurou apenas aumentar as tarifas.

Aliás, Sr. Presidente, quando das privatizações ocorridas em todo o Brasil, quais os compromissos assumidos pelo Governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Citarei os principais: com as privatizações, haveria a retomada do desenvolvimento, o livre mercado e, por meio da competição entre as empresas, isso facilitaria de forma preponderante a queda das tarifas ao consumidor brasileiro.

Por outro lado, houve outro compromisso de que, com as privatizações das nossas distribuidoras,

fatalmente a empresa privada detentora da concessão iria ser responsável pelo surgimento de novos investimentos no setor elétrico. Nada disso aconteceu, nem as tarifas foram reduzidas, porque elas aumentaram, até o ano de 2002, cerca de 40%, e não se houve falar de investimentos vultosos da iniciativa privada, tão beneficiada naquelas privatizações do setor elétrico. Das 53 usinas termoeletricas previstas, apenas nove entraram em funcionamento.

Portanto, Sr. Presidente, crescer economicamente ou atender à demanda de energia elétrica para a população implica ampliar oferta de energia e baixar o seu preço. As termoeletricas privadas não resolvem essa questão; além de caras, são insuficientes para prover as nossas necessidades. Nem muito menos a regulação desse setor por intermédio do mercado. Por essa via, chegamos ao racionamento, como falei. Daí ser necessário ampliar a capacidade de planejamento energético do Estado, capacidade esta que é restaurada por meio das medidas provisórias.

A privatização e o redesenho fatiado do sistema elétrico em geração, transmissão e distribuição terminaram por desarticular o antigo sistema integrado de geração e distribuição de energia, criando mais problemas para a regulamentação de um setor, já por si, difícil de regular.

Privatizaram quase todas as distribuidoras e criaram um órgão regulador, a Aneel, antes de estabelecerem a lei de regulamentação da atividade. Deixaram sem solução problemas fundamentais do seu modelo privatista, como a relação que se estabelecia entre o preço da chamada energia velha, de origem hidráulica e de investimento amortizado, com o da energia nova, de investimento novo ou de origem térmica, como também o problema do preço do gás natural importado, sujeito à variação de preço por meio do dólar, muito instável a partir da flutuação cambial. Essas duas variáveis estratégicas permaneceram sem solução definitiva e eficiente. Não respeitaram a característica singular do nosso sistema elétrico, que é o fato de 90% da energia ser de origem hidráulica.

Para piorar, esse modelo pretendia criar um mercado inteiramente livre para as contratações de fornecimento de energia, não só para os consumidores livres, os grandes consumidores, como também para as distribuidoras venderem aos seus consumidores cativos, como a população comum e o comércio. Sem a adequada e prudente regulamentação e com a Aneel se omitindo na fiscalização, o resultado foi uma enorme confusão no mercado de contratos negociados no mercado atacadista de energia até a sua virtual paralisação.

Por fim, retiraram completamente a responsabilidade do Estado em garantir a estabilidade, continuidade e expansão da geração e transmissão de energia, confiando cegamente em que os investimentos privados, deixados em liberdade, seriam capazes de garantir energia barata e suficiente à nossa economia e aos consumidores domésticos. Por outro lado, a Aneel, a princípio, uma agência fiscalizadora, passou a concentrar também o poder regulador, usurpando do poder político, do Poder Legislativo, do próprio Executivo sua responsabilidade regulatória. A Agência passou a ser o órgão regulamentador, fiscalizador e ainda o representante do poder concedente.

O resultado não poderia ter sido mais desastroso. Deixado ao sabor do mercado e com graves problemas de regulação pendentes, o sistema elétrico desarticulou-se: virou palco de especulação e de ganhos fáceis. Os investimentos em geração e transmissão não aconteceram. As tarifas domésticas subiram, e a energia faltou. Pagamos por essa irresponsabilidade do Governo FHC com o “Apagão” de 2002, com a perda da confiabilidade no sistema, com o aumento do custo energético e com uma restrição de longo prazo na capacidade de se gerar energia suficiente para dar sustentação a um crescimento mais vigoroso da economia nacional.

Para consertar emergencialmente a crise de abastecimento, o “Ministério do Apagão” só conseguiu gerar novas regras onerando o consumidor com os novos encargos para financiar o risco de colapso do sistema criado pela política de privatização do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, esse foi o problema regulatório herdado e que o Governo Lula, com essa medida provisória, pretende começar a solucionar. O princípio geral que obedece à introdução da nova regulamentação é garantir a confiabilidade e a expansão do fornecimento de energia elétrica, mas sem fazer mudanças bruscas que afetem a necessária estabilidade jurídica. Vale dizer que os contratos assinados terão validade e serão respeitados. Infelizmente, uma parte dos problemas herdados, como a defasagem de investimentos do setor e a conseqüente existência do seguro-apagão, só poderá ser corrigida a longo prazo.

Em resumo, o desafio do Governo é mudar o marco regulatório do setor elétrico sem afetar os contratos existentes, ao tempo em que tem de conviver por alguns anos com parte dos problemas herdados do modelo passado.

São quatro os princípios da nova regulamentação previstos, Sr. Presidente, e incluídos nessas me-

didadas provisórias. O primeiro, o Princípio da Modicidade Tarifária. Ele é atendido com a estruturação do planejamento e uma maior transparência nas regras de atuação das empresas concessionárias de distribuição, inclusive com a obrigatoriedade de licitação pelo critério de menor tarifa em toda a contratação regulada da energia, visando ao atendimento dos consumidores cativos.

Sr. Presidente, no modelo anterior, a venda de energia pela geradora podia ser feita por meio de ágio – ou seja, houve ágio até na venda de distribuidoras de energia elétrica, houve ágios de até 3.090%. Será que esse ágio ficava apenas no papel e não era transferido para os consumidores? O ágio foi transferido para os consumidores pagarem essa conta decorrente da irresponsabilidade, da falta de regulamentação pelo Governo anterior.

Outro princípio dá continuidade e qualidade na prestação do serviço. Ele é objeto de várias disposições da medida provisória, destacando-se a obrigatoriedade de contratação por parte dos agentes de consumo de 100% de sua necessidade de energia. A realização de licitações simultâneas para outorga de concessões e para contratação de energia, permitindo que contratos de longo prazo viabilizem a construção de novas usinas e criem melhores condições para a atração dos investimentos, conforme se escreveu na exposição de motivos do Ministério de Minas e Energia.

Há também o princípio da justa remuneração aos investidores. A atenção a esse princípio permite que a nova regulamentação incentive os investidores a expandirem o serviço e a garantirem a sua qualidade. Busca-se cumprir esse princípio, determinando a obrigatoriedade da licitação de contratos de fornecimento de energia de longo prazo entre geradoras e distribuidoras, mas permitindo também que os agentes de geração atuem tanto em ambiente de contratação regulado como no de livre contratação.

Por fim, o princípio da universalização do acesso e do uso do serviço de energia elétrica.

Esse princípio, Sr. Presidente, é uma condição **sine qua non** para o sucesso do programa Luz para Todos, que é deste Governo. Sabemos que, se existe exclusão na educação, se existe exclusão no campo, na saúde, em vários setores da vida social brasileira, existe exclusão sim, Sr. Presidente, no setor de energia elétrica. São mais de 12 milhões de brasileiros que, de luz, só conhecem a luz do dia, mas não conhecem aquela que é proveniente da energia elétrica.

Eu gostaria de destacar alguns outros pontos positivos, de forma concreta, nessas medidas provi-

sórias. Por exemplo: a desverticalização do setor. O que isso significa? Uma empresa de distribuição de energia elétrica, uma distribuidora, no sistema do Governo Fernando Henrique Cardoso, podia ter uma geradora. Isso implicava, naquela região, a existência de um monopólio dentro do setor privado, podendo a distribuidora, junto com a geradora, já que eram a mesma empresa, estabelecer preços de energia elétrica, tarifas absurdas, como ocorreu, por exemplo, no Estado de Pernambuco. A Chesf podia comprar a energia elétrica a R\$56,00, mas preferiu comprar sua própria empresa geradora a mais de R\$100,00, transferindo esse ônus para o consumidor pernambucano.

Essa medida provisória vai proibir o que se chamava, antigamente, de verticalização. Ela poderá até ocorrer, pois uma **holding** poderá ter uma geradora e uma distribuidora de energia, mas elas não se poderão interpenetrar. Para que a geradora possa vender à distribuidora qualquer kilowatt/hora de energia, deverá vencer um leilão de forma transparente e pública, por meio de uma licitação.

Essa distorção virá em benefício de quem? Da sociedade brasileira, do consumidor, do comerciante, sem prejudicar a indústria que, naturalmente, tem o poder, por legislações anteriores, de fazer uma negociação livre com a empresa que fornecer energia elétrica por um preço mais condizente com as suas necessidades.

O último aspecto que vou analisar nessas medidas provisórias é o critério do menor preço. Antes, comprava-se uma determinada usina com ágio “lá em cima”, porque este era fundamental para que o preço da tarifa fosse aumentado. Agora, não. Essa medida provisória, em caso de venda de energia elétrica, não vai permitir o ágio. O que vai prevalecer na concorrência, na licitação ou no leilão, é o menor preço. Este, sim, é um Governo preocupado com o social.

O ágio só é bom para o Ministério da Fazenda, que o recebe para pagar a dívida externa – o dinheiro nem fica no Brasil –, e para a empresa, que vai aumentar a tarifa; mas para o consumidor é uma lástima, é uma tragédia. Isso vai acabar.

Para concluir, Sr. Presidente, já que estamos perto do término do tempo que me é conferido pelo Regimento, o Governo, por meio do Ministério de Minas e Energia, com a iniciativa louvável da Ministra Dilma Rousseff, atendeu a uma pretensão dos cientistas e dos técnicos, dos estudiosos da área do sistema elétrico brasileiro, fazendo uma retomada do planejamento estratégico da energia elétrica no Brasil, por meio de uma empresa que vai juntar todas as regiões potenciais do País e descobrir onde podem ser

instaladas usinas de energia elétrica pelo sistema hidráulico, que é o mais barato, já que o Brasil é um País ainda subdesenvolvido. Depois, pegará a licença no Ministério do Meio Ambiente e a entregará à Aneel, para que promova a licitação pública.

Reitero que não será o ágio a prevalecer na nova usina a surgir desse processo, mas o preço que será imposto, futuramente, pelo concessionário para gerar energia elétrica no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, não sei por que motivo essas medidas provisórias estão estancadas desde algum tempo, no Senado Federal, e não se chega a um acordo.

Ontem, por incrível que pareça, participei de uma reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, à qual estavam presentes seis representantes das empresas privadas ligadas ao setor energético. Não ouvi de nenhum deles qualquer palavra positiva em relação a essas medidas provisórias. Inclusive, um deles afirmou que o Governo e as estatais tinham privilégios, em detrimento das empresas privadas do ramo de distribuição de energia elétrica. Então, indaguei-lhes: “Para que os senhores querem mais privilégios?”

O BNDES emprestou R\$7,5 bilhões às empresas privadas do Brasil para tomarem dos Estados as nossas distribuidoras, sob a promessa de que baixariam as tarifas – mas as aumentaram em 40% –; de que iriam investir no setor elétrico, e não o fizeram. De outra parte, o Governo não tem nenhum privilégio, porque a Chesf do nosso Nordeste, de acordo com essa medida provisória, não vende energia elétrica a um grande consumidor como, por exemplo, uma usina de produção de aço, uma siderúrgica. A Chesf não pode vender numa negociação livre – mas a empresa privada pode –, a não ser que ganhe, em um leilão, esse privilégio, ou seja, por concorrência, por licitação pública.

Por isso, Sr. Presidente, louvo a atitude do Governo do Presidente Lula e a sapiência, a sabedoria e a identificação da Ministra Dilma Rousseff com a sociedade brasileira, com o pobre consumidor brasileiro, apenado e enganado por tantos e tantos anos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, pela Liderança do PSDB, por vinte minutos, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, letra “b”, do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presiden-

te, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago a esta tribuna algumas reflexões.

Os jornais de hoje publicam que o Bradesco comprou o Banco do Estado do Maranhão. E a privatização continua, pois o Banco do Estado do Ceará é o próximo da fila. Diz a notícia: “Bradesco arremata o BEM com 1% de ágio”. “Oferta foi de R\$78 milhões”.

Eu fico me lembrando, Sr. Presidente, o quanto fui criticado quando, como Governador de Minas Gerais, tive o pioneirismo de entender que não era mais cabível que Estados tivessem bancos oficiais deficitários que sempre traziam mais problemas do que soluções.

Sr. Presidente, em Minas Gerais, instalou-se uma CPI para investigar as vendas dos Bancos Crédito Real e Bemge S/A. À época, fui vítima de uma perseguição por parte do ex-Governador Itamar Franco e do Ministério Público, que instaurou processo inclusive. Agora, após cinco anos, enviam-me uma carta dizendo que estava perfeito o processo de privatização dos Bancos Crédito Real e Bemge; que nada tinham a desabonar, e que a privatização fora feita com base no interesse público.

Vejam bem como é interessante a vida pública. Quem um dia jogava pedra, hoje, está privatizando bancos. Recebi críticas, as mais vorazes, do PT de Minas Gerais, dizendo que eu estava privatizando os bancos de Minas. No entanto, agora, o PT está privatizando o Banco do Maranhão e o Banco do Ceará. Nada como um dia após o outro! É um velho ditado. Que coisa! Apanhei tanto, Governador Mão Santa. Apanhamos da Oposição de nossos Estados! E hoje o PT faz exatamente o mesmo, dando-nos razão, mostrando-nos que não estávamos errados quando privatizamos os bancos.

O Banco de Crédito Real e o Bemge, dois grandes bancos tradicionais de Minas Gerais, com o passar do tempo, já não cumpriam mais com as suas funções de oferecerem juros mais baixos, de subsidiarem e ajudarem os que queriam vender e que precisavam de crédito mais barato, como a área rural, por exemplo. Os bancos estaduais estavam apenas competindo com os comerciais. Portanto, não havia mais justificativa de suas permanências, a não ser, eu diria, no que dizia respeito às agências pioneiras. Aliás, essa foi uma preocupação minha, sim, no momento em que aprovei o projeto de privatização do Credireal. Aliás, foi o primeiro Banco a ser privatizado, seguido pelo Bemge. Portanto, dois bancos que serviram muito a Minas. Quero aqui dizer que o processo de privatização foi feito às claras, porque, na verdade, foi Minas quem ganhou, pois os empregos, em sua maio-

ria, foram preservados, tanto é que, hoje, temos o Estado sem ônus adicional. Vejam: o Credireal chegou a ter duas intervenções em pouco tempo; e mais: o Estado ficava sujeito a uma série de pressões por parte do Banco Central.

Sr. Presidente, assim, trago essa reflexão sobre a incoerência do Governo Federal. Aliás, esse não é apenas um caso e, sim, mais um caso em que o Governo tem que dar a mão à palmatória. O Governo tem que reconhecer que alguns avanços realizados no governo passado foram positivos, como o de dar continuidade ao programa de saneamento dos bancos estaduais, que – repito – eram focos permanentes de problemas e de acúmulos dos déficits fiscal e monetário. Isso demonstra que o Governo do PT, nesse ponto, está a dizer que errou, no passado, ao criticar aqueles que tiveram a audácia ou o pioneirismo, como ocorreu em Minas Gerais, que teve o primeiro banco privatizado no País: o Credireal.

Sr. Presidente, passarei a outro assunto, que considero também da maior importância, já abordado anteriormente pelo meu colega, o nobre Senador Hélio Costa. Refiro-me às estradas.

Sr. Presidente, já ocupei esta tribuna várias vezes para falar do estado caótico que se encontram as rodovias brasileiras. O problema continua, e o Governo faz ouvidos de mercador. Nada acontece de diferente. O novo Orçamento aí está. A Cide já foi regulamentada pelo Governo Federal, muito embora em desacordo com o que havia sido acordado com os Governadores. Busca-se, agora, o retorno ao texto inicial, ou seja, que 25% dos recursos sejam destinados aos Estados. Espera-se que o Executivo, finalmente, resolva investir na recuperação das estradas federais Brasil afora. O nobre Senador Leonel Pavan por diversas vezes solicitou a duplicação da BR-101, por se tratar de uma rodovia federal litorânea. S. Ex^a e também nós estamos com a razão. Não é possível que este País queira retomar o crescimento com a atual infra-estrutura. Pior, Sr. Presidente, estamos perdendo a que temos, que já é precária, sem dar-lhe a devida manutenção. O Viaduto das Almas é o símbolo do descaso em relação às estradas brasileiras. Um símbolo sangrento e triste, que nos mostra a desatenção e a ineficiência para solucionar os problemas de nossas estradas. Precisamos de soluções rápidas, para que, no caso do Viaduto, não se repitam novos acidentes. O Viaduto das Almas, por ser bastante antigo, traz insegurança permanente aos motoristas. Recursos existem, como o da Cide, além da possibilidade de recursos extra-orçamentário.

O Estado de Minas Gerais, representado por seus Parlamentares, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, assim como pelo seu Governador, está unido, para que o Ministro e o Vice-Presidente, que são mineiros, tenham sucesso junto ao chamado núcleo duro do Governo e consigam recursos para essa obra. Volto a repetir, são apenas R\$20 milhões. É pouco dinheiro, principalmente para uma estrada que liga o Rio de Janeiro a Brasília, passando por Belo Horizonte. Entretanto, esse não é o único trecho ruim das estradas de Minas Gerais e, creio, das do Brasil. Outros pontos também merecem a atenção do Governo.

Sr. Presidente, esperamos que essa questão do Ministério dos Transportes se resolva o mais rápido possível. Infelizmente existem boatos inquietantes em relação aos desentendimentos ministeriais. É preciso que o Governo decida, de uma vez por todas, quem manda no Ministério, para que, resolvendo esse impasse, dê condições ao titular da Pasta inclusive para realizar e tomar as medidas necessárias no quesito manutenção e construção de novas estradas no País.

O Ministro Walfrido dos Mares Guia, também mineiro, fala com muito entusiasmo em trazer para o Brasil 9 milhões de turistas. Como atrair turistas se as estradas só pioram? Como levar o turista à nossa bela Ouro Preto se as estradas estão se deteriorando? Como levar o turista às praias se a BR-101 está em péssima condição? Evidentemente, não se faz um bom programa de turismo sem investir em infra-estrutura. Cheguei a defender proposta para o próximo ano no sentido de o Ministério do Turismo ter uma dotação específica para infra-estrutura turística. No entanto, isso não deve ficar aos cuidados do Ministério dos Transportes, que não cuida sequer da BR-040, quanto mais das estradas que dão acesso às cidades históricas ou aos pontos turísticos. Na Espanha, o ministério do turismo tem dotação orçamentária própria para investir em áreas turísticas. Seria importante que também o Brasil partisse para a descentralização, deixando o Ministério dos Transportes cuidar de seus problemas e de suas tentativas de cuidar de nossas estradas principais, as estradas de interesse turístico, e outros pontos, seriam cuidados pelo Ministério do Turismo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era esse o assunto que queria abordar e fazer esse desabafo, essa reclamação, essa denúncia, esse apelo para que o Viaduto Vila Rica, mais conhecido como Viaduto das Almas, tenha uma substituição e a BR-040 possa ter melhor condição de tráfego, para que vidas

sejam salvas e não vejamos mais o que tem acontecido no dia-a-dia.

Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSDB, aproveito para trazer um outro assunto, que me parece importante, que diz respeito também ao nosso Estado, Minas Gerais. Refiro-me à Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, uma empresa quase centenária, cuja atuação abrange não só o nosso Estado, mas também os de Sergipe, Paraíba e Rio de Janeiro.

A Companhia Cataguazes-Leopoldina tem 3,5 mil funcionários e distribui energia a 1,8 mil consumidores. Entretanto, vive, neste momento, um problema de discussão com os seus sócios estrangeiros, o que faz com que haja risco de desnacionalização da companhia, que enfrentou os problemas do racionamento, reestruturou sua dívida de curto prazo e retomou o caminho da lucratividade.

Os impactos econômicos e financeiros advindos do racionamento afetaram todas as empresas do setor, não se justificando, portanto, por qualquer modelo ou lógica empresarial, a tentativa hostil de tomada de controle, sob a alegação de desacerto e ineficiência da gestão, como diz a Alliant Energy, que é a sócia da Cataguazes-Leopoldina.

Esse é o ponto de que gostaria de tratar, por se referir a uma empresa mineira, de âmbito nacional e que atende a uma ampla área do nosso território no fornecimento de energia elétrica. É um problema que pode chegar a consequências danosas para aqueles consumidores de energia elétrica e até mesmo à desnacionalização de uma empresa importante, como é o Grupo Cataguazes-Leopoldina, que é, na verdade, um orgulho do nosso Estado de Minas Gerais, da região da Zona da Mata, onde atua há muito tempo.

Sr. Presidente, estes são os pontos a que me referi: a incoerência do PT na questão da privatização dos bancos, a questão do Grupo Cataguazes-Leopoldina, importante para o nosso Estado e para o País, e a situação das estradas, em especial a do Viaduto das Almas, atual Viaduto Vila Rica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Voltamos à lista de oradores inscritos.

Passo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, que disporá de 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, público que aqui está presente, os que nos assistem e os que nos ouvem também, venho à tribuna falar de um

tema que tem sido destaque na imprensa brasileira e tem pautado as discussões principalmente no Senado, nesta convocação extraordinária, nos círculos acadêmicos, entre empresários e trabalhadores dos diversos setores, dada a sua importância para a economia brasileira. Estou-me referindo ao Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2003, que se convencionou chamar de “nova Lei de Falências”.

O tema não surgiu agora. Na verdade, a reforma da Lei de Falências é discutida há 30 anos no Congresso, e a aprovação do Projeto de Lei na Câmara, em outubro de 2003, ocorreu depois de um longo processo de tramitação que perdurou por 10 anos. O novo texto em discussão moderniza a nossa legislação falimentar e traz como principal inovação o conceito de recuperação judicial das empresas. A empresa produtiva passa, assim, a ser vista como um ativo social para cuja preservação todos os esforços devem ser feitos.

Como consequência, a aprovação da nova Lei de Falências abrirá a possibilidade de reestruturação às empresas economicamente viáveis que passem por dificuldades momentâneas, mantendo os empregos, os pagamentos aos credores – e aí estão incluídos os credores de créditos trabalhistas, ou seja, os trabalhadores – e o pagamento de impostos, de tributos.

É importante deixar claro que estamos falando da recuperação de empresas economicamente viáveis, pois há um custo para a recuperação de uma empresa, que é pago pela sociedade. Em absoluto, deve-se permitir a substituição do que vulgarmente é chamado de “indústria da concordata” pela eventual “indústria da recuperação”. Daí a importância de a viabilidade ser analisada por seus credores, que são chamados a participar diretamente do processo de reestruturação. Esse mecanismo está previsto no art. 36, que determina que os credores terão a atribuição de aprovar o chamado plano de recuperação. E volto a dizer, sempre que falar em credores, estou-me referindo a todos eles, desde os créditos trabalhistas, aos créditos para os fornecedores, como também aos créditos do sistema financeiro.

Até agora, as empresas conviveram com uma legislação ultrapassada, pois o Decreto-Lei nº 7.661, aprovado em 1945, é fruto de uma época em que predominavam as empresas individuais ou familiares. Decretada a falência e nomeado o síndico, a empresa deveria ser fechada e lacrada, como forma de proteger os interesses patrimoniais dos credores. Entretanto, ambiente bem diverso caracteriza a atividade econômica atualmente. A sujeição por parte das gran-

des e modernas empresas corporativas a essa legislação patrimonialista acaba por gerar, ao contrário do que se pretendia, grandes prejuízos aos credores. Uma vez que os processos falimentares não são acompanhados e fiscalizados por eles, a administração desses procedimentos torna-se um campo fértil para fraudes. Mas o problema principal é o enrijecimento imposto aos administradores dos ativos, que ficam praticamente impossibilitados de manter a empresa em funcionamento, o que contemplaria os interesses dos trabalhadores, dos fornecedores e dos clientes. Perdem-se os chamados ativos intangíveis, representados pelo conhecimento e experiência dos empregados, pela rede de fornecedores e de clientes e o valor das marcas detidas pela empresa falida.

Nesse sentido, um dos grandes méritos apontados da nova legislação falimentar, em contraste com a atual visão patrimonialista, é a prioridade dada à manutenção da empresa e dos seus recursos produtivos. Ao acabar com a concordata e criar as figuras da recuperação judicial e extrajudicial, a nova lei aumenta a abrangência e a flexibilidade nos processos de recuperação de empresas, mediante o desenho de alternativas para o enfrentamento das dificuldades econômicas e financeiras da empresa devedora. Ao mesmo tempo, a criação da assembléia geral de credores – repito, envolvendo todos os setores de credores – inibe a assimetria de informações em detrimento desses mesmos credores, que passam a ter um papel ativo no processo de recuperação.

Em geral, a punição da empresa inadimplente é materializada por meio da falência ou do constrangimento de diferentes formas de concordata, salvamento ou reestruturação empresarial. Leis de falência eficientes são cruciais para o desenvolvimento econômico. Elas podem, ao mesmo tempo, conceder incentivos para a recuperação de empresas com potencial de sobrevivência e recuperação e desestimulam a continuidade de empresas inviáveis. Nesse último caso, devem ser capazes de promover a rápida liquidação dos ativos, tornando menos traumáticos os efeitos da falência para trabalhadores, credores – credores financeiros – e clientes.

Além disso, leis de falência eficientes estruturam um quadro de sólidas garantias para os credores nos mercados de crédito, permitindo, assim, a redução do custo do dinheiro. Observa-se que, quanto mais frágeis as garantias, maior o custo do dinheiro. De igual modo, quanto mais demoradas as falências, menores as chances de recuperação de garantias e, conseqüentemente, maiores as taxas de juros aos tomadores finais.

De olho nessa correlação negativa, vale lembrar que o Brasil é um dos países em que se praticam as mais altas taxas de juros sobre empréstimos. Apenas para ilustrar, lembro que o **spread** bancário para as empresas era de 15% ao ano, em março de 2003, o que é uma taxa insuportável, considerando a taxa média de lucro das empresas do setor produtivo. O crédito não é apenas caro, é também escasso e, hoje, representa apenas 26% do PIB.

Obviamente, essa situação não favorece o desenvolvimento de novas empresas. Para superá-la, é fundamental que se criem mecanismos adequados de recuperação de crédito, que sejam capazes de favorecer a redução do **spread** bancário (que, na verdade, contempla um adicional de risco cobrado pelas instituições financeiras) e, conseqüentemente, estimular o crédito.

A reforma na atual legislação falimentar busca corrigir distorções, como a má gestão dos processos de concordata e de liquidação devido ao afastamento dos credores, como bancos fornecedores e trabalhadores, que poderiam desempenhar um papel importante quanto a exigências de rapidez e transparência; a nova legislação busca também substituir o modelo da concordata pelo da recuperação judicial, superando a limitação da concordata como espaço de negociação entre credores e devedores.

Nos moldes vigentes, a possibilidade de se recorrer ao Judiciário vem sendo indevidamente utilizada pelo devedor como um recurso para a inadimplência. Aquele devedor que deve e não pretende pagar é sempre o vencedor do atual modelo, pois a única coisa que almeja com o processo é ganhar tempo, o que é sempre conseguido.

Pela nova lei, o envolvimento direto do Judiciário é precedido de uma tentativa de negociação informal entre devedor e credores, por meio de uma proposta de recuperação apresentada pelo devedor a uma assembléia de credores. É o que a lei define como negociação extrajudicial.

A criação da Assembléia Geral de Credores é uma importante novidade que nos aproxima do padrão internacional, uma vez que a experiência de outros países relativa à aprovação de um plano de recuperação recomenda que essa decisão seja de uma assembléia de credores – os clientes, os credores de créditos trabalhistas, os fornecedores, os bancos. Caso a proposta de recuperação não seja aceita pela maioria dos credores, dá-se início à recuperação judicial.

Nesse caso, é facultado à Assembléia Geral, como instância principal de deliberação dos credores,

a eleição de um comitê de recuperação, constituído de três membros, com poderes para tomar decisões no curso do processo e para fiscalizar as ações do administrador judicial, figura que vem substituir o síndico da falência e o comissário da concordata.

Não obstante os importantes avanços presentes na nova Lei de Falências, devemos reconhecer que a lógica do projeto não melhora substancialmente a situação do trabalhador. Ainda que a regra geral de classificação estabeleça preferência para os créditos trabalhistas na recuperação judicial e na falência, o privilégio é anulado pelo pedido de restituição na falência, quando for devida coisa em virtude de direito real ou de contrato. Nessa hipótese, o pagamento será feito com preferência sobre todos os credores. Na prática, o que acontece é que a regra geral, que privilegia os créditos trabalhistas, é invalidada pela regra especial, que permite aos credores o pedido de restituição. Com isso, os trabalhadores saem prejudicados, algo com que não concordamos.

Até mesmo aos créditos originários de adiantamento a contrato de câmbio para exportação é dado tratamento especial, em detrimento dos trabalhadores, pois, pelo novo texto, esses créditos devem ser pagos antes de integrados à massa falida e, portanto, antes das dívidas trabalhistas. Ou seja, da forma como está, conforme veio da Câmara, a nova lei determina que um contrato bancário se sobreponha a um crédito trabalhista!

Quero dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e ao público em geral que discordamos disso e já temos emenda nesse sentido. Fico feliz em que o Relator da proposta, Senador Ramez Tebet, tenha manifestado sua intenção de aperfeiçoá-la, para garantir que a prioridade da recuperação sejam os trabalhadores.

Ainda que se reconheça a necessidade de aumentar as garantias aos credores no intuito de contribuir para a redução dos **spreads** bancários, nada justifica o afastamento dos trabalhadores da posição de credores privilegiados. Não é justo transferir para o empregado, que tem o salário como fonte dos recursos necessários à sua sobrevivência, a responsabilidade pelos eventuais problemas de ordem econômica e financeira enfrentados pelas empresas. Como dito nas audiências públicas realizadas na Comissão de Assuntos Econômicos, os riscos do negócio pertencem ao empregador, não participando o empregado sequer da saudável repartição dos lucros.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet. Só peço que V. Ex^a seja breve, para que tenhamos tempo de ouvir outros Senadores. Com todo o prazer,

ouço V. Ex^a, que tão bem encaminhou essa discussão na Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Do meu gabinete, com alegria, pude ver que V. Ex^a, entre os 81 Senadores, ganhará o título de ser a primeira a abordar da tribuna, com profundidade, essa matéria tão importante, que está sob a análise da Comissão de Assuntos Econômicos, a que ambos pertencemos. Nesse tópico do seu pronunciamento, garanto que comungo do mesmo ideal, do mesmo ponto de vista de V. Ex^a. Faço apenas uma distinção: creio que devemos dar guarida aos verdadeiros trabalhadores da empresa. Até nisso, infelizmente, há fraudes. Alguns detêm carteira de trabalho, apresentam-se como empregados, mas, em verdade, portadores de altos salários, participam das decisões da empresa, acompanham-na, conhecem sua vida e, depois, na Justiça do Trabalho, têm o reconhecimento de direitos trabalhistas cujas somas eliminam a oportunidade dos demais trabalhadores, pois colocam-se em pé de igualdade com os que têm direitos trabalhistas de R\$2 mil ou R\$3 mil. Ora, esses pequenos é que V. Ex^a quer defender, esses que não sabem da vida da empresa, mas dela dependem para levar a comida, o vestuário para suas casas. Devemos protegê-los realmente; esse deve ser o nosso objetivo. Haveremos de encontrar um critério, ainda não sabemos qual. Ouvi, com satisfação, que a CUT e a Força Sindical entendem que deve haver um limite para se estabelecer o crédito preferencial aos direitos trabalhistas. Agradeço e cumprimento V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Ramez Tebet. V. Ex^a toca no assunto sobre o qual ia falar. Esse esforço que todos fazem para a recuperação das empresas é fundamental, até porque não interessa fechá-las. Obviamente, é muito melhor tentar recuperar o que é viável do que fechar as suas portas. Mesmo que façamos emendas na legislação para garantir prioridade ao crédito trabalhista, é bem melhor recuperar a empresa do que indenizar o trabalhador. Recuperá-la significa garantir o emprego, que é fundamental para o sustento das famílias.

Assim, entendo que os trabalhadores devem ter posição privilegiada entre os credores e considero muito pertinente o argumento apresentando pelos representantes da Força Sindical e da CUT em relação à necessidade de que seja estabelecido um limite, como já disse aqui o Senador Ramez Tebet, para o pagamento preferencial das pendências trabalhistas nos processos falimentares.

A CUT defende que seja um limite de 150 salários mínimos, já que não se trata de valor mensal, mas de toda a rescisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senadora Ana Júlia Carepa, permita-me apenas prorrogar a sessão por mais 30 minutos. Temos inscrito, como Líder, o Senador Magno Malta e, por cinco minutos, os Senadores Eduardo Suplicy e Mão Santa.

Também aproveito – vou ser tolerante com V. Ex^a – para informar à Casa a decisão do Colégio de Líderes. A Presidência informa que não haverá sessão extraordinária hoje. A sessão deliberativa ordinária de amanhã será antecipada para as 10 horas para a votação dos itens 1 e 2 da pauta: item 1 – discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências; item 2 – cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional. Constarão também outras duas na Ordem do Dia.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Portanto, a de energia elétrica não entra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Quanto à de energia elétrica, pelo que consta – a pauta é a mesma –, existe uma posição do Presidente José Sarney indicando que ela poderia ser na próxima terça-feira. Enfim, a pauta é a mesma.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senadora Ana Júlia Carepa, desculpe-me ter interrompido o pronunciamento de V. Ex^a, mas serei tolerante.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como eu dizia, as centrais sindicais defendem, realmente, a necessidade de que seja estabelecido um limite para o pagamento preferencial dos créditos trabalhistas nos processos falimentares, garantindo um tratamento diferenciado para os trabalhadores em relação aos direitos dos diretores e gestores, referido pelo Senador Ramez Tebet como exemplo. Estou certa de que o Relator é sensível à necessidade de se garantir os direitos desses trabalhadores, mesmo antes, inclusive, dos direitos dos credores, com direitos reais de garantia ou no caso dos créditos originários de adiantamento a contrato de câmbio para exportação, ou seja, os trabalhadores deverão estar sempre em primeiro lugar.

A importância da aprovação da nova Lei de Falências se faz mais clara se tomarmos como exemplo o caso da Parmalat, que o Brasil inteiro hoje discute. Ainda há pouco já recolhemos – tenho certeza de que o Senador Paulo Paim assinará – 26 assinaturas para a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) investigar exatamente a crise da Parmalat. Se tomarmos como exemplo a Parmalat, que emprega 6.000 pessoas e cujas atividades representam 50% dos negócios do grupo italiano na América Latina, ela enfrenta dificuldades financeiras desde novembro, um mês antes de a matriz na Itália ter revelado um buraco de alguns bilhões de euros em seu balanço.

Nos termos da legislação atual, a morosidade dos procedimentos falimentares estimula a corrida aos ativos da empresa, situação em que perdem os credores e perde a sociedade – mais uma vez digo: os credores de todas as categorias, os credores trabalhistas, os credores fornecedores, clientes e os financeiros; enfim, a sociedade como um todo. Portanto, nos termos da nova legislação proposta, seria possível a continuidade da atividade econômica.

Assim, também, os trabalhadores seriam beneficiados com a manutenção do emprego, modernamente reconhecido como mais saudável do que o recebimento das indenizações por dispensa.

A recuperação judicial, principal inovação, visa sanear situação de crise econômico-financeira da empresa por meio de ação judicial, o que permite o controle do Poder Judiciário e do Ministério Público. Mantêm-se a unidade produtiva, o emprego dos trabalhadores e o interesse dos credores. Pelo projeto, nem todas as empresas estariam sujeitas ao regime de recuperação, sendo necessária a existência de alguns requisitos, como relevância social e econômica da atividade, presença de ativos intangíveis, volume expressivo de empregos etc.

Cremos que a Parmalat preencheria os requisitos para o enquadramento na recuperação judicial, caso a lei estivesse em vigor. Objetivamente, sobre as possibilidades de encaminhamento caso a nova lei já vigorasse, cremos que a principal diferença seria o oferecimento de meios para a recuperação da empresa que, em situação normal, não poderiam ser levados a efeito sem o risco da ilegalidade.

Por exemplo, seria conferido aos credores o direito de eleição em separado de administradores da empresa, e lhes seria assegurado o poder de veto em relação às matérias que o plano de recuperação especificar. Essas prerrogativas afastam os credores da figura de meros espectadores, trazendo a possibilida-

de de participarem da administração da empresa em recuperação.

No caso Parmalat, como há indícios de fraudes – por isso estamos realizando a CPMI –, cremos que os fornecedores estariam mais confortáveis com uma administração dos trabalhadores do que com a continuidade dos atuais.

Outras medidas que poderiam ser tomadas seriam a venda parcial dos bens e a transformação dos créditos em capital da empresa. Essas medidas, plenamente aplicáveis ao caso Parmalat, proporcionariam a troca da posição de credores pela posição de sócios, trazendo-lhes participação na administração da empresa. A venda parcial dos bens permitiria uma capitalização da empresa. Por exemplo, com a venda de uma das fábricas a um concorrente, este assumiria todo o passivo trabalhista e fiscal daquela fábrica, mantendo os empregos e a atividade empresarial, com o recolhimento de tributos e manutenção dos fornecedores. Ao mesmo tempo, a empresa receberia capital sem a necessidade de pagamento de juros, o que significa um fôlego maior na recuperação da atividade econômica.

Muito importante, do ponto de vista dos fornecedores de crédito (bancos), é a possibilidade de crédito novo à empresa em recuperação, sem que estes recursos concorram com os anteriores.

Explicando. Hoje, quando há decretação de falência ou concordata, todos os créditos (exceto os trabalhistas, fiscais e os que têm garantias) são reduzidos à mesma condição de igualdade. Assim, também, qualquer novo crédito concedido após a falência ou concordata, ou no período suspeito antes da decretação, ficará sujeito à igualdade de credores, sendo que o patrimônio restante da empresa servirá para pagar os credores em divisão igual.

O projeto traz inovação, pois os créditos concedidos para uma empresa em recuperação não concorrerão com os créditos anteriores, pois terão uma posição privilegiada. Assim, o receio hoje existente por parte dos financiadores seria reduzido e certamente a empresa em recuperação teria maior oferta de crédito, o que proporcionaria mais fôlego para a continuidade dos negócios.

Com relação à Parmalat, as notícias da imprensa demonstram que a empresa busca crédito novo, mas seria muito arriscado para os financiadores oferecer crédito sem qualquer garantia de retorno, já evidente que a empresa passa por dificuldades. O Banco do Brasil é que estava financiando inclusive os produtores.

Estes são apenas alguns pontos que julgamos pertinentes sobre as possibilidades de encaminhamento do caso Parmalat, na hipótese de que o projeto da nova Lei de Falências já estivesse em vigor.

O projeto oferece uma lei com mais de 220 artigos, e uma imensa gama de possibilidades que hoje não se apresentam. É importante registrar que, na estrutura da nova lei, as hipóteses não são fechadas, pois o juiz e o Comitê de Credores têm participação muito maior que no sistema vigente, onde a posição é de fiscal, com atuação limitada.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro que a Comissão de Assuntos Econômicos tem debatido exaustivamente a matéria em audiências públicas, com a participação dos vários setores da sociedade envolvidos. O nosso esforço é para que a nova Lei de Falências seja aprovada com a máxima brevidade possível, sem prejuízo dos ajustes que ainda precisam ser feitos e que aqui foram registrados. Estou certa de que o Relator está atento a isso, pois já há o consenso de que o novo texto traz inovações importantíssimas no processo de modernização de nossa economia, na medida em que valoriza a empresa produtiva, buscando a manutenção do emprego e garantindo o pagamento a todos credores.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que vamos aprovar com os ajustes necessários a referida matéria, para garantirmos a prioridade da recuperação, principalmente do emprego e, em caso de falência, dos créditos trabalhistas. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao eminente Líder do PL, Senador Magno Malta, a quem peço que, como a sessão deverá encerrar-se às 19 horas, gaste menos de 20 minutos ao proferir seu discurso, a fim de que os Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy possam dispor de pelo menos cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Disponho de 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a dispõe de 20 minutos, mas faço um apelo para que V. Ex^a, se possível, não utilize todo o tempo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, certamente não utilizarei todo o tempo, porque sei que o Piauí deseja ouvir o Senador Mão Santa, defensor do povo de seu Estado.

Sr. Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Romeu Tuma, na manhã de hoje, tivemos uma das reuniões mais significativas da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, tão bem presidida por S. Ex^a, o Senador Ramez Tebet.

Estamos, neste momento, cheios de esperança após o embate travado naquela Comissão em função de uma decisão tomada pelo Cade na semana passada, que atingiu todos nós, cidadãos capixabas, o povo do Espírito Santo, fazendo com que nos mobilizássemos, independentemente de cor partidária ou ideologias. Nós, o povo do Estado do Espírito Santo, desde o cidadão mais simples até o formador de opinião, estivemos juntos todo o tempo, desde a quinta-feira próxima passada, quando entendemos que um desastre ocorreu. E fomos conduzidos a pisar no limiar do desespero, vendo o que ocorreu a um patrimônio como é a Garoto, símbolo não só nosso, mas do Brasil, construído por uma família de alemães, abnegados trabalhadores, que até muito pouco tempo, moravam dentro da fábrica. Construíram esse patrimônio, que tem encantado gerações no nosso País.

Ir ao Espírito Santo e não conhecer a fábrica de bombons Garoto é como ir ao Rio de Janeiro e não visitar o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar. A Garoto começou a ter problemas e dificuldades financeiras, e a família resolveu vendê-la, tendo ficado deficitária em razão de problemas de familiares.

Sr. Presidente, não se trata de duas grandes empresas tentando a fusão para ganhar mercado. Uma empresa ficou abatida e não podia morrer. Precisava ser comprada urgentemente por alguém que lhe pudesse dar sobrevida, uma sobrecarga, para que não viesse a desfalecer. Depois de uma autorização do Cade, poderíamos ter os novos investimentos de que o meu Estado tanto precisa e quebrar essa lógica maldita.

O Brasil, na verdade, é um Estado centralista, Sr. Presidente. Temos todo o respeito por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, com seus brilhantes Senadores, gente guerreira que constrói esses Estados, para os quais tudo é possível. Mas somos os Estados periféricos da Federação. Os periféricos nada podem! E vemos esvair-se entre nossos dedos a possibilidade de um grande investimento da Nestlé, que se dispôs a construir, no Espírito Santo, uma outra fábrica de café solúvel. Como sabem, temos dois grandes pulmões no meu Estado. Um deles é o café; o outro são o mármore e o granito. Assim, a Nestlé pensou em tirar proveito desse produto que é nossa grande vocação.

Para um Estado que passou 12 anos... O último Governo do Espírito Santo foi o de Max Mauro. Perder esses investimentos, sem dúvida alguma, Sr. Presidente, é lamentável! Até porque, em abrindo mão a Nestlé – conforme propôs o Cade –, haverá três mil desempregados na rua.

Sr. Presidente, passei três anos na Presidência da CPI do Narcotráfico e tenho sentido um novo entusiasmo neste Senado Federal. Lembro-me da época em que colhia assinaturas com o Deputado Moroni Torgan para dar início àquela Comissão Parlamentar de Inquérito. Era um neófito na Câmara dos Deputados, assim como o Deputado Robson Tuma. Nessa época, o Senador Paulo Paim também era Deputado Federal. E os Deputados assinavam e desejavam aquela CPI com muita alegria.

Sr. Presidente, na minha vida, nunca vi tanto vigor e determinação dos Senadores para assinar uma proposta que entendemos ser o nosso último cartucho.

O que queremos é resolver a situação com o Cade na base da negociação. A Nação brasileira está entrando num processo recessivo em razão dos contingenciamentos e do freio na economia imposto pelo Governo no ano passado. A nossa economia está mais ou menos estagnada.

Eles deram à Nestlé 150 dias para vender a Garoto. Quem consegue comprar uma empresa em 150 dias? E se não vender nesse prazo? Nenhum grande comprador poderá fazê-lo; apenas um pequeno comprador. E se não houver pequeno comprador? Se aparecer um pequeno comprador amanhã, desconfiarei de que ele já existia.

Então, Sr. Presidente, os Senadores já assinaram a proposta de CPMI para investigar o Cade, caso não consigamos reverter essa matéria que considero ser miserável para o Estado do Espírito Santo e para a economia brasileira. Cada Senador que assinou a proposta o fez com o vigor e a angústia que nós, capixabas, estamos vivendo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Senador Eduardo Azeredo, lembro-me do momento em que V. Ex^a assinou a proposta juntamente conosco. Os Senadores Romeu Tuma, Mão Santa e Paulo Paim também a assinaram, entendendo que não se pode tratar o assunto com dois pesos e duas medidas.

A AmBev, por exemplo, tem um monopólio de 78% do mercado. Se a Nestlé ficar com a Garoto, terá uma fatia de 74%; se não ficar, terá aproximadamente 50%. Ora, dois pesos e duas medidas?

A manifestação dos Srs. Senadores hoje no Cade e a intervenção veementemente forte e signifi-

cativa do Presidente da CAE, Senador Ramez Tebet, fazendo alusão ao que ouviu do Senador em exercício, Lelo Coimbra, foram importantes. O ex-Senador Paulo Hartung, do nosso Estado, que extraiu um rim, está em convalescença, mas angustiado com a possibilidade de, num Estado como o nosso, ver a Garoto sangrar em praça pública, pois é a maior empregadora do Município de Vila Velha, contemplando três mil famílias.

O vigor dos Srs. Senadores, a presença de S. Ex^{as} e a manifestação do Senado me impressionam. Tenho assinaturas sobejas, mas não vou usá-las. Deixarei em **stand by**, até porque existe uma proposta intermediária, caso não tenhamos êxito com o reconhecimento dos técnicos do Cade.

Sr. Presidente, não dá para tratar tecnicamente um País que precisa gerar empregos, até porque o técnico é tão-somente técnico; não põe a mão na massa.

Há momentos na vida em que a “graça” tem de ser maior do que a lei. Senador Romeu Tuma, um dia, a “graça” marcou um encontro com a “lei”, que perguntou: “A que horas nos encontramos?” A “graça” disse: “Amanhã, às oito horas”. A “lei” chegou aos cinco para as oito – legalista, estava lá. Deu oito e meia e a “graça” não chegou; deu nove horas; deu meio-dia; deu noite; findou o dia e a “graça” não chegou; e, no outro dia, a lei começou a se desesperar, a se descalabar e dizer: – É uma irresponsável! Não cumpre a lei! A lei é a lei! Quando cheguei aqui ainda faltavam cinco minutos para as oito horas!

E depois de três dias, a “graça” chega, andando devagarzinho, Senador Romeu Tuma. E a “lei”, ao olhar a “graça”, começa a esbravejar, ao que a “graça” fala: – calma, eu estava vindo para cá, quando vi uma mulher chorando porque um filho havia assassinado o outro. Após tomar conta daquela família, vi um menino que chorava com fome e uma família sem teto, que precisei acudir; vi algumas pessoas desempregadas e precisei estar com elas, passar uma vigília com elas; vi um moço no calabouço que nunca mentiu, falava a verdade, seu nome era Jeremias e tive que passar um tempo com ele também. E quando estava perto de chegar aqui, eu encontrei um moço muito jovem, com 33 anos de idade, erguido e cravado cruelmente em cruz, para pagar a minha e a sua dívida, e ele estava só. A natureza entrou em estado de anomalia, os passarinhos não cantaram mais, não mais se ouvia o barulho das águas, houve uma grande escuridão, a natureza se revoltava com a morte do justo que estava só, e eu precisei ficar com ele. Por isso, não pude chegar na hora. Isso é a “graça”.

A “graça”, em algum momento da vida, tem que ser maior que a lei. Neste caso, a “graça” tem que sobrepular a lei.

O Espírito Santo não pode, por causa de um texto de lei, ou porque os técnicos, os tecnocratas ou as mentes privilegiadas de Harvard querem – e eles são brilhantes; se der certo, são maravilhosos; caso contrário, é o povo que não cooperou – deixar de brigar pelos nossos direitos. Por isso, amanhã, às 10 horas, esperamos chegar a um entendimento a fim de que não cheguemos a esse extremo.

E ao povo do meu Estado, que assiste atônito a todo esse desenrolar, quero dizer que vamos sangrar juntos até o final, mas não veremos três mil famílias na rua por causa do capricho de meia dúzia de técnicos.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Magno Malta, como representante de Minas Gerais, Estado vizinho ao Espírito Santo, com o qual temos sempre uma relação muito boa, quero trazer a solidariedade a seu pronunciamento, a essa causa em relação à Garoto. Pudemos, nesta manhã, ouvir a palavra dos representantes do Cade, dos representantes da Nestlé, do Governo e do próprio Governador em exercício. Vimos a importância que a Garoto tem para o Estado do Espírito Santo e para o Brasil. Lembro-me que vi uma vez, no Chile, no sinal de trânsito, alguns meninos vendendo bombons Garoto. Vejam, portanto, como um nome forte pode transpor fronteiras. É muito importante que as negociações e o entendimento prevaleçam e que se consiga uma alternativa de solução. É evidente que o papel do Cade é importante, até para que não tenhamos monopólios no Brasil, porque o consumidor é quem poderia ser prejudicado por isso. Mas não me parece que esse seja o caso. Realmente é lamentável que tenhamos passado três anos para uma decisão. Esse me parece um dos pontos mais graves de todo o processo. Se tivesse que haver uma decisão, que fosse rápida! Aliás, penso que nos deveríamos debruçar aqui na proposta de que o Cade tenha um decurso de prazo e que, se não se manifestar em determinado tempo, estará automaticamente aprovado o processo. Parabéns e meus cumprimentos pela sua oratória nesta data e pela causa na qual estamos juntos. Minas Gerais está junto com Espírito Santo, não há a menor dúvida!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado pelo aparte, Senador Eduardo Azeredo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Magno Malta, se me permitir, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a para que os apartes fiquem dentro do seu tempo, porque ainda me comprometi por cinco minutos com o Senador Mão Santa e com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sem problema, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo! Nutro o maior respeito pela sua pessoa e, hoje, pelo nosso Governador atual, meu companheiro, colega, Aécio Neves. Muito obrigado por esse carinho e manifestação de Minas. Muito obrigado!

Senador Romeu Tuma!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Mão Santa, vou procurar ser rápido, até para respeitar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Não sou o Mão Santa! Sirvo Àquele que tem a mão santa. Mão Santa é aquele lá!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não. É porque o Senador Mão Santa vai falar em seguida a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Achei que V. Ex^a estava me chamando de Mão Santa também! Não sou um médico com essa capacidade!

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não, mas creio que, a essa altura, aí da tribuna, V. Ex^a tem a mão santa, porque a “graça” passou por aí e fez de V. Ex^a o porta-voz de milhões de brasileiros desempregados que estão em uma fila para conseguir um emprego de gari: professores, psicólogos, tantos com formatura superior, entrando na fila, desesperados, por um emprego nem que seja para capinar o mato em cidades do interior. E V. Ex^a está na tribuna, pela graça de Deus, para colaborar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É verdade.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não digo que V. Ex^a hoje, neste minuto, representa apenas o Estado do Espírito Santo. V. Ex^a representa o Brasil, em um momento de desespero, em que a sociedade precisa de emprego. Diria, Senador, muito rapidamente, que quando Diretor da Polícia Federal, em um dos planos de que participei, atravessei a ponte de Vitória a Vila Velha para visitar a fábrica da Garoto. E lá estava o presidente, um imigrante que conseguiu construí-la, como V. Ex^a descreveu no início do seu discurso. Era uma família, até seu falecimento, quando teve início o conflito para a posse da propriedade, o que praticamente levou à insolvência da indústria. Quando lá cheguei – penso que era europeu –, ficou preocupado e tenso, como que revoltado porque o Chefe da Polícia lá iria porque estava dentro de um plano. Mas fui porque tive vontade de visitar a fábrica. Quando jovem, eu comia os chocolates da Garoto, o Diamante Negro. Fiz a visita, e fomos quebrando o impacto da chegada. E eu me apaixonei por tudo o que ele realizou durante a vida. Creio que hoje, lá em cima, ele deve estar em lágrimas, sofrendo por ouvir o discurso de V. Ex^a, tão emocionado, tão forte, em defesa daquela indústria em seu Estado e dos trabalhadores que lá trabalham. Não diria que devemos infringir...

gir a lei. Não foi infringida no caso da AmBev! Quando foi vendida a Kaiser, se V. Ex^a observar o contrato, existe uma série de restrições para o crescimento da Kaiser, todas impostas pela AmBev. Ou seja, em tese, a AmBev está comandando. Por que o Cade foi tão excessivamente tolerante? Será que foi pela “gracça” ou pela lei?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Pela lei.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não sei, alguém tem que responder. Ontem, quando o Senador Camata leu aquele relatório, juro que me assustei, porque não é um relatório de técnico. Vender uma marca que tem um valor às vezes superior ao da indústria e separar o espírito do corpo?! Não posso entender aquilo. Então, estou com V. Ex^a: assinei seu pedido de CPI, pois penso que temos que pôr um freio. E como disse nosso ex-Governador, o Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais, tem que ter um prazo. Ficar de dois a três anos para haver uma decisão – pelo amor de Deus! – é para quebrar qualquer empresa. Ainda mais depois de investimentos feitos, depois de quase ser induzida a comprar a Garoto – porque, para a Nestlé, era negócio montar uma fábrica, mas ela foi comprar a Garoto para ajudar o País a vencer a crise que a Garoto enfrentava –, depois do compromisso de fazer com que a indústria crescesse um pouquinho mais no seu Estado, onde o setor industrial vive mais da agricultura, e construir uma fábrica de café solúvel. Penso que V. Ex^a tem toda a razão e conta com o apoio de todos os Senadores desta Casa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a é sempre brilhante. Obrigado pelo elogio e também pela solidariedade ao meu Estado.

O papel dessa autarquia é regular, e não sepultar. E quem regula dita normas para essa regulação. Não houve normas de regulação, então a autarquia não cumpriu seu papel. E dizia o presidente dessa autarquia: radicalizaram, exacerbaram e tomaram uma decisão inconstitucional.

O Sr. João Batista Motta (PMDB – ES) – Senador Magno Malta, em respeito ao Presidente e ao adiantado da hora, já que o seu tempo terminou, quero apenas dar os parabéns a V. Ex^a, ao Senador Gerson Camata, pela luta travada neste Senado, e a todos os Srs. Senadores que estão unidos conosco para dizer ao Brasil que esta Casa está ao lado dos investidores, do povo e da geração de empregos. Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a sua benevolência e dizendo ao povo do Espírito Santo que creia em Deus. Deus está conosco. Não vamos perder essa batalha.

Existe uma coisa que Deus não faz, Senador Paulo Paim. Todos acham que Deus faz tudo, mas uma Ele não faz: o possível; Ele faz somente o impossível. O possível é nosso. E estamos fazendo todo o nosso possível para que, esgotadas nossas providências, Deus haja na impossibilidade a fim de que tenhamos êxito, para o bem do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Esta Presidência prorroga a sessão por dez minutos, mediante acordo, para que o Senador Mão Santa use da palavra por cinco minutos, e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy, também por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, gostaria de avisar ao Senador Magno Malta que falarei sobre o mesmo tema tratado por S. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que assistem a esta sessão pelo sistema de comunicação do Senado Federal, lideranças do Piauí aqui presentes, serei breve.

Aguardei o findar desta sessão, para contestar as palavras de hoje do Vice-Líder do Governo, do meu Partido, professor Ney Suassuna, uma das nossas privilegiadas inteligências, que foi infeliz ao dizer, justificando o governo do PT, que governar é difícil. Ser bom ou mal, segundo Shakespeare, é uma interpretação. Se me mandarem fazer arroz ou feijão, será muito difícil, pois eu não sei. Governar é um ato antigo, iniciado em Atenas, com a civilização democrática. Governar vem do grego “navegar”. E Fernando Pessoa disse: “Navegar é preciso; viver não é preciso” Esse “preciso” significa precisão, competência para enfrentar as turbulências de uma navegação, a proeza mais difícil da época.

Retornemos aos dias de hoje. Carlos Lacerda disse que governar é fácil: é fazer com que se faça. Juscelino Kubitschek, médico e cirurgião como eu, disse que é cumprir metas, inspirado em Sêneca, o grego, o qual afirmou: “Enquanto o homem não souber para que porto quer ir, nenhum vento será o vento certo.” Átila, o rei dos Unos – não o nosso querido Deputado Federal Átila Lira, do PSDB –, disse que governar é premiar os bons e punir os maus.

Enfim, quero dizer que o Governo tem de se reencontrar. Como médico, afirmo que quis Deus que uma das maiores inteligências da ciência médica, Pinotti, fosse um grande líder, com perspectivas invejáveis na política de São Paulo e deste País. Senador Paulo Paim, nós, médicos, para aonde vamos, levamos a nossa formação profissional e fazemos o diagnóstico. O diagnóstico, Presidente Lula, está feito. E não é por meio da anamnese, dos exames físicos, la-

boratoriais, dos exames complementares. Na política, o que vale é a pesquisa, pois o diagnóstico está feito.

Darei a mais valorosa contribuição do PMDB que eu possa dar. Os outros, talvez, queiram outras coisas. Quero que encontrem o caminho, a verdade e a luz.

Qualquer pesquisa no Brasil diz que a principal doença deste País é o desemprego; depois, vêm a violência e a saúde pública. Governar é ter prioridades. Eu e o Pinotti temos prioridades a respeitar na realização de uma cirurgia. Se há uma apendicite aguda e um cálculo renal, há que se estabelecer uma prioridade, uma urgência. A nossa prioridade na política é o desemprego.

O núcleo do Governo Lula tem que ser mole, flexível, inteligente, encefálico, pois a dureza se quebra. Na cabeça, o que funciona é mole – sou professor de Anatomia e de Biologia.

Em uma homenagem ao Rio Grande do Sul de Pinheiro Machado, de Borges, de Alberto Pasqualini, de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Pedro Simon, de Paulo Paim – em respeito à inteligência de V. Ex^a, que é o nosso Martin Luther King, pelos sonhos, lutas e conquistas dos mais fracos – trago o jornal **Zero Hora**.

Política de Emprego.

No primeiro ano do atual Governo Federal foram criados 645,43 mil postos de trabalho, 15,3% menos do que em 2002.

Como o caboclo diz: cresceu para baixo, como rabo de cavalo. E diz o jornal **Zero Hora**, do bravo povo gaúcho, simbolizado pelo Senador Paulo Paim:

O desemprego é hoje a maior chaga social do País e deve ser enfrentado com determinação.

Senador Eduardo Suplicy, já vi freio em muitas coisas – caminhão, ônibus, avião, carroça, jumento, até em homem, colocado por mulher –, mas em queda política, no Piauí, não conhecemos esse freio. A popularidade presidencial caiu 18,3% em um ano.

Quando falamos em liderança, devemos nos lembrar que o exemplo maior é Cristo. E Cristo discursou bonito: “Bem-aventurados os mansos, os humildes, os que têm fome”. Senador Romeu Tuma, seguimos Cristo porque Ele fez obras. Isso é o que está faltando ao PT. O Apóstolo Tiago disse: “A fé sem obras é morta.” Essa é a causa da queda que eu adverti. Essa é a minha grande colaboração.

Brasil é o quarto colocado em gastos com juros. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Farei uma breve reflexão, com a coragem da gente do Piauí, que, numa batalha sangrenta, expulsamos portugueses e garantimos este Brasil grande, a unidade.

O jornal **Folha de SPaulo** de hoje estampa que o Brasil é o quarto colocado em gastos com juros. De mais de 300 países, somente Jamaica, Turquia e Líbano estão piores do que nós.

Em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, que significa a soma de toda a riqueza que produzimos em um ano –, gastamos, em 2003, mais de 8% apenas com juros. Foram R\$145,2 bilhões, valor mais alto já registrado em toda a história do País.

Outros países emergentes, como México, Argentina, Espanha, África do Sul, não gastam mais de 3 ou 4% do PIB.

E o pior? O pior é que, apesar desse pagamento fabuloso de R\$145,2 bilhões de juros, a dívida brasileira cresceu. Dá para entender?

E V. Ex^{as} têm idéia do que significam R\$145,2 bilhões em um único ano? Eu, que sou médico como o Ministro Antonio Palocci, sei pouco de número, de matemática. Esse valor de R\$145,2 bilhões está turvo para mim, como está turvo para o Ministro Antonio Palocci. Está aqui presente o Dr. Pinotti, o maior símbolo da medicina moderna. E o médico entende de quê? Pressão 12 por 8, pulso 70, glicose acima de 200 pode matar o indivíduo. Então somos de poucos números. Portanto, este valor de R\$145,2 bilhões eu, como médico, tenho dificuldade de entender, assim como o Ministro Antonio Palocci.

Esta soma – aí é que é importante, Senador Paulo Paim, a contribuição do PMDB, do Piauí para colocar o Brasil no rumo – é simplesmente a soma de todas as riquezas geradas no ano de 2003 nos seguintes Estados: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Fazendo soar a campanha.) – Senador Mão Santa, concedi a V. Ex^a 100% a mais do seu tempo previsto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É a generosidade do Rio Grande do Sul e espero que do PT também, a que V. Ex^a pertence.

Pois bem, também do Amapá, Tocantins, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Todo o trabalho realizado nesses 13 Estados durante o ano de 2003 foi para pagar os juros aos banqueiros. Essa é a dificuldade.

E a solução não é difícil. Bem perto, na Argentina, eles estão pagando menos, porque o Presidente teve a coragem para enfrentar os poderosos, assim como Juscelino Kubitschek teve. Ele rompeu com o Fundo Monetário, assim como fez Getúlio Vargas.

Esse é o tamanho da riqueza que jogamos no lixo todos os anos. É possível uma situação dessa?

Senador Duciomar Costa, tudo o que se produziu em 13 Estados – inclusive o seu Pará – serviu para pagar juros. E o grande culpado dessa terrível situação é a nossa taxa de juros. Ao fixarmos a Selic em valores muito altos tomamos o veneno de sermos obrigados a jogar nossas riquezas no lixo.

Essa é a nossa contribuição para que a Presidência da República ataque objetivamente o maior de nossos males, que é o desemprego, a fim de que possamos fazer a riqueza e a felicidade do povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência agradece a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

De imediato, concedo palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos, conforme combinado com ambos oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, prezados Senadores ainda aqui presentes, primeiramente, quero externar a V. Ex^a a solidariedade para com a família do dentista Flávio Ferreira Sant’Anna, morto aos 28 anos. Infelizmente, ele não tinha nada a ver com um assalto ocorrido em São Paulo no último dia 3, contra o comerciante Antônio Alves dos Anjos. Policiais o seguiram e o abordaram quando ele voltava em seu carro, um Gol verde, do aeroporto de Guarulhos, onde tinha deixado sua namorada suíça. Os policiais o seguiram até Santana, assassinaram-no e depois contaram uma história inverídica de que ele dentista estaria armado, enquanto o laudo pericial recente indicou que ele não estava.

Solicito, inclusive, Sr. Presidente, que seja transcrito nos Anais do Senado o artigo de Elio Gaspari, intitulado “Esta é a cota que te cabe deste latifúndio”, em que consta o depoimento do pai do dentista assassinado, Jonas Sant’Anna, cabo aposentado da PM, que declara: “Sei como é o sistema. Tenho certeza de que, se ele fosse branco, não morreria”.

Deixo registrada a minha solidariedade, portanto, a todos aqueles negros e descendentes afro-brasileiros, que têm sofrido discriminações semelhantes como essa do dentista Flávio Ferreira Sant’Anna.

Aproveito para cumprimentar os Srs. Senadores do Espírito Santo, Magno Malta, Gerson Camata e João Batista Motta, por terem requerido a presença, hoje, dos Conselheiros do Cade; do Governador do Estado do Espírito Santo em exercício, Wellington Coimbra – uma vez que o Governador Paulo Hartung está em licença médica –; os Diretores da Nestlé, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia, Linda Moraes; Ricardo Ferraço; e ou-

tros membros que prestaram depoimento muito esclarecedor a respeito do episódio da Nestlé/Garoto.

Considero muito importante ressaltar a própria palavra do Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, João Grandino Rodas, que, ainda tendo sido voto vencido, deu depoimento sobre a seriedade e a integridade dos demais membros do Cade: o Relator Thompson Almeida Andrade e, Roberto Pfeiffer, Fernando de Oliveira Marques, Cleveland Prates Teixeira, Luiz Alberto Esteves Scaloppe, que tiveram a oportunidade de dizer que a decisão baseou-se na legislação de defesa da concorrência e, portanto, naquilo que está previsto na lei.

Foi muito importante também o compromisso externado pelos diretores da Nestlé, Humberto Maccabelli e Carlos Roberto Facci, de que manterão a fábrica Garoto qualquer que seja a decisão a ser tomada.

Senador Mão Santa, uma vez confirmada a decisão do Cade, outro grupo de pessoas ou de acionistas poderá adquirir a Garoto, obviamente desde que mantida a fábrica em operação e os seus três mil trabalhadores empregados. Outra possibilidade é que, eventualmente, diante de algum fato novo conforme explicou o presidente do Cade, seja revertida a decisão tomada, e a Nestlé permaneça com a Garoto. Porém, ela terá de manter a empresa e os trabalhadores empregados.

A Comissão de Assuntos Econômicos, em sua reunião de hoje, ouviu diversas partes e se inteirou do compromisso dos conselheiros do Cade de manter a empresa e os trabalhadores ali empregados. Houve também o compromisso da Nestlé de manter a fábrica Garoto em funcionamento até a decisão final.

Poderá haver algum fato novo? Quem sabe! É possível até que, diante de uma análise feita além do mercado brasileiro, considerando-se o Mercosul, conclua-se que, mesmo havendo empresas com alto poder sobre o mercado, dada a competição internacional, podemos admitir essa empresa no mercado brasileiro. O importante é que o princípio da livre concorrência seja defendido de tal maneira que não haja prejuízo para os consumidores, sobretudo para os trabalhadores e para a comunidade de todo o Espírito Santo.

Portanto, externo a minha solidariedade ao Governador e aos Senadores e Parlamentares do Espírito Santo, que envidam esforços para que seja preservada a oportunidade de trabalho para todos.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIO GASPARI

Esta é a cota que te cabe deste latifúndio

MUITA gente boa acredita que os policiais devem estar prontos para meter um tiro na cara do bandido. De acordo com o que contaram na delegacia, foi essa a idéia que tiveram os cinco PMs que patrulhavam uma rua do bairro de Santana, em São Paulo, há uma semana. Um comerciante tinha sido assaltado e havia um suspeito no pedaço. Um negro. De acordo com os PMs, ele atirou três vezes. Errou. Mataram-no com dois tiros no peito. Junto ao seu corpo havia uma arma e no seu bolso, a carteira do comerciante.

Tudo teatro, farsa de três soldados, um cabo e um tenente. (Três deles já denunciados à Ovidoria da Polícia, envolvidos em casos semelhantes.) O negro não atirara em ninguém. A carteira foi posta no seu bolso por um dos PMs. Em diversas ocasiões repetiu-se que Flávio Ferreira Sant'Anna, morto aos 28 anos, era dentista. E se fosse lixeiro desempregado?

O governador paulista Geraldo Alckmin e seu secretário de Segurança, o promotor Saulo de Castro Abreu Filho, não devem olhar para Flávio como um dentista, mas como o filho de Jonas Sant'Anna, cabo aposentado da PM. É ele quem fala: "Sei como é o sistema. Tenho certeza de que, se ele fosse branco, não morreria".

Era uma vez um governador chamado Mário Covas. Na sua Secretaria de Segurança funcionava uma coisa chamada Proar, ou Programa de Acompanhamento de PMs Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco. Por trás dessa nomenclatura pernóstica operava um sistema no qual todos os policiais militares envolvidos em tiroteios que resultassem em morte de cidadãos eram submetidos a um programa de reciclagem. O policial era inscrito num curso que durava um mês. Depois, esperava outros cinco para retornar às suas fun-

ções. Iam para a reciclagem até os PMs que tivessem atirado em legítima defesa ou aqueles que apenas estivessem na cena. O secretário de Segurança de São Paulo, José Afonso Silva, explicou a essência do programa: "Queremos evitar novas mortes e preservar nossos homens".

Em menos de um ano, o Proar baixou a mortandade de 592 casos para 368. Mesmo assim, a PM paulista ficou com um índice oito vezes maior que o da polícia de Nova York. São muitas as pessoas capazes de associar a capacidade da polícia de matar gente com a segurança do povo que ela hipoteticamente protege, mas nem mesmo o marqueteiro do governador Geraldo Alckmin seria capaz de dizer que São Paulo é uma cidade oito vezes mais segura que Nova York.

Em 1998, o candidato Paulo Maluf anunciou que, se fosse eleito governador de São Paulo, fecharia o Proar. O companheiro José Genoíno, candidato do PT, pegou mais leve: "Não é por toda morte que o policial precisaria passar pelo programa. Você tem de separar o que é erro, perversidade, do que é circunstância de uma ação delicada da polícia".

Morreu o governador Mário Covas e assumiu o doutor Alckmin. Passado algum tempo, o Proar foi à breca, apesar de ser defendido pelo comandante da PM, coronel Rui Cesar Melo. Há menos de duas semanas, ele contou: "Sei muito bem que a minha defesa do Proar pesou consideravelmente na minha exoneração, mas era a atitude que eu deveria assumir, e assim procedi, na defesa das minhas convicções".

Amparados em suas convicções, Alckmin e o secretário Saulo de Castro praticam uma política de segurança que no ano passado resultou na morte de 868 pessoas, um aumento de 29% em relação a 2002 e de 136% sobre 1996.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência, ao encerrar os trabalhos, cumprimenta os Prefeitos do Piauí que acompanham este brilhante Senador, que muito orgulha o Estado do Piauí e, podem ter certeza, todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Os Srs. Senadores João Capiberibe, Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Valdir Raupp, Romero Jucá, a Srª Senadora Fátima Cleide e o Sr. Senador Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o 4º Fórum Social Mundial, que encerrou seus trabalhos no dia 21 de janeiro, em Bombaim, Índia, manteve seu status de principal pólo de debates para estabelecer prioridades para a construção de um mundo melhor.

Dentre suas grandes propostas, destacaria duas.

A primeira delas é impedir a expansão do neoliberalismo em todo o mundo, processo que continua a provocar desastres econômicos, sociais e ambientais. Isto significa intensificar a campanha pela anulação ou redução da dívida dos países pobres e colocar um termo no processo de privatização dos serviços públicos, particularmente os previdenciários.

A segunda prioridade seria a criação de uma taxa global visando o financiamento do desenvolvimento. Esta medida pode incluir o combate aos paraísos fiscais existentes.

Reporto-me, aqui, ao que acaba de defender o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião das comemorações do primeiro aniversário do lançamento do Programa Fome Zero: estabelecer, em nível mundial, um esforço semelhante para combater o gravíssimo problema da fome.

Nesse sentido, defendeu Sua Excelência a criação de mecanismos nos mesmos moldes para se garantir receita capaz de viabilizar políticas globais de combate à pobreza. Mais importante: apontou a única via para se chegar a isso. Disse o Presidente: “ou criamos um movimento político para transformar esse problema social da fome em um problema político ou será muito mais difícil, pois os famintos não estão organizados em sindicatos ou em partidos políticos”.

O Fórum Social Mundial não pode ser considerado uma organização, um partido ou uma instituição. Trata-se de um lugar de debate e de reflexão no qual vários grupos sociais organizados do planeta (camponeses, povos indígenas, imigrantes, refugiados, minorias, mulheres, jovens, trabalhadores, sem-terra, sem-teto, etc.), se encontram para discutir uma nova proposta de sociedade. Um lugar de debates e de tro-

ca de experiências de pessoas vindas de todos os quadrantes e unidas em torno de uma convicção: é possível construir um outro mundo.

Como sabemos, o Fórum Social Mundial se deslocou da cidade de Porto Alegre para Bombaim, na Índia. O objetivo dessa mudança foi a necessidade de dar a conhecer a diversidade de situações existentes em nosso planeta. Diversidade em todos os sentidos: econômica, social, religiosa, étnica, geográfica e cultural; inclusive, a diversidade no tocante à elaboração de propostas visando a construção de um mundo melhor e mais justo. De fato, existem diversos modos de pensar um mundo melhor, bem como de representar a globalização.

Por exemplo, correntes de pensamento anglo-saxônicas defendem a necessidade de reforçar o poder dos segmentos mais pobres da sociedade, por meio de suas organizações representativas e associativas, inclusive através de uma melhor inserção destas no mercado. Outras correntes, bem representadas na América Latina e em alguns países europeus também latinos, defendem o fortalecimento do Estado, bem como dos sistemas de regulação e de controle público. Na Ásia, em particular na Índia, crêem que o Estado tem um papel tão importante na luta contra a pobreza quanto a auto-organização e o fortalecimento da sociedade civil. Essas maneiras de conceber um outro mundo possível justificam o deslocamento do Fórum Social Mundial para a Índia, bem como a sua existência.

Além de discutir proposições alternativas à globalização neoliberal, um dos objetivos do Fórum Social Mundial foi acompanhar as repercussões decorrentes da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, no México, no final de 2003. Existem, hoje, manifestações de autonomia por parte de alguns países emergentes no cenário político e econômico mundial. A Índia, o Brasil, a China e a África do Sul têm alertado os demais povos para os perigos que pode significar um mundo hegemônico, controlado pelos interesses das grandes potências ricas, que querem ocupar todo o espaço no mercado mundial, particularmente os Estados Unidos.

A propósito dessa hegemonia, a estratégia militar norte-americana no Iraque, que resultou na ocupação militar de um país independente, foi denunciada e condenada por todos os participantes do Fórum Social Mundial. Os participantes foram unânimes ao conclamar todos os cidadãos do planeta a se unir contra essa nova forma de colonialismo e imperialismo, através da qual os Estados Unidos estão levando a termo um processo de privatização de um país soberano. Mas a contestação da política internacional norte-americana não se limitou apenas à questão da agressão militar. Ela também se estendeu às propostas neoliberais que há duas décadas estão sendo

aplicadas com rigor pelas instituições financeiras internacionais controladas pelos Estados Unidos (FMI, Organização Mundial do Comércio OMC), com os resultados negativos que nós todos conhecemos.

O Fórum Social Mundial tem se transformado em um instrumento bastante eficaz para afirmar que não existe apenas uma maneira de encontrar o caminho do crescimento e do desenvolvimento, bem como de organizar a sociedade e a economia. Existem muitos outros caminhos e objetivos que não se resumem apenas ao crescimento da produção.

O Fórum Social Mundial também tem sido importante para estabelecer prioridades para a ação, com vistas à construção de um mundo melhor. A primeira delas é impedir a expansão do neoliberalismo em todo o mundo, processo que continua a provocar desastres econômicos, sociais e ambientais. Isto significa intensificar a campanha pela anulação ou redução da dívida dos países pobres e colocar um termo no processo de privatização dos serviços públicos, particularmente os previdenciários. A segunda prioridade seria a criação de uma taxa global visando o financiamento do desenvolvimento. Essa medida pode incluir o combate aos paraísos fiscais existentes.

Trata-se, naturalmente, de uma plataforma mínima com objetivos bem precisos. Em torno desses objetivos, os participantes do Fórum e aqueles que crêem que um outro mundo é possível devem organizar suas campanhas e mobilizações, negociando com todos aqueles que quiserem; sejam sindicatos, partidos, associações e Estados. O importante, nesta etapa, é a construção de um movimento social forte e com relativa autonomia. A este movimento, nesta primeira etapa, cabe a tarefa de re-inventar novas formas de luta e de organização política de caráter democrático. Respeitando, bem entendido, as diferenças e promovendo a solidariedade e a paz.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para encaminhar projeto de lei de minha autoria, que tem como objetivo principal proibir definitivamente, em todo o território nacional, a produção e a comercialização de adesivos químicos de contato que contenham substâncias voláteis capazes de produzir dependência física ou psíquica nas pessoas, ainda que por uso indevido do produto.

A matéria que submeto à apreciação desta Casa trata especificamente da cola de sapateiro, considerada por muitos como um dos entorpecentes mais perigosos em virtude dos sérios malefícios que ela causa à saúde de milhares de pessoas em nosso País. Assim, por se tratar de assunto dos mais preocupantes, que diz respeito diretamente à saúde pública e representa ameaça à vida de crianças e adolescentes, tomei a iniciativa de propor que as substâncias

as que causam dependência e que estão contidas no referido produto, os chamados solventes, sejam substituídos por componentes inofensivos.

Aliás, na justificativa do projeto, faço questão de lembrar que já dominamos completamente a tecnologia para transformar a cola de sapateiro em um adesivo neutro. Assim, solventes que hoje estão presentes na composição da cola seriam substituídos por um diluidor universal à base de água.

Por outro lado, segundo as indústrias do setor químico, o produto misturado com água não perderia em nada em eficiência para o atual. Muito pelo contrário, sua aderência seria praticamente a mesma, a aplicação bem mais fácil, os resultados garantidos e os efeitos tóxicos que normalmente são causados por esses materiais praticamente deixariam de existir.

O Governo ganharia em todas as direções e conseguiria ainda poupar somas significativas que são gastas para recuperar os viciados e os que são contaminados pelo cheiro da cola em suas atividades profissionais.

Como bem sabemos, a cola de sapateiro tem ampla aplicação em várias atividades econômicas, tornando-se assim um produto imprescindível. Portanto, esse é mais um forte motivo que justifica a necessidade urgente de se colocar no mercado um adesivo seguro, que não comprometa a saúde das pessoas e o equilíbrio do meio ambiente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os estragos causados pela cola de sapateiro no corpo humano podem ser descritos como devastadores. O processo de agressão é gradativo. No caso dos que consomem o produto como uma droga, no início de tudo, o usuário atravessa momentos de euforia. Todavia, na medida em que o consumo vai aumentando, vão surgindo as complicações orgânicas e psíquicas que logo se tornarão crônicas.

Dessa maneira, é muito comum a ocorrência de depressão, de processos alucinatorios, de excitação, de convulsões e de arritmias cardíacas. Em casos de envolvimento mais profundo com os solventes e com os vapores da cola, podem ocorrer destruição dos neurônios causadas por lesões irreversíveis do cérebro, lesões da medula óssea, dos rins, do fígado e a degeneração progressiva dos nervos periféricos que controlam os músculos.

Convém destacar que uma das grandes preocupações está na evolução do grau de dependência, que leva o usuário a consumir o produto diversas vezes ao dia, em doses cada vez mais fortes e em sessões cada vez mais prolongadas. Além desses efeitos destruidores sobre o organismo, os viciados em cola de sapateiro quase sempre complementam essa prática com a utilização de outras drogas pesadas, a exemplo da merla e da cocaína.

Estudo recente realizado pelo neurologista americano, Doutor Stephen Dewey, do Laboratório Nacional de Brookhaven, em Nova York, demonstrou, pelo exame de tomografias cerebrais de inúmeras crianças viciadas em cola de sapateiro, que substâncias como o tolueno, usadas nesse produto, se deslocam rapidamente para centros de prazer e, de lá, para outras células do cérebro, onde causam danos que podem levar à perda de memória e a problemas de visão.

Nobres colegas Senadoras e Senadores, confesso que fico perplexo quando vejo a cola de sapateiro exposta livremente à venda em todo o território nacional. Mais estarrecido ainda fico porque a fiscalização sobre a comercialização do produto, até por sua ampla venda, é das mais caras e complicadas, com resultados duvidosos. Além disso, é um grande absurdo não considerar a cola de sapateiro, legalmente, como um entorpecente. Pois bem, na lista de produtos considerados perigosos, no Ministério da Saúde, a cola de sapateiro não está entre eles. Dessa maneira, a cola pode ser vendida livremente, embora existam leis que proíbam a venda de solventes à base de tolueno para menores. Uma proibição que, claramente, não é cumprida. A lei é boa no mérito e mostrou-se inexecutável por sua impossibilidade fiscalizatória. É inadmissível que a cola de sapateiro continue sendo tratada como um produto lícito, disponível a qualquer hora nas prateleiras do comércio, pronta para o consumo e livre de qualquer ação repressora legal.

Nas ruas das grandes cidades já existe inclusive um verdadeiro comércio ilegal de solventes. No Rio de Janeiro, por exemplo, no centro da cidade e nos lugares mais movimentados, é comum vermos crianças vendendo tiner e cola de sapateiro a R\$1,00 e R\$2,00 a dose. É realmente chocante porque esse tipo de atividade criminosa é exercida abertamente e os policiais nada podem fazer porque o tiner e a cola de sapateiro não são considerados como drogas.

Diversos representantes da Justiça consideram que casos deprimentes como esses são uma verdadeira aberração. Segundo eles, existem leis que proíbem a venda de cola e solventes para menores, mas a polícia não pode reprimir o uso. Como já fizemos referência, justamente porque a cola de sapateiro não está na lista dos produtos catalogados pelo Ministério da Saúde como entorpecentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por tudo o que acabamos de dizer neste pronunciamento, acredito que temos todos os motivos reunidos para condenar de vez, em todo o território nacional, a produção e a comercialização de adesivos químicos de contato que contenham substâncias voláteis e causem dependência física ou psíquica.

Finalmente, entendo que a matéria que apresento hoje a este Plenário é uma pequena contribui-

ção a uma grande batalha que precisa ser vencida rapidamente por todos aqueles que querem realmente transformar o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na edição de quinta-feira, dia 5, o jornal **O Estado de S.Paulo** divulga dois fatos de mútua relação. O primeiro é uma análise, serena, objetiva e atual, do professor Roberto Macedo, da Universidade Mackenzie, com uma oportuna ponderação ao Presidente Lula:

– Em vez de comprar o luxuoso Airbus de 56,7 milhões de dólares (quase 200 milhões de Reais), por que não optar por um avião da Embraer, bem mais barato e brasileiro?

A outra notícia (pg. B-6) informa que a Embraer, nossa fábrica de aviões de São José dos Campos, está iniciando a produção de um moderno avião, o Embraer 190, com capacidade para 108 passageiros. Custa exatamente 30 milhões de dólares, menos da metade do preço do Carcará, apelido do socialitíssimo Airbus que tanto seduz o Presidente:

O novo avião é tão bom e tão moderno que já tem 145 deles vendidos. 100 irão para a empresa norte-americana Jet Blue e 45 para a Air Canadá, da terra do Bombardier.

É verdade que o velho Sucatão, que hoje serve ao Governo, precisa ser deslocado para uso militar na FAB. Ainda é um bom avião. Talvez um pouco lento para as viagens presidenciais. Mas daí a gastar 200 milhões é um luxo inadmissível. Hoje, vem a notícia que o Sucatinha, que é o Boeing-reserva, será substituído por um Embraer-190. Menos mal.

Afinal, as viagens transcontinentais não serão tantas assim, daqui para frente, esperamos. O Presidente precisa olhar mais para sua própria terra. E o avião da Embraer é perfeito para cortar todo o território da América do Sul, sem escalas, a partir de Brasília.

Faço essa observação para pedir ao Presidente Lula que ponha a mão na cabeça e repense essa idéia de novo rico, bem ao estilo socialite. Acate a idéia do economista Roberto Macedo, que aponta como solução ideal para as viagens de longa distância a política vigente no governo FHC, de alugar avião das empresas aéreas.

Para o trivial doméstico, o Embraer 190 dá conta magistralmente do recado. E o dinheiro que sobra no mínimo serviria para levar um pouco mais de assistência às vítimas das enchentes que assolam vários Estados.

O novo avião brasileiro foi apresentado ontem, em São José dos Campos. Lula esteve lá. Seria bom, muito bom, se o Presidente vier a ser tomado por um estalo de bom senso. Acho que já chegou a hora de colocar os pés em chão firme. Já não dá para ficar tanto no ar. O chão é aqui.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo tratar de um segundo assunto.

O Governo Petista do Presidente Lula alardeou às pamparras e, atrás dele, o marqueteiro Duda Mendonça criava frases de efeito, como aquela já velha e esquecida promessa dos 10 milhões de novos empregos.

Foi tudo fogo de palha. Nada, absolutamente nada de bom aconteceu. Só de pior. Por batismo de seu Ministério da Propaganda, Lula inventou o Espetáculo do Crescimento. E marcou hora e data.

O que veio mesmo foi o Crescimento do Espetáculo, para usar a expressão de inconformismo de um empresário paulista, em artigo publicado na **Gazeta Mercantil** de ontem, Heitor Mello Peixoto Filho.

O que ele escreveu foi o desabafo do empresário paulista, depois que Lula disse, lá fora, na Índia (como gosta o Presidente), que os empresários brasileiros precisam parar de chorar e vender mais.

Afora o desabafo, o empresário deu o troco e fez ponderações sensatas, para dizer que, mais do que vontade política, os empreendedores brasileiros precisam mesmo é de ações concretas, de lucidez e pragmatismo daqueles que se propuseram a gerar 10 milhões de empregos.

Como a maioria dos brasileiros, Heitor Mello Peixoto observa que o ano de 2003 não deixará saudades para os empreendedores do País. A seu ver, a queda da taxa Selic é importante. Porém, mais importante ainda seria uma taxa mais reduzida para capital de giro.

Concordo com Mello Peixoto. E acho urgente uma ação do Governo nessa direção. A demanda está reprimida. 2003 foi o pior ano para a indústria. Os preços já beiram a estratosfera. E o Governo Lula, como diz a música, não está nem aí.

Pior de tudo é que o governo petista insiste em continuar de ouvidos fechados às ponderações do povo. A continuar esse andar da carruagem, daqui um pouco até as grandes empresas multinacionais

vão pensar duas vezes antes de ampliar seus investimentos. Que dirá, então, dos pequenos e microempresários? Um sufoco só!

Para as pequenas empresas, geradoras da maior parte dos empregos no País, essa história de viver apregoando que o risco-Brasil andava em queda (já não está!), pouco importa. Os chamados avanços significaram muito pouco para essa categoria de empresários.

Que tal se o Governo Lula se detiver um pouco e colocar a mão na cabeça? O bom caminho, sugerido por Mello Peixoto, é baixar o risco do brasileiro, com taxas mais reduzidas de juros para capital de giro.

No entanto, o Governo não está nem aí!

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para abordar ainda um outro assunto.

O ex-Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e ex-Ministro Jarbas Passarinho, hoje escritor atento à realidade brasileira, analisou recentemente a extensão dos prejuízos que posições exacerbadas podem causar ao País e à sociedade.

Sob o título Nacionalismo: as duas faces, Passarinho traz ao exame do leitor as consequências do rebuliço ensejado por insistentes pregações do hoje Presidente Lula, na época candidato. O artigo refere-se a aspectos da gestão empresarial da Petrobrás, ao anunciar a construção da Plataforma P-52, com a escolha da empresa por meio de concorrência internacional.

O então aspirante à Presidência alardeou o que, a seu ver, seria um equívoco da empresa, ao pretender contratar a plataforma no exterior. E sustentou que o empreendimento poderia ser feito aqui mesmo, com a vantagem da geração de empregos.

Ao final, como a própria Petrobrás afirma, em propaganda, a P-52 será apenas montada no Brasil. O tempo perdido pode ser medido em prejuízos à empresa e, quem sabe, até mesmo para o cronograma previsto para a auto-suficiência do País na produção de petróleo.

Por oportuno, solicito à Mesa que considere o artigo de Jarbas Passarinho como integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal. Seu teor vai em anexo.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Nacionalismo: as duas faces

O nacionalismo pressupõe o culto de uma nação-Estado soberana, ideologia que Alvin Toffler diz ter sido produto da revolução industrial. As potências européias criaram as colônias características do imperialismo de que falou Lênin, e o nacionalismo inspirou e armou os patriotas das guerras de independência. Em nome do nacionalismo, Hitler resgatou a auto-estima da Alemanha posta de joelho pelo ominoso Tratado de Versalhes. Em seguida, praticou o genocídio dos judeus e, chauvinista, gerou milhões de mortos na aventura militar que pretendia impor mil anos de poder nazista ao mundo. Os ultranacionalistas sérvios, de Slobodan Milosevic, arrastaram em Kosovo os descendentes de etnia albanesa e estupraram as mulheres a título de limpeza étnica. Em face da globalização, os Estados nacionais movidos pelo nacionalismo reagem ao direito de ingerência que habilita uma nação a violar a soberania de outra. O terrorismo, instrumento de luta ideológica da esquerda como da direita, no Século XX, nutrido agora do nacionalismo asiático desesperado, de mistura com o fundamentalismo islâmico, atinge o âmago dos Estados Unidos, que se supunham invulneráveis. Causa milhares de vítimas civis inocentes e provoca a exacerbação do nacionalismo norte-americano, que declara guerra a quem e onde quer que identifique o inimigo. A lição da história é indelmentável: um nacionalismo feroz deprava o patriotismo e tem sido responsável por verdadeiras odisséias, enquanto a ausência de nacionalismo leva à desnacionalização.

Há, também, o nacionalismo despropositado, mascarado de

ESCRITOR

defesa de uma soberania que não está em jogo. Tivemo-lo - ao que tudo indica - recentemente na sentença do juiz federal de Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva. Invocando o direito de reciprocidade, determinou à polícia federal fotografar e tirar a impressão digital ("tocar piano", na linguagem debochada de policiais), para "um banco de dados", de todos os norte-americanos que cheguem ao Brasil. Só deles. Verdade é que há justos reclamos de brasileiros tratados com arrogância e impolidez na aduaneira dos Estados Unidos. Imperdoável foi o que aconteceu com o nosso polido Celso Lafer, então ministro das Relações Exteriores, obrigado a tirar os sapatos num aeroporto americano, para provar que não levava neles explosivo, o que ocorrera com um frustrado terrorista asiático. Como não ter havido um protesto, nesse caso, do governo brasileiro? É preciso reconhecer que Osama Bin Laden acertou quando, depois dos eventos terroristas de 11 de setembro de 2001, disse que a América não mais teria tranquilidade. Vive seu povo sob aviso constante de iminência de novos atentados, que nunca saberá onde e como ocorrerão. Não é, felizmente, o caso do Brasil, para que se invoque o direito soberano de reciprocidade, e constar de um sentença que o fato de o governo americano haver, nas circunstâncias atuais, determinado fotografar e tomar as impressões

digitais de estrangeiros que entrarem em território americano é algo "comparável com os piores horrores do nazismo". Suspeito que Sua Excelência não tenha lido o que foram "os horrores do nazismo", nem os horrores do stalinismo. É um despropósito, talvez fruto do que Jean-François Revel chamou de obsessão antiamericana. Não sofro dessa síndrome como também do contrário, mas acho que o mundo contemporâneo deve pelos menos gratidão a um povo que sacrificou sua juventude nos campos de batalha salvando-nos do prometido milênio de domínio nazista e, depois, voltou a salvar-nos do comunismo, ao levar pacificamente a União Soviética ao colapso.

Há, também, a deformação do nacionalismo, que esconde fins políticos. Um deles vale ser lembrado. Quando candidato, o hoje presidente Lula, em um estaleiro no Rio de Janeiro, disse que "inexPLICavelmente" a Petrobras encomendara em Cingapura, por 1,5 bilhão de dólares, a construção de duas plataformas, "apesar de a gente ter estaleiros capazes de construir aqui". Seriam 25 mil novos empregos. O presidente da Organização Nacional da Indústria de Petróleo, justificou a construção no exterior, porque "o nosso problema é o espaço, que os estaleiros brasileiros não têm". Para terem - esclareceu -, precisaram indenizar a desapropriação de casas em quantidade que representavam um investimento de 4 milhões de dólares. Ademais, a cada dia que atrasasse a construção, a Petrobras perderia milhares de dólares. A Petrobras pediu direito de resposta que a Justiça Eleitoral negou. Então, interrompeu o processo, deixando a decisão para o novo

governo que fosse eleito.

Em fevereiro de 2003, jornais estampavam em manchete que "a empresa nacional terá prioridade na P-51 e na P-52." E acrescentava: "Construção de plataforma no país é promessa de campanha de Lula". Notícia alvissareira. Iriamos ter 25 mil empregos novos. O edital - informe: a reportagem - seria "mudado para a construção do equipamento segundo recomendação de Lula". Eu mesmo, que escrevera na ocasião um artigo em que me mostrava convencido das razões da Petrobras, por ser impossível executar a encomenda das plataformas gigantescoas no Brasil, fiquei certo de que o novo edital teria conseguido o que parecia inexecutável. Quase um ano depois do discurso de campanha, porém, a Petrobras publica propaganda sobre a plataforma P-52 com visível euforia: "Uma das maiores plataformas de petróleo do mundo vai ser montada no Brasil". Montada e não construída? Então a construção vai ser mesmo no exterior? Por que não "nos estaleiros nacionais capazes de construí-la"? Por que, então, cedemos, para gerar apenas 2.500 empregos? Isso já não estava assegurado na licitação interrompida? E já que se passou mais de 1 ano, o prejuízo previsto por dia de atraso da construção foi real? Teria o brado nacionalista causado esse prejuízo?

É a pergunta que um nacionalista sincero - que tem horror ao nacionalismo epidêmico - faz, na condição de pequeno acionista da grande empresa de que se orgulha e à qual deu três dos melhores anos de sua vida na pesquisa amazônica.

Jarbas Passarinho escreve nesta página às terças-feiras, de 16 em 15 dias

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, as variedades transgênicas já estão disponíveis em vários Países e os primeiros animais transgênicos breve também estarão. Os benefícios destes produtos para a sociedade têm sido enfatizados pelos defensores da biotecnologia. O potencial até agora vislumbrado é pequeno em relação àquele que poderá ser realizado no futuro próximo. Por outro lado, os contrários à biotecnologia têm apresentado uma lista de preocupações que apresentam forte apelo para a sociedade. Algumas das críticas aos transgênicos incluem:

- Só atendem a interesses das multinacionais;
- Não favorecem a agricultura auto-sustentável;
- Só são direcionados ao grande produtor;
- Criam dependência de outros produtos das multinacionais;
- São danosos ao meio ambiente.

Frente a essas críticas, o mundo científico aguardava esperançosamente por um produto desenvolvido pela engenharia genética que não pudesse ser alvo destes questionamentos. Finalmente em 2000, o Instituto Suíço de Ciência Vegetal em Zurique lançou a variedade transgênica “arroz dourado” (Golden rice). Golden rice rapidamente conquistou a simpatia da sociedade e atraiu a atenção da mídia internacional. Esta variedade foi resultado do trabalho conjunto de pesquisadores suíços e alemães, sob o patrocínio da Fundação Rockefeller, Comunidade Européia e do Instituto Tecnológico da Suíça.

Golden rice consiste de uma série de linhagens que apresentam elevados teores de beta-caroteno, precursor da vitamina A. Esta variedade de arroz foi desenvolvida para ajudar a combater a cegueira decorrente da deficiência de vitamina A, problema especialmente crítico em Países em desenvolvimento na África.

Quando crianças ingerem uma quantidade diária adequada de vitamina A, uma série de doenças podem ser prevenidas ao longo da vida. Considerando que o arroz é um alimento ingerido por quase metade da população mundial, Golden rice pode contribuir para o adequado balanço nutricional da dieta, especialmente, dos menos favorecidos.

Com a aprovação geral pelo público, até mesmo os menos otimistas esperavam que as ONGs notadamente críticas ao OGMs aprovariam a chegada do Golden rice. Para surpresa geral, várias ONGs estão fazendo de tudo para impedir que Golden rice seja levado aos pequenos produtores dos Países onde a cegueira por deficiência de vitamina A é problema.

Golden rice não foi desenvolvido por multinacional, não preconiza a aplicação de outros agrotóxicos, não foi desenvolvido para grandes produtores e não é incompatível com a agricultura auto-sustentável. Como poderia este produto despertar tanta rejeição. A menos que estas ONGs não estejam exercitando seu senso crítico, não se pode entender tal rejeição frente à realidade dos dados da UNICEF, que relatam que 1 a 2 milhões de mortes poderiam ser evitadas anualmente entre crianças de 1 a 4 anos, se uma suplementação de vitaminas A fosse a elas fornecidas. Ainda, 1369 crianças perdem a visão diariamente por deficiência de vitamina A.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, é utópico, entretanto, pensar que seja possível reconciliar grupos com ideologias tão contrastantes. Seria irresponsável advogar que todos os produtos da biotecnologia apresentam tão-somente benefícios e nenhum risco. É importante que a sociedade com as suas múltiplas formas de expressão, incluindo as ONGs, esteja vigilante e que questione os avanços tecnológicos. Mesmo com as diferenças ideológicas, existem objetivos comuns entre as pessoas: a produção em abundância de alimentos com elevada qualidade nutricional, a preços acessíveis e sem causar danos ao meio ambiente.

Embora seja verdade que as empresas invistam prioritariamente em produtos que lhe tragam retorno econômico, é também verdade que elas estão cientes de que a sociedade não tolerará produtos prejudiciais à saúde humana ou ao meio ambiente. Enquanto os ambientalistas considerarem as multinacionais apenas como suas inimigas, eles estarão cegos para o fato de que estas corporações podem também ser um aliado na busca de alternativas para a solução dos problemas da humanidade.

As possibilidades de transformação gênica das espécies vegetais utilizadas como alimentos pelo homem são enormes: arroz rico em vitaminas, tomate contendo anti-oxidantes benéficos à saúde humana, amendoim sem proteínas alergênicas, bananas contendo vacinas, soja com óleo mais saudável para a dieta de pacientes cardíacos etc.

Enquanto a maioria dos cientistas percebe grande potencial de melhoria dos alimentos com a bi-

otecnologia, parte do público, manipulado por ONGs vestidas de defensoras do meio ambiente, ainda se sente insegura com estes novos produtos. A ansiedade do público tem, entretanto, diminuído com o melhor entendimento da tecnologia. Os principais receios dos céticos são o risco de escape gênico, isto é, risco dos transgenes se espalharem no meio ambiente por cruzamento natural entre as variedades geneticamente modificadas e seus parentes silvestres, tornando-os difíceis de serem controladas. Finalmente, alguns temem que os alimentos geneticamente modificados possam conter alguma substância que promova reações alérgicas. Estas e outras questões da segurança destes produtos são exaustivamente analisadas antes da liberação de qualquer um deles para o plantio e consumo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não pode se render a alienação tecnológica e continuar utilizando tecnologias ultrapassadas que contribuam para a poluição dos seus férteis solos com inseticidas e outros defensivos agrícolas altamente residuais. Excluir os produtores brasileiros das novas tecnologias que são seguras e que apresentam vantagens ecológicas é um desserviço a agricultura brasileira. É importante que os produtos desenvolvidos pela biotecnologia continuem sendo rigorosamente avaliados quanto a sua segurança para a saúde e para o meio ambiente, e aqueles que forem considerados seguros sejam disponibilizados para o produtor. Cientistas como o Dr. Norman E. Borlaug, Prêmio Nobel da Paz em 1970, por suas pesquisas com variedades semi-anãs de alto rendimento especialmente importantes para os países em desenvolvimento, defendem a utilização de OGMs.

Muitos outros cientistas como James C. Watson, também laureado com o Prêmio Nobel, pela descoberta da estrutura do DNA, defende a adoção das variedades geneticamente modificadas, como forma de reduzir a aplicação de defensivos agrícolas na agricultura. As universidades e os institutos de pesquisa nacionais precisam do apoio público e legal para o desenvolvimento de variedades adaptadas às condições brasileiras. Estas não só aumentarão a competitividade do produto brasileiro no mercado internacional, mas também reduzirão o uso de defensivos agrícolas nas lavouras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o uso da biotecnologia para o desenvolvimento de novas variedades está promovendo uma revolução na forma de se produzir alimentos mais seguros para o homem e com menor agressão ao meio ambiente. Frustrar o avanço tecnológico quando ele é seguro e contribui

para a preservação ambiental é uma agressão à inteligência humana.

A primeira variedade assim desenvolvida foi colocada no mercado americano em 1994, após anos de testes quanto a sua segurança. Não existe nenhuma evidência de que as variedades geneticamente modificadas já em estudo por mais de 12 anos e em cultivo por mais de 8 anos em outros países façam mal à saúde humana ou ao meio ambiente. Os resultados, na verdade, indicam o contrário. Muitas destas variedades são mais saudáveis para a alimentação e seguras para o meio ambiente.

Após o desenvolvimento de uma nova variedade com o auxílio da biotecnologia ela é submetida a análises laboratoriais em uma primeira fase, onde se analisa sua composição química para um grande número de componentes. Caso a variedade seja considerada segura, ela é, então, submetida a testes em condições controladas, como em casa de vegetação. Finalmente, as variedades consideradas seguras para a saúde humana e para o meio ambiente são testadas em condições de campo sob supervisão dos órgãos competentes. A liberação de uso comercial e consumo só ocorre após exaustiva análise do material.

Após avaliar a segurança da soja tolerante ao herbicida Roundup para o consumo humano e para o meio ambiente e, tendo concluído que não havia quaisquer riscos, a CTNBio emitiu um parecer conclusivo favorável a desregulamentação desta variedade. O Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e o Greenpeace obtiveram, entretanto, na mesma época uma liminar concedida pelo juiz da 11^a Vara Federal de Brasília, proibindo a União de autorizar o plantio comercial da referida cultivar. Em 26 de junho de 2000, o Juiz Dr. Antônio Souza Prudente, proferiu sentença obrigando ao governo exigir a realização de estudos de impacto ambiental embora a CTNBio já houvesse analisado esse assunto e considerado esse procedimento dispensável no caso específico da soja.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ofensiva ambientalista contra os transgênicos no Brasil é altamente incoerente, uma vez que as variedades GM atualmente disponíveis resistentes a pragas e doenças contribuem para a redução no uso de defensivos agrícolas (inseticidas e outros). A adoção dessas variedades em outros países resultou em marcante queda no volume de pesticidas aplicados nas lavouras, resultando em menor poluição ambiental e menos resíduos nos alimentos. Por exemplo, o plantio de algodão Bt nos EUA resultou, em média, em uma redução de 2,1 litros/ha no uso de inseticidas. Considerando que a área plantada com algodão Bt no mundo é de

3,2 milhões de ha, conclui-se que cerca de 6,7 milhões de litros de inseticidas deixaram de ser aplicados nas lavouras com a adoção destas variedades. Estimativas de redução na aplicação de defensivos agrícolas em outras culturas são igualmente impressionantes. Os campos plantados com as variedades geneticamente modificadas de canola, algodão, soja e milho tolerantes a herbicidas utilizaram em 2000 aproximadamente 6,0; 5,3; 2,9 e 1,5 milhões de kg de produtos formulados a menos que aqueles com variedades convencionais, respectivamente.

A redução no consumo de defensivos agrícolas nos EUA e Argentina, países que amplamente adotaram essa tecnologia, já resultou, inclusive, no fechamento de fábricas de inseticidas. Isto ajuda a entender a justificativa de algumas indústrias de defensivos, que não atuam em biotecnologia, a apoiarem algumas ONGs contrárias às variedades geneticamente modificadas. Estamos regulamentando nesta Casa todas as ações relacionadas aos OGMs – Organismos Geneticamente Modificados, no projeto de lei de biossegurança. É patriótico permitirmos que este tema tão relevante seja tratado cientificamente e não venha a sofrer ações danosas da burocracia, muitas instâncias científicas e políticas, o que certamente impedirá a evolução e o desenvolvimento brasileiro nesta área.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Confederação Nacional dos Transportes publicou detalhada pesquisa sobre a situação geral de nossas estradas, identificando as características operacionais dos principais corredores rodoviários do País. Este trabalho de fôlego – realizado pelo oitavo ano consecutivo – é um marco na história do transporte brasileiro e um importante balizador de políticas públicas.

Para o atual Governo, empossado em 2003, a Pesquisa Rodoviária CNT passa, portanto, a ser um excelente e importante indicativo dos rumos que deve e pode tomar para a resolução dos problemas.

Municiados dessas informações, governos e concessionárias, detentores da prerrogativa de efetuar planejamentos estratégicos e manutenção, têm suas ações facilitadas pelos dados precisos da robusta pesquisa, sublinhando os trechos críticos em rodovias sob gestão estatal. Nela, estão contidas informações pormenorizadas sobre as condições gerais de conservação do pavimento, a adequação da sinalização e a geometria da via. Porém, como nas edições anteriores, infelizmente, não há muito o que comemorar

quando se trata das condições de nossas rodovias, fruto do descaso e restrições orçamentárias de várias gestões federais.

A Pesquisa Rodoviária 2003 chegou a resultados gerais desfavoráveis, numa indicação clara da mais absoluta necessidade de rápidas e precisas intervenções no sentido de recuperar as nossas estradas.

Dono da segunda maior malha rodoviária de todo o mundo, com 180 mil quilômetros, o Brasil também apresenta problemas gigantescos no setor. Dos 47.645 km de rodovias pavimentadas sob gestão estatal, 82,8% apresentam algum tipo de comprometimento, sendo classificadas como deficientes, ruins ou péssimas. Vejam que apenas 17,2%, de acordo com os rigorosos métodos de avaliação da pesquisa, apresentam condições seguras e adequadas de tráfego.

Os números são preocupantes, meus nobres Colegas! 16.180 quilômetros, ou 34% dessas rodovias, não têm acostamento, sendo que 10,4% estão tomados pelo mato. Todos sabem que o acostamento é requisito básico de segurança para uma rodovia.

No quesito da sinalização, 77,6% da extensão não estão corretamente sinalizados, sendo constatados longos trechos onde simplesmente inexistem quaisquer tipos de placas, em especial as indicativas de limite de velocidade ou advertência de locais perigosos. Deixamos de cumprir, portanto, os preceitos dos artigos 80 e 88 do Código de Trânsito Brasileiro, que explicitam o caráter obrigatório do uso de dispositivos de sinalização em boas condições.

Em relação ao pavimento, observou-se uma baixa homogeneidade, com trechos extremamente danificados intercalando-se com outros em boas condições. No entanto, os números gerais não são dignos de loas, com 58,5% das ligações apresentando pavimentos em estado precário.

Outro item avaliado pela CNT foi a geometria da via, tida como deficiente, ruim ou péssima em 86,4% da extensão pesquisada. A análise da geometria na Pesquisa Rodoviária buscou qualificar as intervenções implantadas nas vias para atenuar o impacto da topografia sobre o deslocamento dos veículos e aumentar o nível de segurança dos usuários.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao analisar os dados coletados no documento da Confederação Nacional dos Transportes, salta aos olhos a transposição exata do grave quadro de desigualdade regional que testemunhamos em nosso País para o panorama do sistema rodoviário. Tal qual a expressão cunhada pelo minis-

tro Delfim Neto nos anos 70, vivemos numa “Belíndia Rodoviária”: as boas estradas, de nível europeu, estão no Sul/Sudeste, enquanto boa parte das vias precárias estão localizadas no Norte/Nordeste.

As 13 ligações rodoviárias consideradas ótimas pelo documento da CNT situam-se no Estado de São Paulo. Das 27 consideradas ruins ou péssimas, 17 passam pela Região Norte/Nordeste.

A minha querida região Norte, tão fragilizada estruturalmente no que tange aos transportes, é a que apresenta os maiores percentuais de trechos classificados como deficientes ou ruins de toda a Pesquisa Rodoviária 2003. Com 6.027 quilômetros de extensão pesquisada, 92,8% das ligações foram reprovadas nos quesitos mínimos de adequação. Trata-se, ainda, da região com as piores condições de sinalização do país, detendo índices bem inferiores à média nacional.

Em Roraima, apenas 3,9% da extensão pesquisada foi considerada boa, contra 96,1% de trechos que apresentaram importantes deficiências. No que tange especificamente ao pavimento, chegou-se ao elevado índice de 88, 3% de deficiência.

A BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, a mais importante rodovia de nosso Estado, encontra-se em condições delicadíssimas, com sinalização deficiente e pavimentação precária, carecedora de urgentes reparos.

Constituindo-se em nosso meio de transporte por excelência, a malha rodoviária brasileira se vê agonizante diante de um quadro já conhecido de restrições orçamentárias e falta de planejamento estratégico para a sua manutenção. Com reflexos econômicos graves no que se convencionou chamar “Risco Brasil”, as deficiências em nossa estrutura rodoviária configuram-se em importantes obstáculos ao tão esperado espetáculo do crescimento.

A importância maior da Pesquisa Rodoviária CNT é mostrar com precisão, para gestores e para a sociedade, onde devem ser realizados investimentos, apontando caminhos para a resolução dos diversos problemas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a despeito do constatado mais uma vez no trabalho patrocinado pela Confederação Nacional dos Transportes, continuamos otimistas com o futuro deste País, otimistas com relação ao setor transportador brasileiro, até por entendermos que, nesse quadro de otimismo, nosso trabalho é fundamental e de capital importância para a definição de um amanhã mais promissor para todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os chamados especialistas do setor elétrico e os colegas parlamentares que gostam de se autodefinir como “oposição responsável” têm feito sérias críticas ao novo modelo institucional para o setor elétrico brasileiro, críticas insustentáveis porque estão alicerçadas no que consideram ser o maior problema da Medida Provisória 144: o poder regulatório do setor concentrado na mão do Estado.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós sabemos que foi exatamente por causa da resoluta negligência do Estado em relação ao setor elétrico que o modelo voltado para agradar o capital privado causou grande apreensão no povo brasileiro, mediante os famosos apagões e racionamentos experimentados nos anos finais da gestão que produziu uma monumental “barbearagem” no setor elétrico.

Alertado à época para a necessidade de adoção de medidas que evitassem a tragédia – uma delas a injeção de investimentos nas estatais de energia –, o governo fez ouvidos moucos, debochou da sociedade e seguiu a sanha de desestatização de um setor que é vital para o desenvolvimento de um país.

O novo modelo pode não ser perfeito, certamente tem suas falhas, mas ele não peca, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela iniquidade expressa na política anterior. Iniquidade que se verificou com aumentos sucessivos nos preços das tarifas para o consumidor e nenhuma garantia de segurança no abastecimento.

Iniquidade que resultou em farra para o mercado, entidade invisível que os ideólogos da sua adoração acreditam tudo resolver. Por que não admitem seus erros, por que não admitem que viraram as costas para a Nação e desmontaram o parque elétrico brasileiro ?

Sr^{as} e Srs. Senadores, os críticos do novo modelo enviado pelo Presidente Lula ao Congresso, em dezembro passado, querem fazer crer ao distinto público que a interferência do Estado em um setor estratégico, vital para a soberania de uma Nação, reduzirá investimentos por parte da iniciativa privada!

A manipulação e a distorção dos fatos se revela, Sr^{as} e Srs. Senadores, criminosa. É preciso que se diga em alto e bom som: o modelo que defendem não agregou um único quilowatt ao sistema. E não expandiu o sistema por uma única razão: o capital privado não fez investimentos.

Vamos refrescar a memória de nossos críticos: O chamado Relatório Kelmann, elaborado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – portanto um documento oficial do Governo passado –, reconheceu que um dos principais motivos do racionamento de 2001/2002 foi a falta de investimentos no setor. Partindo dessa constatação oficial, perguntamos:

- 1) Por que o modelo passado, um modelo de mercado, voltado para agradar o capital privado, não foi capaz de atrair o tão propalado investimento?
- 2) Por que estamos sujeitos a atual crise?
- 3) Por que o País é forçado a tomar medidas urgentes para fugir de uma calamidade anunciada ?

Outras perguntinhas impertinentes nos ocorrem:

– Indexar as tarifas ao dólar; impor um programa prioritário de térmicas, elevando ainda mais as tarifas; impedir empresas estatais de investir no setor onde atuam para favorecer o capital privado; obrigar empresas estatais a se desverticalizarem enquanto se permite que empresas privadas façam negócios entre controladas pelos mesmos grupos; não constituem brutal e perversa intervenção estatal?

– Ou será que o Estado só pode intervir quando é para favorecer o capital privado?

Para finalizar, gostaria de lembrar as competências da União expressas na Constituição Federal, em seu Capítulo II, artigo 21:

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

.....
b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

.....
XVIII – planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

.....

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

.....

Ao trazer para si o papel de elaborador das políticas inerentes ao setor elétrico, o Governo Federal não está fazendo mais do que cumprir o que determina a Constituição, coisa que nenhum Governo poderia jamais deixar de fazer.

No entendimento do atual Governo, o desabastecimento de energia elétrica constitui-se calamidade contra a qual o País deve construir defesas imediatas e seguras. A situação delicadíssima do setor exige decisão imediata, ágil e competente, daí por que entendendo ser a Medida Provisória o instrumento que processa a urgência requerida pela sociedade brasileira.

O Governo Lula considera ainda ser impossível instituir diretrizes para o desenvolvimento sem levar em conta o perfeito funcionamento de setor elétrico. Querer transferir esta responsabilidade para o capital privado ou para o jogo de mercado constitui-se em grave tergiversação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a esta altura do campeonato, como se diz popularmente, a ninguém é lícito ignorar a paralisação que vem sendo conduzida pelos médicos peritos brasileiros do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Contudo, o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por um bom tempo, fez ouvidos moucos e dedicou, com absoluto despudor, uma olímpica indiferença aos momentos iniciais do movimento paredista.

Ocorre-me recuperar as reações, geralmente mecânicas, de Lula, o metalúrgico, diante do descaso que durante e depois de nosso mais recente ciclo ditatorial (1964-1985), sucessivos governos dedicaram às greves por ele lideradas ou apoiadas — muitas delas absolutamente legítimas, procedentes e justas, como a atual dos médicos peritos. Tirando a repressão patrocinada pelos militares, Luiz Inácio Lula da Silva e seu governo tentaram estratégias e ações próprias dos regimes castrenses, sempre preocupados em isolar e enfraquecer o movimento dos trabalhadores.

Desde o desencadeamento da paralisação, no início de dezembro passado, foram precisos 51 dias, isto mesmo, quase dois meses, para que o governo desse o ar da graça, reconhecendo o problema. Esse governo parece acreditar que, passando um cordão sanitário em torno do movimento para dele não tomar

conhecimento, este, em um passe de mágica, tenderia a desfazer-se. Com o tempo, esses novos senhores do poder vão aprender que o pensamento mágico não tem espaço na política, em especial na agenda de um governo que forjou tantas expectativas para logo frustrá-las.

Mas, enfim, a greve dos médicos peritos, que já alcança 71 dias, implica prejuízos que vão castigar de forma mais drástica justamente o contribuinte, esse ser esgotado pela voracidade tributária do governo. Uma voracidade incontida e crescente, reafirmada no último ano pelo novo credo petista, agora em perfeita sintonia com Wall Street e o Fundo Monetário Internacional, seus demônios de um passado recente.

Na realidade, o País enfrenta, com os custos diretamente suportados por toda a sociedade, uma bomba de efeito retardado, armada em 2003 pela notória, diria nacionalmente reconhecida, insensibilidade do senhor Ricardo Berzoini, então Ministro da Previdência. Recorde-se que, depois de fazer o infame trabalho de jogar os aposentados brasileiros em intermináveis, desconfortáveis e humilhantes filas – em atitude que mereceu a atenção do Presidente Lula, que o deslocou para a pasta do Trabalho –, o célebre ministro da maldade firmou acordo com os representantes da categoria, e o governo do qual ele era representante não honrou o ajustado; daí, a paralisação. Creio que isso – descumprir a palavra empenhada – foi o coroamento da obra magistral de Berzoini na Previdência. Mas, felizmente, isso já é passado!

Olhando para frente, sabemos que amanhã, quinta-feira, dia 12 de fevereiro, aqui em Brasília, haverá uma nova reunião da categoria dos médicos peritos do INSS, para apreciar, discutir e votar a mais recente proposta do governo federal. Ao reafirmar meu total apoio às legítimas reivindicações dos médicos peritos do INSS, a partir, inclusive, do posicionamento do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina, torço para que as negociações cheguem a bom termo, e o quanto antes.

Assim, apelo à elevada sensibilidade de nosso Colega, Senador Amir Lando, hoje dignificando a posição de Ministro de Estado da Previdência, para que adote o quanto antes uma atitude em favor não apenas dos médicos peritos, mas da própria sociedade brasileira.

Ministro, negocie e supere logo o impasse que se arrasta por mais de 70 dias. Assim, V. Ex^a cumprirá mais uma nobre missão administrativa e política, mas sobretudo social, devolvendo à população, sufocada por impostos e toda sorte de penduricalhos tributá-

os, um pouco do muito que ela destina ao Estado brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 139, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 139, de 2003, que institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Hélio Costa

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 140, de 2003)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 140, de 2003, que cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Garibaldi Alves Filho

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995,

9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2004
(Proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 145, de 2003, que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Rodolpho Tourinho

5

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3, DE 2004
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 52, de 2004 – art. 336, inciso II, RISF)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 100, de 2004, Relator: Senador Jorge Bornhausen), que autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até oitenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Transporte Urbano de Curitiba II”.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 68, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 2003 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.810, de 2003, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de cem milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, desti-

nada a financiar, parcialmente, o Programa de Reabilitação da Área Central do Município de São Paulo – Procentro.

Parecer favorável, sob nº 1.952, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Garibaldi Alves Filho (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1.582, de 2003).

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 854, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2003 (nº 44/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos, adotada em 10 de setembro de 1998, na cidade de Roterdã.

Parecer favorável, sob nº 95, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 892, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2003 (nº 612/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Acre, nas proximidades das Cidades de Brasília e Cobja, assinado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Parecer favorável, sob nº 13, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sibá Machado.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 893, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 893, de 2003 (nº 817/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Décimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação

Econômica nº 36, firmado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul e o Governo da República da Bolívia, concluído em Montevideu, em 19 de junho de 2001.

Parecer favorável, sob nº 14, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 894, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2003 (nº 818/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.

Parecer sob nº 96, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, com a Emenda nº 1 – CRE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 895, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2003 (nº

959/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Financeira relativo aos projetos “Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica” (PN 2001.6657.9) e “Amazonian Regional Protected Areas – Arpa” (PN 2002.6551.2), concluído entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, celebrado em Brasília, em 10 de junho de 2003.

Parecer favorável, sob nº 15, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

12

REQUERIMENTO Nº 140, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 140, de 2004, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, além das Comissões constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)

OS:10921/04

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA
PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO
PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO
PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ
PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO
PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO
PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS
PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS
PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO
PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL
PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ
PSDB - Reginaldo Duarte
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA
PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO
PPS - João Batista Motta
PMDB - Gerson Camata
PL - Magno Malta

PIAUI
PMDB - Alberto Silva

PFL - Heráclito Fortes
PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE
PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA
PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS
PT - Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE
PFL - Renildo Santana
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS
PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ
PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE
PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL
PMDB - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL
PMDB - Valmir Amaral
PT - Eurípedes Camargo
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS
PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PMDB - Leomar Quintanilha

AMAPÁ
PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA
PMDB - Amir Lando
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA
PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1º Eleição Geral: 19.04.1995

2º Eleição Geral: 30.06.1999

3º Eleição Geral: 27.06.2001

4º Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ¹					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Helôisa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ⁴	SP	3213
PSDB ¹					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT ¹					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS ¹					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato - Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à Liderança Parlamentar da Mísmora (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador Juvêncio da Fonseca foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador Flávio Arns (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador Eurípedes Camargo (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador Marelo Crivella (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador Renildo Santana (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador Juvêncio da Fonseca, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256

sscop@senado.gov.br

www.scnado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefone: (61) 311-4561

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS